

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	11
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	12
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	25
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	26
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	76
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	145
---	-----

Proposta de Orçamento de Capital	146
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	147
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	151

Índice

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	152
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	154
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	156
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	157

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	380.253
Preferenciais	0
Total	380.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.072
Preferenciais	0
Total	1.072

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	15.498.941	14.173.991	13.175.980
1.01	Ativo Circulante	2.359.422	2.490.208	2.407.557
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	614.732	994.581	1.091.080
1.01.02	Aplicações Financeiras	177.972	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	177.972	0	0
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	177.972	0	0
1.01.03	Contas a Receber	1.274.961	1.264.375	1.040.394
1.01.03.01	Clientes	1.274.961	1.264.375	1.040.394
1.01.04	Estoques	98.738	106.706	112.118
1.01.06	Tributos a Recuperar	100.231	36.234	90.325
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	100.231	36.234	90.325
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	100.231	36.234	90.325
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	92.788	88.312	73.640
1.01.08.03	Outros	92.788	88.312	73.640
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	16.564	15.581	15.506
1.01.08.03.02	Diversos	13.636	21.363	16.173
1.01.08.03.03	Convênio de Cooperação Técnica	54.963	51.368	30.170
1.01.08.03.04	Bancos e Aplicações de Convênios	7.625	0	11.791
1.02	Ativo Não Circulante	13.139.519	11.683.783	10.768.423
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.952.107	4.080.742	3.558.252
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	75.185	75.285	71.706
1.02.01.04	Contas a Receber	164.968	165.363	146.183
1.02.01.04.01	Clientes	75.034	56.017	34.678
1.02.01.04.03	Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	37.712	61.883	61.033
1.02.01.04.05	Adiantamentos e Outros	52.222	47.463	50.472
1.02.01.07	Tributos Diferidos	219.604	236.824	312.483
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	219.604	236.824	312.483
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.492.350	3.603.270	3.027.880

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.01.10.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	1.362.892	999.639	872.921
1.02.01.10.04	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	620	620
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Arrendamento Mercantil	86.200	86.852	94.275
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	3.040.712	2.511.680	2.057.435
1.02.01.10.07	Convênio de Cooperação Técnica	2.546	4.479	2.629
1.02.02	Investimentos	312.535	274.699	245.457
1.02.02.01	Participações Societárias	312.535	274.699	245.457
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	312.535	274.439	245.197
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	0	260	260
1.02.03	Imobilizado	1.729.020	1.757.823	1.467.396
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.729.020	1.757.823	1.467.396
1.02.04	Intangível	6.145.857	5.570.519	5.497.318
1.02.04.01	Intangíveis	6.145.857	5.570.519	5.497.318
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.145.857	5.570.519	5.497.318

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	15.498.941	14.173.991	13.175.980
2.01	Passivo Circulante	1.660.802	1.996.283	1.924.251
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	149.010	140.157	135.235
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	149.010	140.157	135.235
2.01.02	Fornecedores	351.129	377.766	289.620
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	351.129	377.766	289.620
2.01.03	Obrigações Fiscais	72.795	111.914	98.125
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	68.804	108.537	95.374
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	68.804	108.537	95.374
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.991	3.377	2.751
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	707.778	681.656	940.871
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	120.791	113.975	150.328
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.406	63.927	88.511
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	62.385	50.048	61.817
2.01.04.02	Debêntures	586.987	567.681	790.543
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	586.987	567.681	790.543
2.01.05	Outras Obrigações	295.526	599.565	405.163
2.01.05.02	Outros	295.526	599.565	405.163
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	144.028	430.991	231.653
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	6	60	9.627
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	98	1.298	7.978
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	44.631	45.752	36.792
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	58.274	74.007	84.001
2.01.05.02.09	Obrigações - Arrendamento Mercantil	48.489	47.457	35.112
2.01.06	Provisões	84.564	85.225	55.237
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	84.564	85.225	55.237
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	84.564	85.225	55.237
2.02	Passivo Não Circulante	5.789.910	4.603.883	3.997.215

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.405.391	4.061.858	3.199.049
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.844.107	1.315.102	826.609
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	670.196	686.293	691.766
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.173.911	628.809	134.843
2.02.01.02	Debêntures	3.561.284	2.746.756	2.372.440
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	3.561.284	2.746.756	2.372.440
2.02.02	Outras Obrigações	226.174	416.261	401.418
2.02.02.02	Outros	226.174	416.261	401.418
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	0	109.577	44.296
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	44.217	54.471	55.429
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	124.821	166.148	206.811
2.02.02.02.07	Diversos	21.797	41.355	24.085
2.02.02.02.08	Obrigações - Arrendamento Mercantil	30.755	44.710	70.797
2.02.02.02.09	Convênio de Cooperação Técnica	4.584	0	0
2.02.04	Provisões	158.345	125.764	396.748
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	158.345	125.764	396.748
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	158.345	125.764	396.748
2.03	Patrimônio Líquido	8.048.229	7.573.825	7.254.514
2.03.01	Capital Social Realizado	3.606.531	3.402.385	3.402.385
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.04	Reservas de Lucros	4.432.760	4.225.721	3.856.580
2.03.04.01	Reserva Legal	592.421	526.575	457.608
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.684.993	3.582.590	3.317.250
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	155.346	116.556	81.722
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.514	-45.705	4.125

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.786.457	7.325.715	6.112.523
3.01.01	Serviços de Água	4.596.838	4.299.267	3.561.727
3.01.02	Serviços de Esgoto	2.366.655	2.222.946	1.807.663
3.01.03	Receitas de Construção	818.058	798.644	741.034
3.01.04	Receitas de Resíduos Sólidos	4.906	4.858	2.099
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.408.503	-4.265.821	-3.791.492
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.590.445	-3.467.177	-3.050.458
3.02.02	Custo de Construção	-818.058	-798.644	-741.034
3.03	Resultado Bruto	3.377.954	3.059.894	2.321.031
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.377.470	-1.271.534	-1.063.518
3.04.01	Despesas com Vendas	-502.021	-479.812	-462.686
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-287.849	-296.154	-260.751
3.04.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	-214.172	-183.658	-201.935
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-708.647	-646.944	-573.374
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	43.200	67.060	135.017
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-200.497	-193.490	-151.312
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-200.497	-193.490	-151.312
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.505	-18.348	-11.163
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.000.484	1.788.360	1.257.513
3.06	Resultado Financeiro	-327.478	-2.088	-211.559
3.06.01	Receitas Financeiras	370.264	327.501	272.601
3.06.02	Despesas Financeiras	-697.742	-329.589	-484.160
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.673.006	1.786.272	1.045.954
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-356.086	-406.926	-202.592
3.08.01	Corrente	-371.448	-305.613	-126.952
3.08.02	Diferido	15.362	-101.313	-75.640
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.316.920	1.379.346	843.362
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.316.920	1.379.346	843.362

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	1.316.920	1.379.346	843.362
4.02	Outros Resultados Abrangentes	63.247	-49.801	40.603
4.02.01	Ganho (Perda) Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	63.247	-49.801	43.476
4.02.04	Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	-2.873
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.380.167	1.329.545	883.965

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.057.370	1.744.806	1.130.787
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.830.975	2.488.360	2.085.592
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.316.920	1.379.346	843.362
6.01.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	214.172	183.658	201.935
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	282.436	62.672	33.317
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros, Líquidas	297.577	217.150	231.542
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-15.362	101.313	75.640
6.01.01.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	9.505	18.348	11.163
6.01.01.08	Ganho (Perda) na Baixa de Intangível e Imobilizado	-2.375	27.356	13.215
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	789.234	778.424	721.131
6.01.01.10	Constituição (Reversão) de Provisões	19.648	-262.551	-39.751
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	7.760	58.871	54.945
6.01.01.12	Ativos Financeiros	-82.229	-73.341	-55.924
6.01.01.13	Outros	-7.140	-3.412	-4.581
6.01.01.16	Provisão para Perdas de Estoque	1.085	526	-402
6.01.01.17	Dividendos e JCP Prescritos	-256	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	127.335	41.663	-393.689
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-213.117	-376.919	-200.809
6.01.02.02	Estoques	7.577	4.707	-28.774
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-63.997	54.112	10.243
6.01.02.07	Adiantamento de Repasse Tarifário	11.061	9.497	7.471
6.01.02.09	Outros Ativos	67.103	-7.011	11.217
6.01.02.10	Fornecedores	-26.637	88.146	1.643
6.01.02.11	Impostos, Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais	387.925	330.077	203.039
6.01.02.12	Provisão para Férias e 13º Salário	8.853	4.922	15.933
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	-661	29.988	-69.941
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	1.722	-29.728	15.424
6.01.02.15	Contingências	12.933	-8.433	2.145

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	-21.562	-78.612	-64.527
6.01.02.17	Outras Obrigações	-21.542	-14.551	-37.184
6.01.02.18	Salários a Pagar - Acordo Coletivo	0	0	-178.835
6.01.02.20	Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-22.323	35.468	-80.734
6.01.03	Outros	-900.940	-785.217	-561.116
6.01.03.01	Juros Pagos	-426.823	-423.638	-341.871
6.01.03.02	Juros Pagos a Parceria Público Privada	-12.118	-11.820	-15.655
6.01.03.03	Pagamento de IR/CSLL	-461.999	-349.759	-203.590
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.267.640	-1.582.760	-1.253.252
6.02.06	Pagamento a Parceria Público Privada	-40.506	-36.634	-25.464
6.02.07	Valor Recebido pela Venda de Imobilizado	6.789	3.746	3.476
6.02.08	Aumento de Capital em Subsidiárias	-47.601	-47.590	-54.179
6.02.10	Aquisição de Ativos de Contrato	-1.334.522	-1.046.011	-949.336
6.02.11	Aquisição de Ativos Intangíveis	-634.720	-408.273	-203.056
6.02.12	Aquisição de Ativos Imobilizados	-76.549	-64.394	-75.131
6.02.13	Caução em Garantia de Financiamentos	29.754	4.605	37.776
6.02.14	Bancos e Aplicação de Convênio	-7.625	11.791	-8.518
6.02.16	Aumento Títulos e Valores Mobiliários	-358.999	0	0
6.02.17	Recebimento de Ativos Financeiros	0	0	21.180
6.02.18	Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	196.339	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-169.579	-258.545	-65.924
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.756.387	1.498.361	876.002
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-683.206	-906.246	-762.550
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-421.954	-591.911	-136.141
6.03.10	Dividendos Pagos	-735.561	-185.535	0
6.03.12	Custo de Captação	-22.134	-21.673	-3.443
6.03.13	Pagamento de Arrendamento Mercantil	-63.111	-51.541	-39.792
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-379.849	-96.499	-188.389

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	994.581	1.091.080	1.279.469
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	614.732	994.581	1.091.080

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	4.225.721	0	-45.705	7.573.825
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	4.225.721	0	-45.705	7.573.825
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.316.920	63.247	1.380.167
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.316.920	0	1.316.920
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	63.247	63.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	204.146	0	207.039	-1.316.920	-28	-905.763
5.06.04	Reserva Legal	0	0	65.846	-65.846	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	756	0	38.790	-39.546	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	203.390	0	402.403	-605.793	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-502.251	0	-502.251
5.06.09	Dividendos Extraordinários	0	0	-300.000	0	0	-300.000
5.06.10	Dividendos Complementares	0	0	0	-103.512	0	-103.512
5.06.11	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	42	-42	0
5.06.12	IR e CS diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-14	14	0
5.07	Saldos Finais	3.606.531	-8.576	4.432.760	0	17.514	8.048.229

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.856.580	0	4.125	7.254.514
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.856.580	0	4.125	7.254.514
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.379.346	-49.801	1.329.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.379.346	0	1.379.346
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-49.801	-49.801
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-49.801	-49.801
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	369.141	-1.379.346	-29	-1.010.234
5.06.04	Reserva Legal	0	0	68.967	-68.967	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	34.834	-34.813	0	21
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	637.812	-637.812	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-479.132	0	-479.132
5.06.08	Dividendos Declarados	0	0	0	-158.651	0	-158.651
5.06.09	Dividendos Extraordinários	0	0	-372.472	0	0	-372.472
5.06.10	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	44	-44	0
5.06.11	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-15	15	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	4.225.721	0	-45.705	7.573.825

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	0	3.402.583	-36.434	6.759.958
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	0	3.402.583	-36.434	6.759.958
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	843.362	40.603	883.965
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	843.362	0	843.362
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.603	40.603
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	43.476	43.476
5.05.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.873	-2.873
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	453.997	-843.362	-44	-389.409
5.06.04	Reserva Legal	0	0	42.168	-42.168	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	20.680	-18.984	0	1.696
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	391.149	-391.149	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-391.105	0	-391.105
5.06.10	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	66	-66	0
5.06.11	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-22	22	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	453.997	3.402.583	4.125	7.254.514

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	8.326.149	7.874.793	6.593.674
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.679.063	7.192.746	5.919.558
7.01.02	Outras Receitas	43.200	67.061	135.017
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	43.200	67.061	92.219
7.01.02.02	Recuperação de Contas Baixadas	0	0	42.798
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	818.058	798.644	741.034
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-214.172	-183.658	-201.935
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.046.500	-2.773.178	-2.496.857
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.579.347	-2.397.112	-2.192.982
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-342.670	-253.379	-222.265
7.02.04	Outros	-124.483	-122.687	-81.610
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.279.649	5.101.615	4.096.817
7.04	Retenções	-789.234	-778.425	-721.131
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-789.234	-778.425	-721.131
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.490.415	4.323.190	3.375.686
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	372.961	320.079	269.047
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.505	-18.348	-11.163
7.06.02	Receitas Financeiras	382.466	338.427	280.210
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.863.376	4.643.269	3.644.733
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.863.376	4.643.269	3.644.733
7.08.01	Pessoal	1.468.389	1.572.206	1.340.001
7.08.01.01	Remuneração Direta	921.971	1.021.423	872.887
7.08.01.02	Benefícios	404.298	396.994	363.241
7.08.01.03	F.G.T.S.	70.486	68.854	65.869
7.08.01.04	Outros	71.634	84.935	38.004
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	71.634	84.935	38.004
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.218.191	1.222.020	890.372
7.08.02.01	Federais	1.145.989	1.155.615	828.135

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.02.02	Estaduais	66.363	62.882	59.228
7.08.02.03	Municipais	5.839	3.523	3.009
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	859.876	469.697	570.998
7.08.03.01	Juros	819.857	446.039	561.523
7.08.03.02	Aluguéis	39.724	23.612	9.475
7.08.03.03	Outras	295	46	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.316.920	1.379.346	843.362
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	502.251	637.783	391.105
7.08.04.02	Dividendos	103.512	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	711.157	741.563	452.257

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	15.511.789	14.189.863	13.189.607
1.01	Ativo Circulante	2.406.411	2.543.503	2.449.939
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	642.082	1.031.425	1.122.299
1.01.02	Aplicações Financeiras	177.972	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	177.972	0	0
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	177.972	0	0
1.01.03	Contas a Receber	1.289.584	1.281.019	1.051.607
1.01.03.01	Clientes	1.289.584	1.281.019	1.051.607
1.01.04	Estoques	104.850	111.821	116.395
1.01.06	Tributos a Recuperar	101.139	37.215	90.989
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	101.139	37.215	90.989
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	101.139	37.215	90.989
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	90.784	82.023	68.649
1.01.08.03	Outros	90.784	82.023	68.649
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	16.747	15.904	15.791
1.01.08.03.02	Diversos	11.319	14.619	10.831
1.01.08.03.03	Convênio de Cooperação Técnica	54.964	51.376	30.185
1.01.08.03.04	Bancos e Aplicações de Convênios	7.754	124	11.842
1.02	Ativo Não Circulante	13.105.378	11.646.360	10.739.668
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.105.937	4.195.621	3.641.958
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	75.185	75.285	71.706
1.02.01.04	Contas a Receber	165.632	165.697	146.518
1.02.01.04.01	Clientes	75.457	56.284	34.963
1.02.01.04.03	Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	37.712	61.883	61.033
1.02.01.04.05	Adiantamentos e Outros	52.463	47.530	50.522
1.02.01.07	Tributos Diferidos	219.604	236.824	312.483
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	219.604	236.824	312.483
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.645.516	3.717.815	3.111.251

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.01.10.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	1.381.729	1.016.635	889.897
1.02.01.10.04	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	0	620	620
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Arrendamento Mercantil	86.312	86.967	94.284
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	3.174.929	2.609.114	2.123.821
1.02.01.10.07	Convênio de Cooperação Técnica	2.546	4.479	2.629
1.02.02	Investimentos	0	260	260
1.02.02.01	Participações Societárias	0	260	260
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	260	260
1.02.03	Imobilizado	1.736.789	1.765.707	1.473.823
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.736.789	1.765.707	1.473.823
1.02.04	Intangível	6.262.652	5.684.772	5.623.627
1.02.04.01	Intangíveis	6.262.652	5.684.772	5.623.627
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.262.652	5.684.772	5.623.627

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	15.511.789	14.189.863	13.189.607
2.01	Passivo Circulante	1.673.202	2.011.670	1.937.386
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	150.701	141.681	136.614
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	150.701	141.681	136.614
2.01.02	Fornecedores	358.873	388.277	298.595
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	358.873	388.277	298.595
2.01.03	Obrigações Fiscais	73.811	113.118	98.976
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	69.778	109.684	96.225
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	69.778	109.684	96.225
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.033	3.434	2.751
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	707.778	681.656	940.871
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	120.791	113.975	150.328
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.406	63.927	88.511
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	62.385	50.048	61.817
2.01.04.02	Debêntures	586.987	567.681	790.543
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	586.987	567.681	790.543
2.01.05	Outras Obrigações	297.475	599.999	405.517
2.01.05.02	Outros	297.475	599.999	405.517
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	144.028	430.991	231.653
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	6	60	9.627
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	98	1.298	7.978
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	44.631	45.752	36.792
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	60.133	74.367	84.348
2.01.05.02.09	Obrigações - Arrendamento Mercantil	48.579	47.531	35.119
2.01.06	Provisões	84.564	86.939	56.813
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	84.564	86.939	56.813
2.01.06.01.05	Outras Obrigações Fiscais	0	1.714	1.576
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	84.564	85.225	55.237

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02	Passivo Não Circulante	5.790.358	4.604.368	3.997.707
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.405.391	4.061.858	3.199.049
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.844.107	1.315.102	826.609
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	670.196	686.293	691.766
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.173.911	628.809	134.843
2.02.01.02	Debêntures	3.561.284	2.746.756	2.372.440
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	3.561.284	2.746.756	2.372.440
2.02.02	Outras Obrigações	226.194	416.298	401.418
2.02.02.02	Outros	226.194	416.298	401.418
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	0	109.577	44.296
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	44.217	54.470	55.429
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	124.821	166.148	206.811
2.02.02.02.07	Diversos	21.797	41.356	24.085
2.02.02.02.08	Obrigações - Arrendamento Mercantil	30.775	44.747	70.797
2.02.02.02.09	Convênio de Cooperação Técnica	4.584	0	0
2.02.04	Provisões	158.773	126.212	397.240
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	158.773	126.212	397.240
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	158.773	126.212	397.240
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.048.229	7.573.825	7.254.514
2.03.01	Capital Social Realizado	3.606.531	3.402.385	3.402.385
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.04	Reservas de Lucros	4.432.760	4.225.721	3.856.580
2.03.04.01	Reserva Legal	592.421	526.575	457.608
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.684.993	3.582.590	3.317.250
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	155.346	116.556	81.722
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	17.514	-45.705	4.125

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.878.006	7.404.379	6.176.855
3.01.01	Serviços de Água	4.643.923	4.348.842	3.597.633
3.01.02	Serviços de Esgoto	2.381.485	2.238.602	1.819.049
3.01.03	Receita de Construção	847.692	812.077	758.074
3.01.04	Receita de Resíduo Sólido	4.906	4.858	2.099
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.504.365	-4.342.430	-3.861.339
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.656.673	-3.530.353	-3.103.265
3.02.02	Custo de Construção	-847.692	-812.077	-758.074
3.03	Resultado Bruto	3.373.641	3.061.949	2.315.516
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.379.100	-1.272.755	-1.063.180
3.04.01	Despesas com Vendas	-503.064	-483.728	-468.943
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-288.202	-298.232	-262.728
3.04.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	-214.862	-185.496	-206.215
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-717.294	-651.367	-576.962
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	43.530	67.703	136.868
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-202.272	-205.363	-154.143
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-202.272	-205.363	-154.143
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.994.541	1.789.194	1.252.336
3.06	Resultado Financeiro	-321.535	-2.922	-206.382
3.06.01	Receitas Financeiras	376.241	333.150	277.875
3.06.02	Despesas Financeiras	-697.776	-336.072	-484.257
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.673.006	1.786.272	1.045.954
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-356.086	-406.926	-202.592
3.08.01	Corrente	-371.448	-305.613	-126.952
3.08.02	Diferido	15.362	-101.313	-75.640
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.316.920	1.379.346	843.362
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.316.920	1.379.346	843.362
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.316.920	1.379.346	843.362

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,47	3,64	2,22
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,47	3,64	2,22

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.316.920	1.379.346	843.362
4.02	Outros Resultados Abrangentes	63.247	-49.801	40.603
4.02.01	Ganho (perda) Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	63.247	-49.801	43.476
4.02.04	Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	0	0	-2.873
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.380.167	1.329.545	883.965
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.380.167	1.329.545	883.965

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.050.527	1.734.308	1.117.315
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.830.937	2.482.466	2.088.028
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.316.920	1.379.346	843.362
6.01.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	214.862	185.496	206.215
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	282.436	62.672	33.317
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros, Líquidas	297.285	216.640	230.852
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-15.362	101.313	75.640
6.01.01.08	Ganho (Perda) na Baixa de Intangível e Imobilizado	-2.371	27.211	13.250
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	801.005	789.570	730.133
6.01.01.10	Constituição (Reversão) de Provisões	19.564	-262.420	-38.400
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	7.760	58.871	54.945
6.01.01.12	Ativos Financeiros	-82.943	-73.914	-56.336
6.01.01.13	Outros	-7.140	-3.412	-4.601
6.01.01.16	Provisão para Perdas de Estoque	-823	1.093	-349
6.01.01.17	Dividendos e JCP prescritos	-256	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	120.543	37.127	-409.594
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-211.637	-383.655	-204.710
6.01.02.02	Estoques	6.626	3.797	-29.077
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-63.924	53.795	9.893
6.01.02.07	Adiantamento Repasse Tarifário	11.061	9.497	7.471
6.01.02.09	Outros Ativos	62.642	-5.664	12.490
6.01.02.10	Fornecedores	-29.404	89.682	-9.373
6.01.02.11	Impostos, Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais	387.737	330.493	201.911
6.01.02.12	Provisões para Férias e 13º Salário	9.020	5.067	16.142
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	-661	29.988	-69.941
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	1.729	-29.721	15.427
6.01.02.15	Contingências	12.997	-8.470	2.065
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	-21.562	-78.612	-64.527

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01.02.17	Outras Obrigações	-21.758	-14.538	-37.796
6.01.02.18	Salários a Pagar - Acordo Coletivo	0	0	-178.835
6.01.02.20	Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-22.323	35.468	-80.734
6.01.03	Outros	-900.953	-785.285	-561.119
6.01.03.01	Juros Pagos	-426.836	-423.643	-341.874
6.01.03.02	Juros Pagos a Parceria Público Privada	-12.118	-11.820	-15.655
6.01.03.03	Pagamento de IR/CSLL	-461.999	-349.822	-203.590
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.270.202	-1.566.556	-1.238.749
6.02.06	Pagamento a Parceria Público Privada	-40.506	-36.634	-25.464
6.02.07	Valor recebido pela venda de imobilizado	6.931	3.896	3.476
6.02.10	Aquisição de Ativos de Contrato	-1.372.473	-1.065.792	-976.920
6.02.11	Aquisição de Ativos Intangíveis	-645.775	-417.899	-211.393
6.02.12	Aquisição de Ativos Imobilizados	-77.843	-66.450	-78.882
6.02.13	Caução em Garantia de Financiamentos	29.754	4.605	37.776
6.02.14	Bancos e Aplicação de Convênio	-7.630	11.718	-8.522
6.02.16	Aumento Títulos e Valores Mobiliários	-358.999	0	0
6.02.17	Recebimento de Ativos Financeiros	0	0	21.180
6.02.18	Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	196.339	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-169.668	-258.626	-65.988
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.756.387	1.498.361	876.002
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-683.206	-906.246	-762.550
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-421.954	-591.911	-136.141
6.03.10	Dividendos Pagos	-735.561	-185.535	0
6.03.12	Custo de Captação	-22.134	-21.673	-3.443
6.03.13	Pagamento de Arrendamento Mercantil	-63.200	-51.622	-39.856
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-389.343	-90.874	-187.422
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.031.425	1.122.299	1.309.721
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	642.082	1.031.425	1.122.299

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	4.225.721	0	-45.705	7.573.825	0	7.573.825
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	4.225.721	0	-45.705	7.573.825	0	7.573.825
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.316.920	63.247	1.380.167	0	1.380.167
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.316.920	0	1.316.920	0	1.316.920
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	63.247	63.247	0	63.247
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	204.146	0	207.039	-1.316.920	-28	-905.763	0	-905.763
5.06.04	Reserva Legal	0	0	65.846	-65.846	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	756	0	38.790	-39.546	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	203.390	0	402.403	-605.793	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-502.251	0	-502.251	0	-502.251
5.06.09	Dividendos Extraordinários	0	0	-300.000	0	0	-300.000	0	-300.000
5.06.10	Dividendos Complementares	0	0	0	-103.512	0	-103.512	0	-103.512
5.06.11	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	42	-42	0	0	0
5.06.12	IR e CS diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-14	14	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.606.531	-8.576	4.432.760	0	17.514	8.048.229	0	8.048.229

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.856.580	0	4.125	7.254.514	0	7.254.514
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.856.580	0	4.125	7.254.514	0	7.254.514
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.379.346	-49.801	1.329.545	0	1.329.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.379.346	0	1.379.346	0	1.379.346
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-49.801	-49.801	0	-49.801
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-49.801	-49.801	0	-49.801
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	369.141	-1.379.346	-29	-1.010.234	0	-1.010.234
5.06.04	Reserva Legal	0	0	68.967	-68.967	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	34.834	-34.813	0	21	0	21
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	637.812	-637.812	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-479.132	0	-479.132	0	-479.132
5.06.08	Dividendos Declarados	0	0	0	-158.651	0	-158.651	0	-158.651
5.06.09	Dividendos Extraordinários	0	0	-372.472	0	0	-372.472	0	-372.472
5.06.10	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	44	-44	0	0	0
5.06.11	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-15	15	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	4.225.721	0	-45.705	7.573.825	0	7.573.825

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	0	3.402.583	-36.434	6.759.958	0	6.759.958
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	0	3.402.583	-36.434	6.759.958	0	6.759.958
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	843.362	40.603	883.965	0	883.965
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	843.362	0	843.362	0	843.362
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.603	40.603	0	40.603
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	43.476	43.476	0	43.476
5.05.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.873	-2.873	0	-2.873
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	453.997	-843.362	-44	-389.409	0	-389.409
5.06.04	Reserva Legal	0	0	42.168	-42.168	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	20.680	-18.984	0	1.696	0	1.696
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	391.149	-391.149	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-391.105	0	-391.105	0	-391.105
5.06.10	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	66	-66	0	0	0
5.06.11	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-22	22	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	453.997	3.402.583	4.125	7.254.514	0	7.254.514

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	8.423.650	7.958.911	6.660.397
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.747.290	7.264.626	5.971.670
7.01.02	Outras Receitas	43.530	67.704	136.868
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	43.530	67.704	92.286
7.01.02.02	Recuperação de Contas Baixadas	0	0	44.582
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	847.692	812.077	758.074
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-214.862	-185.496	-206.215
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.114.135	-2.833.545	-2.544.515
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.644.042	-2.442.293	-2.235.222
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-347.125	-257.460	-226.147
7.02.04	Outros	-122.968	-133.792	-83.146
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.309.515	5.125.366	4.115.882
7.04	Retenções	-801.005	-789.571	-730.133
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-801.005	-789.571	-730.133
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.508.510	4.335.795	3.385.749
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	388.700	344.324	285.721
7.06.02	Receitas Financeiras	388.700	344.324	285.721
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.897.210	4.680.119	3.671.470
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.897.210	4.680.119	3.671.470
7.08.01	Pessoal	1.493.214	1.593.458	1.357.814
7.08.01.01	Remuneração Direta	939.766	1.036.099	885.118
7.08.01.02	Benefícios	410.237	402.548	367.989
7.08.01.03	F.G.T.S.	71.577	69.876	66.703
7.08.01.04	Outros	71.634	84.935	38.004
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	71.634	84.935	38.004
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.227.007	1.230.987	899.194
7.08.02.01	Federais	1.153.441	1.163.309	835.836
7.08.02.02	Estaduais	67.726	64.150	60.344

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.02.03	Municipais	5.840	3.528	3.014
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	860.069	476.328	571.100
7.08.03.01	Juros	819.872	452.384	561.597
7.08.03.02	Aluguéis	39.889	23.787	9.503
7.08.03.03	Outras	308	157	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.316.920	1.379.346	843.362
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	502.251	637.783	391.105
7.08.04.02	Dividendos	103.512	0	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	711.157	741.563	452.257

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A COPASA MG logrou atingir, em 2024, receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos da ordem de R\$6,97 bilhões, uma elevação de 6,8% em relação a 2023 (R\$6,53 bilhões), com um EBITDA de R\$2,80 bilhões e margem de 39,7%. O lucro líquido foi de R\$1,32 bilhão (R\$1,38 bilhão em 2023), sendo que essa ligeira queda foi decorrente, sobretudo, das variações cambiais (sem efeito caixa), em função da desvalorização do real frente ao euro.

Em 2024, a Companhia manteve seu índice de cobertura de serviços de água superior a 99% em sua área de abrangência, o que demonstra que a COPASA MG já atingiu a universalização requerida pelo Novo Marco do Saneamento antes do prazo preconizado de 2033. Quanto ao esgotamento sanitário, o índice de cobertura global para esgoto coletado e tratado foi de 77,3%, 2,3 p.p. (pontos percentuais) superiores ao indicador apresentado em 2023 (75%). A COPASA MG tem robusto Programa de Investimentos para o período de 2025 a 2029, de R\$16,9 bilhões, com o fito de manter a qualidade dos serviços de água já universalizados e atingir a universalização dos serviços de esgotamento sanitário, como estabelecido pelo Novo Marco do Saneamento.

Em sua área comercial, a COPASA MG adotou diversas medidas que visaram a melhorias, sobretudo, em 2 (duas) frentes: (i) leitura e qualidade da medição, com o objetivo de garantir a confiabilidade na leitura dos hidrômetros e refletir o consumo real dos clientes e (ii) aperfeiçoamento de suas ações de negociações de débitos, para reduzir a inadimplência. Como resultado destas últimas ações, o índice de inadimplência da Companhia, em dezembro de 2024, foi de 2,92%, menor índice observado desde setembro/2016, início da série histórica.

No ano de 2024, a COPASA MG prosseguiu em sua tendência de queda no índice de perdas na distribuição, registrando um decréscimo de 0,5 p.p. nesse ano, considerando o indicador em percentual. Tal fato é consequência das medidas de redução de perdas que a Companhia vem implementando, tais como a renovação do seu parque de hidrômetros, com a substituição anual de, em média, 20% dos equipamentos antigos, resultando na redução de perdas aparentes e elevação dos volumes faturados e utilização de tecnologias avançadas e equipamentos modernos para a detecção de vazamentos não visíveis.

A contratação de energia elétrica do tipo incentivada para as unidades de média e alta tensões da Companhia representou, em dezembro de 2024, 49% da energia consumida pela COPASA MG (38% em dezembro de 2023), correspondendo a uma economia de cerca de R\$120 milhões nos dois últimos anos. Ademais, a COPASA MG assinou contrato para migração das instalações de média tensão para o mercado varejista de economia, sendo que a migração se iniciou em março de 2025, com previsão de que 100% das unidades passíveis de migração estejam no mercado varejista até 2026, equivalendo a 29% do consumo total da Companhia. Há que se destacar ainda que a COPASA MG está desenvolvendo projeto para a instalação de usinas fotovoltaicas nas unidades atendidas em baixa tensão, sendo que a Companhia já iniciou o suprimento de algumas dessas unidades por meio de fazendas solares, de forma que cerca de 13% do consumo da COPASA MG é suprido por energia fotovoltaica.

Em sua atuação na seara ambiental, a COPASA MG, dentre diversas outras ações, destaca-se pela manutenção do premiado Programa Pró-Mananciais, que objetiva a proteção e recuperação dos mananciais de captação de água da Companhia e que, desde seu início, em 2017, já investiu R\$136 milhões em diversos projetos de proteção ambiental, dos quais R\$20 milhões foram investidos em 2024.

A Companhia concede às famílias de baixa renda o benefício da Tarifa Social, que oferece redução de até 50% nas contas de água e esgoto, conforme consumo mensal, limitado a 20m³ e oferece, ainda, descontos que variam de 10% a 50% nas tarifas aos municípios adimplentes, resultando, para esses, uma economia de R\$67 milhões em 2024. Há, também, a concessão de desconto de 50% a entidades filantrópicas, sendo que esse programa foi reconhecido pela Arsae-MG em 2024 como parte integrante do custo tarifário e montou, no ano, a R\$25 milhões, beneficiando 512 entidades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A COPASA MG participou, ao longo de 2024, de diversos projetos culturais e esportivos, reconhecendo a importância de engrandecer e promover os valores de Minas Gerais, refletindo o compromisso da Companhia com sua responsabilidade social e cumprindo o seu propósito de gerar valor nas comunidades onde atua.

Em 2024, a COPASA MG conduziu importante projeto de integração dos terceirizados sob o aspecto de saúde e segurança, com oferta mensal de turmas de capacitação, que abordaram temas fundamentais para a Política de Saúde e Segurança e para o Programa Acidente Zero. Ainda no que diz respeito à saúde e segurança, a Companhia concluiu, em 2024, um projeto, em parceria com uma consultoria referência mundial no assunto, cujo objetivo é a evolução da cultura de saúde e governança da COPASA MG, com a implementação de práticas preventivas e os respectivos indicadores proativos, de modo a fomentar a adesão ao tema e sua governança.

A COPASA MG, por ser uma sociedade anônima de economia mista, listada no Novo Mercado e prestadora de serviços de saneamento básico, está sujeita a rígidas regulamentações do mercado de capitais, da lei das estatais, do Estado de Minas Gerais, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae – MG. Por isso, a Companhia está dotada de complexa e robusta estrutura de Governança Corporativa, *Compliance*, controles internos e Gestão de Riscos, compatível com os mais estritos padrões internacionais de qualidade e eficiência. Tanto assim que, em janeiro de 2025, a COPASA MG obteve a certificação ISO 37.301, norma aplicável a instituições que buscam estruturar ou aprimorar os seus sistemas de conformidade. Essa certificação demonstra o comprometimento da alta administração e dos empregados com a cultura de integridade, contribuindo para o aprimoramento das práticas de conformidade e governança.

No que diz respeito às ações relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, a Companhia instituiu a Semana da Proteção de Dados, voltada a todos os empregados, com o intuito de disseminar conhecimento e promover mudanças culturais sobre privacidade, além de realizar diversos treinamentos sobre a LGPD, tanto para o público interno, quanto para parceiros e terceirizados.

Diante de todo esse contexto, a COPASA MG gostaria de agradecer a todas as partes relacionadas com as quais interagiu em 2024 – clientes, funcionários, fornecedores, acionistas, analistas, poder concedente, comunidades locais e outras – que contribuíram para os resultados alcançados no ano e para as ações implementadas com o objetivo de aprimorar a performance econômico-financeira e operacional da Companhia. Muito obrigado a todos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

1. A Companhia

1.1. Perfil da Companhia

A COPASA MG é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado de Minas Gerais. As ações são negociadas, desde fevereiro de 2006, no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código CSMG3. A COPASA MG tem como atividade planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

A Companhia e sua subsidiária COPANOR possuem concessões em 75% dos municípios do estado de Minas Gerais, atendendo a uma população aproximada de 11,8 milhões de habitantes com serviços de abastecimento de água, dos quais 8,7 milhões de habitantes possuem, também, os serviços de esgotamento sanitário.

1.2. Concessões Detidas

Em dezembro de 2024, a COPASA MG e a COPANOR possuíam 637 concessões para prestação de serviços de água e 308 concessões para prestação de serviços de esgotamento sanitário, conforme tabela a seguir:

Concessões ^{1,2}	12/2024			12/2023		
	Total	Controladora	COPANOR	Total	Controladora	COPANOR
Água						
Concessões	637	588	49	638	589	49
Em Operação	633	584	49	633	584	49
Esgoto						
Concessões	308	252	56	309	253	56
Em Operação	273	231	42	273	231	42

(1) Considera-se apenas 1 (uma) concessão/operação por município, independentemente de haver mais de um contrato, nos casos de atendimento da COPASA MG e COPANOR no mesmo município, ou de se tratar de um contrato que abranja somente distritos e localidades.

(2) Inclui as concessões vencidas com 43 municípios e as concessões com 1 (um) município cujo contrato foi declarado judicialmente nulo.

Nos últimos 12 meses, ocorreram as seguintes movimentações nas concessões:

- **Encerramento de contratos:** foi encerrado o contrato de concessão de água e de esgoto no município de Nanuque (população urbana de 35,0 mil habitantes; 0,25% da receita da Companhia), que estava judicialmente nulo.
- **Início de operação:** foi iniciada a operação de água no município de Mesquita (população urbana de 3,5 mil habitantes) e de esgoto no município de Santo Antônio do Itambé (população urbana de 1,3 mil habitantes).
- **Aditamento de contratos:** foram aditados 4 (quatro) Contratos de Concessão de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo ocorrido mudança da forma de regulação, que passou de discricionária para contratual, conforme tabela a seguir:

Município	Representatividade da Receita Líquida ¹	Vencimento	Data do Comunicado ao Mercado
Patos de Minas	1,6%	12/2038	09.05.2024
Divinópolis	2,3%	06/2041	31.07.2024
Visconde do Rio Branco	0,3%	07/2054	01.08.2024
Rio Pomba	0,1%	09/2054	10.09.2024

(1) Percentual em relação à Receita Líquida total da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A seguir, relação das 10 principais concessões vigentes em 31.12.2024, que representavam, em conjunto, cerca de 49% da receita líquida de água e esgoto da Companhia, bem como os respectivos vencimentos:

Relação das 10 Maiores Concessões Vigentes	Vencimento
Belo Horizonte	11/2032
Contagem	02/2073
Betim	12/2042
Montes Claros	07/2048
Ribeirão das Neves	05/2034
Divinópolis	06/2041
Patos de Minas	12/2038
Santa Luzia	02/2050
Pouso Alegre	08/2046
Varginha	06/2047

Em dezembro de 2024, 83% das receitas de água e esgoto da Companhia eram provenientes de concessões cujos prazos de vencimento ocorrem após dezembro de 2031. Encontram-se vencidas as concessões referentes a 43 municípios e judicialmente nulo o contrato de 1 (um) município, que representam, conjuntamente, cerca de 4,8% das receitas de água e esgoto.

Atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais, os serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, tanto nos municípios com concessões vencidas, quanto no município em que foi decretada a nulidade contratual.

1.3. Índices de Cobertura

Em 2024, o índice de cobertura do serviço de água da COPASA MG, em sua área de abrangência, está acima de 99%, como verificado também em anos anteriores, sendo superior, portanto, ao requerido pelo Novo Marco do Setor de Saneamento, o que demonstra que a Companhia já atingiu a universalização antes do prazo preconizado, que é 2033.

Quanto ao esgotamento sanitário, a Companhia apresentou, em 2024, índice de cobertura global para esgoto coletado e tratado de 77,3%, 2,3 p.p. (pontos percentuais) superiores ao indicador apresentado em 2023 (75,0%). O robusto Programa de Investimentos da COPASA MG para o período de 2025 a 2029, de R\$16,9 bilhões, como detalhado no item 5.2 abaixo, visa, além de realizar os investimentos necessários para manter a qualidade da oferta de água já universalizada, expandir os investimentos focados na ampliação das redes de coleta e tratamento de esgoto, com o fim de atingir a universalização do serviço de esgotamento sanitário estabelecida pelo Novo Marco do Saneamento, ou seja, cobertura de 90% da população com coleta e tratamento até 2033.

Os índices de cobertura de água e de esgoto da Companhia são muito superiores aos verificados para a média nacional. Segundo os dados divulgados, em janeiro de 2024, pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, para o ano de referência de 2022, o índice de atendimento global com rede de água, em nível nacional, montou a 84,9% e o percentual de tratamento de esgoto atingiu 52,2%, o que demonstra a superioridade dos indicadores da COPASA MG.

Objetivando universalizar seus serviços nas zonas rurais e zonas urbanas de baixo adensamento, a Companhia lançou, em maio de 2023, o programa Universaliza Minas, que possui um grande número de projetos de pequena dimensão e de baixa complexidade técnica.

Desde seu lançamento, até janeiro de 2025, o programa Universaliza Minas já implantou sistemas de água e esgoto em 114 localidades, alcançando cerca de 45 mil pessoas. Adicionalmente, encontram-se em andamento obras em outras 121 localidades, impactando cerca de 48 mil pessoas. No total, o portfólio conta com R\$404 milhões em projetos aprovados, abrangendo 639 localidades referentes a 166 concessões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Contexto Macroeconômico e Regulatório

O Produto Interno Bruto (PIB) de 2024 cresceu 3,4%, impulsionado principalmente pelo setor de serviços e pelo setor industrial. Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego atingiu 6,2% em dezembro de 2024, sendo esse resultado anual o menor da série histórica iniciada em 2012, com a criação de 1,69 milhões de empregos formais em 2024.

No entanto, o país vem enfrentando sérios desafios fiscais, com elevação da dívida pública. Já a inflação, medida pelo IPCA, fechou 2024 em 4,83%, acima do limite máximo da meta estabelecida. Visando a controlar a inflação, o Banco Central elevou a taxa Selic para 12,25% em dezembro de 2024, atualizando-a para 13,25% em janeiro de 2025, com previsão de elevação nessa taxa.

No aspecto tributário, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, instituída pela Emenda Constitucional (EC) nº 132/2024, popularmente denominada Lei da Reforma Tributária do consumo, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O objetivo é simplificar o sistema tributário nacional por meio da substituição dos 5 (cinco) principais tributos incidentes sobre o consumo (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por 1 (um) Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o Imposto Seletivo (IS) de natureza extrafiscal e regulatória, voltado ao desestímulo do consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. O início da vigência do novo sistema tributário será em janeiro de 2026, com período de transição de 7 (sete) anos, para calibração das alíquotas.

O impacto para o setor de saneamento básico será significativo, uma vez que, dos tributos substituídos pela reforma tributária, o setor atualmente contribui apenas para o PIS/COFINS, cuja alíquota nominal é de 9,25%. Considerando a não cumulatividade, a alíquota efetiva para a COPASA MG, atualmente, é da ordem de 6,54%, o que implicará em elevação substancial da carga tributária.

A alíquota dos novos tributos será fixada por lei específica do respectivo ente federativo. No entanto, em estimativa divulgada pelo Ministério da Fazenda, a alíquota padrão será cerca de 28% em 2033, sendo o início da cobrança de alíquotas parciais previsto para 2026, com elevação gradativa até 2033.

Em janeiro de 2025, foi publicado no site da Fundação Getúlio Vargas – Instituto Brasileiro de Economia, o estudo “Infortúnio consumado: impacto da reforma tributária no saneamento básico”, projetando que o peso dos tributos para o setor passará para 28% de alíquota padrão, de acordo com dados anunciados em estudo publicado pelas entidades representativas da área.

A Companhia vem desenvolvendo estudos para avaliar o impacto econômico-financeiro de tais mudanças, considerando o ambiente regulatório a que está submetida. Além disso, prepara-se para a implementação e operacionalização dos ajustes nos sistemas de gestão empresarial, visando ao atendimento das exigências previstas.

Sob o aspecto do clima, a Organização Meteorológica Mundial (OMM) apurou, com base em 6 (seis) conjuntos de dados internacionais, que o ano de 2024 foi o mais quente já registrado, provavelmente significando que vivenciamos o 1º (primeiro) ano com uma temperatura média global superior ao limite de +1,5°C estabelecido em 2015 no Acordo de Paris. Verificou-se a continuidade de ocorrência das intensas ondas de calor em grande parte do Brasil, consequência do fenômeno El Niño, que atua no aquecimento das águas do Oceano Pacífico, observado, especialmente, a partir do 2º (segundo) semestre de 2023. No aspecto local, a cidade de Belo Horizonte destacou-se como a capital brasileira com maior número de dias sequenciais sem chuvas em 2024, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), num total de 154 dias de estiagem que perdurou de abril a setembro.

Em 2024, no âmbito do novo Marco do Saneamento, com a nova atribuição regulatória da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) de editar Normas de Referência (NR), contendo diretrizes para a regulação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, como forma de uniformizar normas do setor, importantes temas foram submetidos a consultas públicas e regulamentados, conforme detalhado a seguir:

▪ **NR 08/2024, aprovada por meio da Resolução nº 192/2024, de 10.05.2024:** essa Norma de Referência dispõe sobre metas progressivas de universalização de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, indicadores de acesso e sistema de avaliação. Está previsto nessa NR que *“para fins de monitoramento e avaliação do alcance das metas de universalização, consideram-se a cobertura e o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) dos domicílios com água potável e a cobertura e o atendimento de 90% (noventa por cento) dos domicílios com coleta e tratamento de esgotos, até 31 de dezembro de 2033, em cada município”*.

Importante destacar que a mesma NR prevê que a entidade reguladora infranacional ou o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá estabelecer prazo para que os usuários conectem suas edificações à rede, onde disponível. Esse prazo não deve ser superior a 1 (um) ano, a ser contado da verificação da não ligação às redes disponíveis ou do início da operação da rede recém-instalada.

A entidade reguladora infranacional ou o titular dos serviços públicos de saneamento básico deverá, sob pena de responsabilização prevista em Lei, até 31 de dezembro de 2025, verificar e aplicar o procedimento previsto a todas às edificações implantadas na área coberta com serviço de esgotamento sanitário e, com eventual apoio de outras entidades competentes, aplicar as sanções previstas na legislação, conforme disposto no art. 45 da Lei Federal nº 11.445/2007.

▪ **NR 09/2024, aprovada por meio da Resolução ANA nº 211/2024, de 23.09.2024:** essa Norma de Referência estabelece diretrizes sobre os indicadores operacionais da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a exemplo de indicadores de monitoramento da qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Vale ressaltar que, em continuidade ao processo iniciado pela ANA em 2023 com a divulgação, em agosto de 2023, da Resolução ANA nº 161/2023 (NR nº 03/2023), referente às regras para indenização de ativos, foi concluído, em 2024, pela Arsae-MG, com a publicação, em 20.03.2024, da Resolução Arsae-MG nº 191/2024, o normativo estabelecendo as metodologias de cálculo dos valores de indenização de investimentos não amortizados, vinculados a bens reversíveis ao Poder Concedente, em caso de vencimento ou de extinção antecipada de concessões de serviços públicos regulados pela Arsae-MG.

Ainda em relação ao tema, em 10.12.2024, foi publicada a Resolução Arsae-MG nº 200/2024, alterando a Resolução Arsae-MG nº 191/2024, visando, principalmente, à inclusão da metodologia de avaliação anual dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente (Anexo II) e da metodologia de avaliação dos custos de ruptura dos contratos de serviços públicos regulados pela referida Agência (Anexo III).

Referente ao benefício da subvenção para instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que exercem atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, a Agência, por meio da Resolução Arsae-MG nº 189/2024, estabeleceu as regras gerais a serem aplicadas nesse Programa. Com isso, os valores passam a ser considerados na tarifa da Companhia.

Referente à definição das tarifas, em novembro de 2024, foi autorizado reajuste de 6,42%, vigente a partir de 01.01.2025, conforme Resolução Arsae-MG nº 197/2024. Vale mencionar que, em 01.01.2024, foi aplicado o reajuste aprovado em novembro de 2023 (Resolução Arsae-MG nº 185/2023), cujo Efeito Tarifário Médio foi de 4,21%.

Em 2024, foi iniciada a 3ª (terceira) Revisão Tarifária Periódica da COPASA MG, para aplicação a partir de 01.01.2026, conforme cronograma abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fases	Temas a Serem Abordados	Período de Consulta Pública		
		Início	Final	Resultado
1ª Fase	Diretrizes, Abordagem Geral, Pauta e Cronograma	mai/24	jun/24	ago/24
2ª Fase Metodologia	Metodologia de Verificação dos Ativos Classificação Regulatória das Contas Contábeis Reconstrução da Receita Tarifária de Equilíbrio Custos de Capital	jul/24	ago/24	out/24
	Fator X Programas Especiais (PPM, PDI e Repasses FMSB)	jan/25	fev/25	abr/25
	Estrutura Tarifária e Avaliação da Capacidade de Pagamento Metodologia de Reajustes Tarifários Anuais	abr/25	mai/25	jul/25
3ª Fase - Resultados	Resultado Final – COPASA MG	ago/25	set/25	nov/25
Finalização do Processo	Publicação da Resolução	até 02.12.2025		
	Aplicação das Novas Tarifas	01.01.2026		

Os links dos principais documentos divulgados pela Arsae-MG, referentes à revisão tarifária, encontram-se elencados abaixo, sendo que tais documentos podem ser acessados por meio do endereço www.arsae.mg.gov.br/consultas-publicas.

1ª Fase (Diretrizes, Abordagem Geral, Pauta e Cronograma): Consulta e Audiência Pública nº 52/2024➤ **Documentos Finais após a Consulta Pública:**

- [Nota Técnica CRE 03/2024.](#)
- [Relatório Técnico CRE 01/2024.](#)

2ª Fase (1ª Etapa de Metodologias): Consulta e Audiência Pública nº 54/2024:➤ **Documentos Finais após a Consulta Pública:**

- [Relatório Técnico CRE 02/2024 – Análise das contribuições – metodologia de verificação de ativos.](#)
- [Nota Técnica CRE 08/2024 – Metodologia de verificação dos ativos.](#)
- [Relatório Técnico CRE 04/2024 – Respostas às contribuições recebidas.](#)
- [Nota Técnica CRE nº 10/2024 – Metodologia de reconstrução da receita, IRT e ETM.](#)
- [Nota Técnica CRE nº 11/2024 – Classificação regulatória das contas contábeis.](#)
- [Nota Técnica CRE nº 12/2024 – Metodologia de custos de capital.](#)
- [Planilha – Cálculos preliminares BRE e BRA.](#)
- [Planilha – WACC preliminar.](#)

2ª Fase (2ª Etapa de Metodologias): Consulta e Audiência Pública nº 60/2025➤ **Documentos Preliminares (Pré Consulta Pública):**

- [Regulamento de consulta pública e audiência pública.](#)
- [Nota Técnica CRE 01/2025 – Fator X e incentivos tarifários.](#)
- [Nota Técnica CRE 02/2025 – Programas Especiais.](#)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Planejamento Estratégico

Em dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Planejamento Estratégico da COPASA MG para o ciclo 2022-2026, expressando-o na sua Declaração Estratégica e no Mapa Estratégico, demonstrados a seguir:

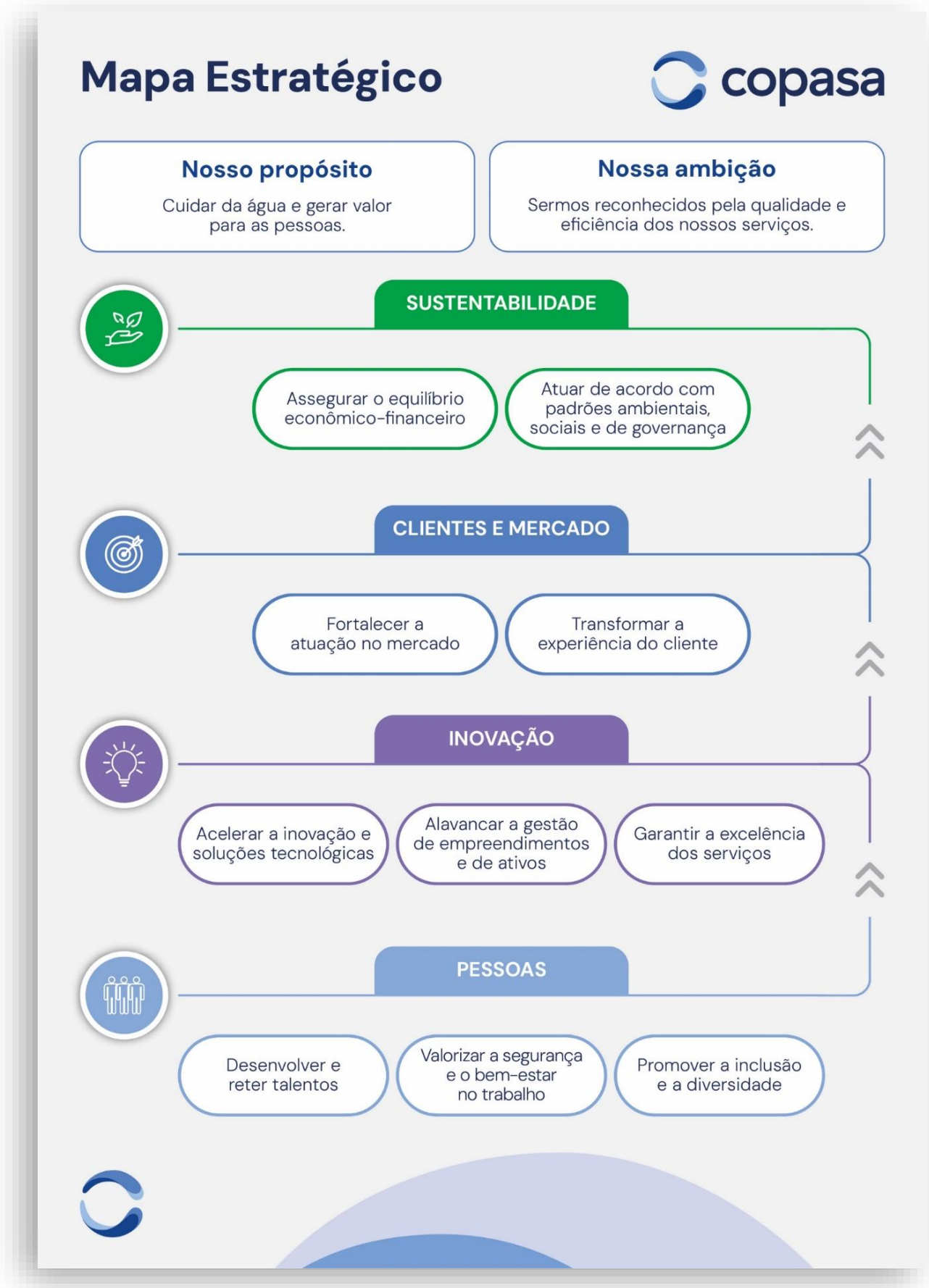


Nossa ambição

Seremos reconhecidos pela qualidade e eficiência dos nossos serviços.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.1. Programa Estratégico Excelência da Gestão

O Programa Estratégico Excelência da Gestão, implantado desde 2021, intensificou a aplicação do Modelo de Excelência da Gestão (MEG) em toda a Companhia.

3.1.1. Ações adotadas no exercício de 2024

Ao longo do ano, foram significativos os avanços na execução do Programa:

- ✓ 90 pessoas capacitadas no MEG, com a inserção dos requisitos ESG;
- ✓ execução e acompanhamento dos Planos de Melhoria da Gestão – PMGs;
- ✓ realização do Seminário Inova, que contou com a inscrição de mais de 30 Cases;
- ✓ inscrição de 10 Cases de Sucesso no Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), sendo que 6 (seis) foram selecionados para apresentar no Seminário de Benchmarking do PNQS e 3 (três) deles receberam o reconhecimento de finalistas (Programa Mentoria Feminina; gestão de monitoramento de radiação; e gestão eficaz e inovadora da inadimplência em Coromandel/MG) e 2 (dois) foram vencedores (programa de sugestões; e monitoramento do apetite a riscos).

3.2. Escritório de Processos de Negócio

Em alinhamento ao Objetivo Estratégico de “Garantir a excelência dos serviços” e à iniciativa estratégica de “Implantar a gestão por processos”, foi implantado, em abril de 2024, o Escritório de Processos de Negócio, com suporte de consultoria, utilização da metodologia BPM (*Business Process Manangement*) e solução tecnológica BPMS (*Bussines Process Manangement Suit*).

O escopo do Escritório, cujos esforços estão concentrados em 2 (duas) frentes - Experiência do Cliente e Ciclo de Vida de Contratos -, contempla a revisão e gestão da cadeia de valor da Companhia e o mapeamento e melhoria dos processos, tendo como objetivo a otimização e eficiência de suas atividades. A expectativa é que essas iniciativas tragam maior agilidade, por meio de um processo enxuto e com maior nível de automatização de atividades.

3.3. Projeto Estratégico Gestão Competitiva

A Lei Federal nº 14.026/2020 trouxe uma nova realidade ao setor de saneamento, em especial, às companhias estatais, com destaque para o alcance da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário até 2033, o atingimento de metas para perdas de água e qualidade dos serviços prestados, bem como a participação em licitações, no caso de encerramento do contrato ou expansão do mercado de atuação. Esse cenário leva à necessidade de reavaliação de processos que possam viabilizar a obtenção desses objetivos e buscar a sustentabilidade da COPASA MG, o que somente será obtido pela elevação dos seus níveis de performance e competitividade.

Nesse sentido, a Companhia implantou, em agosto de 2024, o Projeto Estratégico Gestão Competitiva, com suporte de consultoria externa, por meio do desenvolvimento de 3 (três) frentes de trabalho - Gestão dos Investimentos, Organização e Pessoas e Análise Avançada de Dados -, conforme detalhado a seguir:

3.3.1. Gestão dos Investimentos: considerando a necessidade de preparar a Companhia para um ciclo de expansão substancial nos investimentos, conforme Plano Plurianual de Investimentos, e visando ao fortalecimento da capacidade de execução dos montantes planejados, foi realizado, ao longo do segundo semestre de 2024, um diagnóstico e redesenho abrangente sobre o modelo atual de investimentos, avaliando desde a estratégia de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

investimentos e gestão do portfólio até o ciclo de empreendimentos e seus habilitadores (governança, estrutura e pessoas), elevando a COPASA MG aos patamares das melhores práticas de mercado.

3.3.2. Organização e Pessoas: foi proposto um novo desenho organizacional, que deve habilitar transformações significativas para a COPASA MG. Essa nova estrutura, desenhada para ser mais balanceada e otimizada, permitirá ganhos de efetividade e alinhamento, incrementando agilidade na tomada de decisão e capacidade de execução. Espera-se, ainda, maior eficiência, por meio da centralização de funções de gestão e suporte, além de ganhos de produtividade nas operações, considerando a gestão orientada por processos, que visa especializar, padronizar e otimizar processos operacionais.

3.3.3. Análise Avançada de Dados: contempla a revisão do modelo de detecção de fraudes, por meio da realização de diagnóstico ponta a ponta e avaliação da maturidade e efetividade dos processos atuais, com o foco na proteção da receita. Para tanto, o projeto inclui o suporte na especificação técnica para desenvolvimento de ferramenta para detecção e combate a fraudes e outros estudos para impulsionar iniciativas voltadas para a análise e ciência de dados, visando a ganhos para o negócio.

4. Relacionamento com o Cliente

De acordo com a sua Declaração Estratégica, a COPASA MG tem o cliente no centro de suas iniciativas. Compreender as necessidades e expectativas dos clientes é fundamental para aprimorar continuamente produtos, serviços e processos, demonstrando o compromisso da empresa em proporcionar experiências positivas em todos os pontos de contato.

Buscando oferecer um atendimento mais personalizado e proativo, a COPASA MG contratou, em 2024, uma nova solução para os Canais Digitais – WhatsApp e WebChat – com previsão de uso da Inteligência Artificial para interações mais assertivas, análise de sentimento dos clientes durante o atendimento, bem como o acompanhamento e controle de qualidade do serviço prestado. O projeto será implantado ao longo de 2025, impactando diretamente a satisfação do cliente que acessa nossos canais.

Nas agências de atendimento presenciais, teve início o projeto de revitalização das estruturas físicas, com a aplicação da nova identidade visual, visando a uma experiência mais acolhedora e agradável aos clientes, garantindo a acessibilidade, com mais conforto e segurança.

Além da parte física, foram realizadas 2 (duas) grandes contratações de serviços de atendimento para as agências localizadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e na Região Leste do Estado. Garantindo a continuidade dos serviços e os horários de atendimento regulados, a presença da equipe terceirizada vem apresentando resultados positivos, como a redução no tempo de atendimento e no tempo de espera dos clientes.

O Guia do Cliente COPASA MG foi publicado nas páginas oficiais, redes sociais e nos canais de relacionamento da Companhia. Além do Guia, a Companhia disponibilizou, ao longo do ano, vídeos explicativos dos principais serviços solicitados, apresentando de forma rápida e inovadora os documentos necessários e o melhor caminho para solicitação de cada serviço.

Adicionalmente, a fatura da COPASA MG passou por um processo de atualização com foco na otimização das informações e orientações. A Nova Conta oficial, entregue a partir de setembro de 2024, tem um *layout* mais moderno e funcional, alinhado à nova marca da Companhia, sendo que os conteúdos prioritários ganharam destaques, facilitando a compreensão do documento. Dessa forma, as mudanças promovem melhorias na experiência do cliente, conciliando usabilidade e transparência, sem alterações nas tarifas ou critérios de faturamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cabe ainda ressaltar que a COPASA MG realiza anualmente a Semana do Cliente, nos dias próximos a 15 de setembro (dia do cliente), com eventos internos de engajamento dos colaboradores, visando à consolidação do modelo de centralidade do cliente e à promoção de boas práticas para a excelência no relacionamento com o cliente COPASA MG.

Em 2024, a referida Semana trouxe a proposta de destacar como as atividades cotidianas da organização também geram valor para o cliente, tendo sido realizados encontros sobre a gestão de riscos na prática, com foco na governança, desafios e ações mitigatórias do risco relacionamento com o cliente, acompanhadas em cada unidade da Companhia. Destaca-se, ainda, a apresentação do escritório de processos (BPMO), inaugurado em 2024, com um dos temas iniciais voltados para a excelência da experiência do cliente, trazendo insights estratégicos e operacionais. Foram realizadas, ainda, iniciativas como palestra, cases, dentre outros, visando ao engajamento de equipes, a partir dos pilares de uma boa experiência ao cliente e com inspiração em líderes que implementaram a cultura de centralidade do cliente de forma exitosa em grandes empresas.

A COPASA MG acompanha a percepção dos clientes por meio de pesquisas realizadas ao longo da jornada de relacionamento (pós-atendimento e pós-serviço), além de uma pesquisa geral de satisfação. As pesquisas possuem por objetivo medir a satisfação geral dos clientes, bem como identificar necessidades e expectativas, verificar a percepção da imagem da Companhia e avaliar o nível de conhecimento dos produtos e serviços oferecidos.

Destaca-se que a pesquisa quantitativa é um insumo para o Planejamento Estratégico da Companhia, destacando-se como importante ferramenta para coleta de dados para análises e aperfeiçoamento dos processos, considerando a avaliação do cliente enquanto parte interessada, nas dimensões de água, esgoto, serviços e atendimento, core business da COPASA MG. Os resultados verificados mensalmente compõem o Indicador Anual de Satisfação do Cliente, que tem sua meta aprovada pela alta gestão da Companhia e é acompanhado considerando as particularidades regionais do Estado.

Em 2024, o Indicador Anual de Satisfação do Cliente foi de 76,8% dos clientes satisfeitos com a COPASA MG, melhor resultado desde 2021.

4.1. Estratégias Comerciais

Ao longo de 2024, a Companhia deu continuidade às ações estruturadas em 2023, promovendo iniciativas comerciais voltadas à melhoria contínua dos processos e ao fortalecimento da relação com seus clientes. Dentre elas, destacam-se:

- **Vem pra Rede Água e Esgoto:** em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, o Código de Saúde do Estado (Lei Estadual nº 13.317/1999) e a Resolução Arsae-MG nº 131/2019, a Companhia promoveu campanha educativa e informativa que objetivou conscientizar os cidadãos sobre a obrigatoriedade e os benefícios da conexão de suas edificações às redes públicas de saneamento disponíveis. Adicionalmente, a geração das ordens de serviço para notificação dos clientes e dos municípios foi automatizada, respeitando os critérios específicos da situação dos imóveis.

- **Automatização de confirmação de esgotamento sanitário:** visa a otimizar o processo, garantindo eficiência e agilidade na inclusão do ponto de serviço de esgoto, mantendo o cadastro do imóvel atualizado, evitando perda de receitas.

- **Leitura e qualidade de medição:** com o objetivo de garantir a confiabilidade na leitura dos hidrômetros e refletir o consumo real dos clientes, foram implementadas diversas medidas, incluindo:

- **Contratação de solução integrada de modernização de medição e apuração de consumo,** com tecnologias de registro fotográfico, georreferenciamento e atualização cadastral na Região Metropolitana.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Obrigatoriedade de leitura e codificação dos imóveis não conectados à rede**, buscando reduzir perdas, identificar infratores, recuperar volumes consumidos e aplicar sanções.
- **Modernização da leitura na região Leste do Estado**, abrangendo 13% das economias da Companhia, com foco na ampliação da cobertura de leituras e redução de atendimentos.
- **Implantação do controle diário de leitura e produtividade**, possibilitando o acompanhamento em tempo real do desempenho das leituras em 52% das economias da Companhia.
- **Renovação e ampliação de todos os equipamentos de leitura**, passando a ser utilizados *smartphones* com sistema Android, proporcionando agilidade e dinamismo à atividade.
- **Adequação dos contratos de demanda de clientes estratégicos**, estabelecendo procedimentos e metodologias para promover segurança regulatória e jurídica, fidelizar clientes e aumentar a receita.
- **Adequação do sistema comercial à telemetria**, permitindo o monitoramento em tempo real do consumo e da distribuição de água, reduzindo perdas e possibilitando ao cliente o acompanhamento do consumo via aplicativo. Os novos equipamentos estão em processo de licitação, com implementação prevista para o 1º (primeiro) semestre de 2025.

4.2. Jornada de negociação de débitos

A Companhia, com o objetivo de aperfeiçoar as ações de negociação de débitos e reduzir a inadimplência, implementou as seguintes medidas:

Nova cobrança administrativa: foram empregadas diversas formas de contato com os clientes, como correspondência, SMS, contato telefônico, entre outras, por meio da utilização de empresa contratada e pontos de atendimento exclusivos.

Cobrança especializada: foi contratada empresa para recuperar créditos oriundos de serviços prestados aos municípios, hospitais filantrópicos e CNPJ irregulares.

Ações estratégicas de cobrança: foram implementadas ações fundamentadas em estudos detalhados sobre classe, região, perfil de consumo e datas especiais, visando alcançar o público-alvo, aumentar a arrecadação e reduzir a inadimplência. Essas ações envolvem envio de e-mails lembrete e e-mails cobrança.

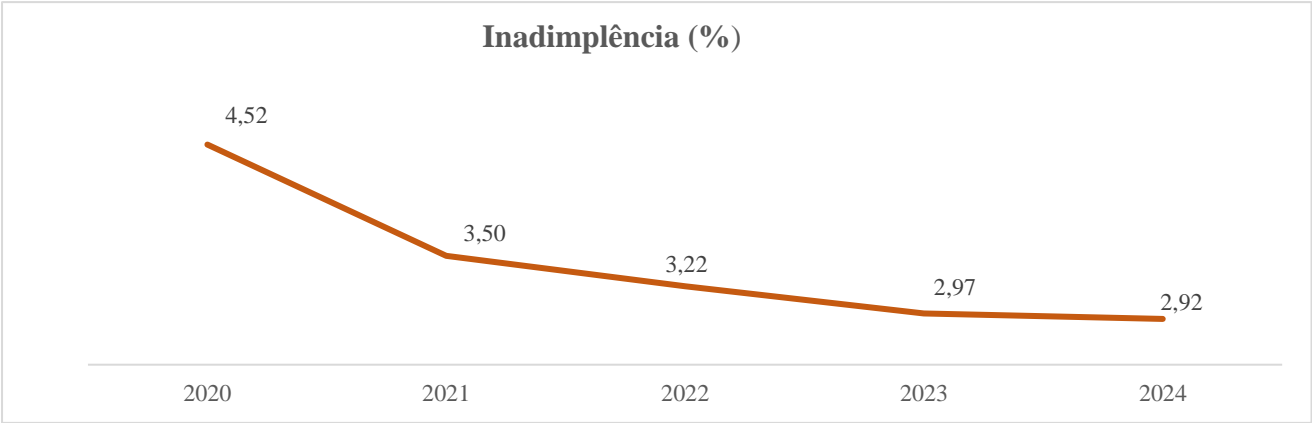
Nova cobrança judicial de CPF e CNPJ: objetiva a recuperação dos débitos de clientes cujas demais ações de negociação não surtiram o efeito esperado. Essa iniciativa recupera créditos vencidos há mais de 270 dias.

Ampliação e estruturação do Núcleo de Inteligência Comercial (NIC): essa equipe desenvolve e monitora os índices comerciais, incluindo a inadimplência, avaliando pontos de melhoria e apresentando propostas de adequações, automatizações e novos projetos, utilizando inteligência artificial.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.3. Índice de Inadimplência

Como resultado das ações realizadas, o índice de inadimplência, que corresponde à relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses, continuou a trajetória de queda. O índice, que era 3,22% em dezembro de 2022 e 2,97% em dezembro de 2023, passou para 2,92%, menor índice observado desde setembro de 2026, início da série histórica.



5. Programa de Investimentos e Captação de Recursos

5.1. Programa de Investimentos – 2024

Os valores investidos em 2024, no âmbito da Controladora, totalizaram R\$2,17 bilhões, incluindo capitalizações de juros, gastos de pessoal, materiais e outros. Tal montante, que se encontra detalhado na tabela a seguir, representa um incremento de 33,2% em relação a 2023.

Investimentos Realizados (R\$ milhões)	2020	2021	2022	2023	2024
Água	147,1	537,1	579,4	680,0	1.014,2
Esgoto	213,3	317,5	449,3	671,0	801,3
Desenvolvimento Empresarial e Operacional	99,0	52,3	100,8	78,5	70,9
Subtotal	459,4	906,9	1.129,5	1.429,5	1.886,5
Capitalizações	111,4	95,8	176,1	198,6	282,5
Total – Controladora	570,8	1.002,7	1.305,6	1.628,0	2.169,0
COPANOR	24,2	44,5	39,6	31,5	53,9
Total – COPASA MG e COPANOR	595,1	1.047,2	1.345,2	1.659,5	2.222,9

Sistemas de Abastecimento de Água

- implantação, ampliação, melhorias e atendimento a compromissos contratuais referentes aos sistemas de abastecimento de água dos municípios de Barroso, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Capelinha, Contagem, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Esmeraldas, Fronteira, Inhapim, Itamarati de Minas, João Pinheiro, Juatuba, Montes Claros, Mutum, Nova Lima, Nova Resende, Nova Serrana, Patos de Minas, Pouso Alegre, Riacho dos Machados, Ribeirão das Neves, Santa Bárbara, São João Nepomuceno, Teófilo Otoni, Timóteo, dentre outros;
- ações visando à efficientização da hidrometração e à redução de perda, com destaque para aquisição de macro e micromedidores de vazão;
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização do sistema de abastecimento de água em diversos municípios operados;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- reposição de ativos de água em diversos municípios operados; e
- execução de obras para implantação de Unidades de Tratamento de Resíduos - UTRs em Estações de Tratamento de Água – ETA dos municípios de Além Paraíba, Alfenas, Araxá, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Carmo do Rio Claro, Cataguases, Diamantina, Florestal, Guaxupé, Itajubá, Lavras, Nova Lima, Patos de Minas, Pouso Alegre, Santana do Riacho, São Gotardo, Timóteo, Três Corações, Varginha, dentre outros.

Sistemas de Esgotamento Sanitário

- implantação, ampliação, melhorias e atendimento a compromissos contratuais referentes aos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de Abaeté, Além Paraíba, Belo Horizonte, Betim, Brasília de Minas, Buritis, Caldas, Cambuquira, Campanha, Caratinga, Conceição do Pará, Confins, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cruzília, Divinópolis, Guaxupé, Guimarães, Ibirité, Igarapé, Ipatinga, Ipuiúna, Iturama, Januária, Juatuba, Mateus Leme, Montes Claros, Mutum, Nova Lima, Nova Módica, Paracatu, Patos de Minas, Pedro Leopoldo, Perdões, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Santana do Paraíso, Santos Dumont, São Gotardo, São João Nepomuceno, Sarzedo, Timóteo, Turmalina, Ubá, dentre outros;
- reposição de ativos de esgoto em diversos municípios operados; e
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios operados.

Desenvolvimento Empresarial e Operacional

- investimentos em programas para modernização da infraestrutura de informática, de unidades operacionais e eficiência energética; e
- investimentos em programas para pesquisa, monitoramento e proteção de recursos hídricos.

5.2. Programa de Investimentos – 2025 a 2029

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 12.12.2024, o Programa Plurianual de Investimentos projetado, referente à Controladora, para o período de 2025 a 2029, conforme detalhado na tabela abaixo:

Valor Projetado (R\$ milhões)	2025	2026	2027	2028	2029
Água, Esgoto e Desenvolvimento Empresarial	2.316,0	3.200,0	3.200,0	3.500,0	3.600,0
Capitalizações	226,2	226,2	226,2	226,2	226,2
Total	2.542,2	3.426,2	3.426,2	3.726,2	3.826,2

O patamar de aportes previstos no Programa de Investimentos visa à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, extensão de redes, segurança hídrica, combate a perdas, desenvolvimento empresarial, atendimento de metas regulatórias e de eficiência, compromissos de concessão assumidos, reposição de ativos depreciados, alinhados à consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo a sustentabilidade e perenidade da Companhia.

5.3. Captação de Recursos

Para a realização do Programa de Investimentos, a Companhia pretende utilizar recursos oriundos de sua geração de caixa, bem como recursos captados no mercado, por meio de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Referente a recursos contratados e não liberados até o encerramento do exercício de 2024, a Companhia possuía um saldo de R\$1,2 bilhão, conforme tabela a seguir. O registro contábil da dívida será realizado quando da efetiva entrada desses recursos na Companhia.

Linha de Financiamento	Saldo a Liberar (R\$ milhões)
Caixa Econômica Federal	114,5
KfW ¹	232,2
AFD ¹	868,9
Saldo Total a Liberar	1.215,6

(1) As referidas linhas de financiamento foram contratadas em euro, sendo que os saldos foram convertidos para Reais (R\$) no encerramento de dezembro de 2024 (€1,0 equivalente a R\$6,4363).

Desempenho Operacional

5.4. Dados Operacionais

5.4.1. Água

A COPASA MG e a COPANOR encerraram o ano de 2024 com 5,70 milhões de economias de água, crescimento de 1,0% em relação a 2023 e uma extensão de rede de 68,0 mil km, um incremento de 3,1% no período de análise.

A seguir, são apresentados os principais dados operacionais e a evolução nos períodos comparativos:

Dados Operacionais – Água COPASA MG+COPANOR	2020	2021	2022	2023	2024	2024 X 2023
Ligações (1.000 unidades)	4.529	4.592	4.636	4.681	4.724	0,93%
Economias (1.000 unidades)	5.458	5.531	5.589	5.644	5.698	0,97%
População Atendida (1.000 habitantes)	11.804	11.833	11.848	11.789	11.803	0,11%
Volume Distribuído (1.000 m³)	1.034.704	1.056.135	1.067.482	1.111.985	1.150.278	3,44%
Volume Medido (1.000 m³)	611.117	628.709	642.673	676.127	691.974	2,34%
Extensão de Rede (km)	56.858	63.316	64.737	65.946	67.979	3,08%

5.4.2. Esgoto

Com relação aos serviços de esgotamento sanitário, a COPASA MG e a COPANOR possuíam, conjuntamente, ao final de 2024, 4,14 milhões de economias de esgoto, o que representa um crescimento de 2,3% em relação ao ano anterior e uma extensão de rede de 34,2 mil km, 1,58% a mais que o verificado em 2023, conforme pode ser verificado a seguir:

Dados Operacionais - Esgoto COPASA MG+COPANOR	2020	2021	2022	2023	2024	2024 X 2023
Ligações (1.000 unidades)	2.992	3.064	3.122	3.194	3.247	1,66%
Economias (1.000 unidades)	3.763	3.888	3.963	4.052	4.144	2,29%
População Atendida (1.000 habitantes)	8.332	8.447	8.538	8.603	8.695	1,08%
Volume Medido (1.000 m³)	414.326	428.813	441.383	463.808	476.513	2,74%
Volume Tratado (1.000 m³) ⁽¹⁾	314.169	339.981	310.984	363.959	356.952	-1,93%
Extensão de Rede (km)	29.189	32.376	33.440	33.666	34.200	1,58%

(1) O volume tratado refere-se apenas à Controladora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.4.3. Outras métricas referentes ao desempenho comercial e operacional

Indicadores Operacionais COPASA MG	Unidades	2020	2021	2022	2023	2024	2024 X 2023
Índice de Hidrometração - Economias Faturadas	%	99,8	99,9	99,9	99,9	99,9	0,0 p.p.
Índice de Perdas na Distribuição ⁽¹⁾	%	40,5	40,1	39,4	38,6	38,14	0,5 p.p.
Índice de Perdas na Distribuição ⁽²⁾	(L/ligxdia)	257,8	256,4	251,3	252,2	253,23	0,4%

(1) Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo volume distribuído, dos últimos 12 meses.
(2) Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo número de ligações atendidas e pelo número de dias do período.

O índice de hidrometração, que mostra o percentual das economias faturadas da Companhia, cujo consumo é hidrometrado, apresentou 99,9%, mesmo patamar observado nos últimos exercícios.

Já o índice de perdas na distribuição percentual mostra a relação entre o volume de água medido e o volume de água distribuído, tendo sido observada a continuidade da tendência de queda, com redução de 0,5 pontos percentuais em 2024. A Companhia tem dado continuidade na aplicação de uma série de medidas, visando à redução dessas perdas, bem como à adequação ao contexto atual de regulação e ao alinhamento à legislação pertinente. Nesse sentido, como detalhado no item 6.2.7, várias ações estão sendo desenvolvidas, com destaque para a instalação e substituição de micromedidores e macromedidores, bem como investimentos em equipamentos para identificação de vazamentos não visíveis.

5.5. Programas e medidas de eficiência operacional, inovação e sustentabilidade

5.5.1. Programa de Eficiência Operacional – PEO

O Programa de Eficiência Operacional (PEO), baseado na metodologia 8S¹, objetiva aprimorar os sistemas de gestão e de operação da Companhia, atendendo aos critérios de qualidade e aos requisitos estabelecidos pela Arsae-MG. O PEO possibilita, por meio de um mecanismo de autoavaliação, o mapeamento das unidades operacionais, a implementação de ações corretivas, o atendimento das exigências legais e o aperfeiçoamento do desempenho da operação.

O PEO conta com uma plataforma informatizada, desenvolvida especificamente para atender às suas demandas, na qual são preenchidas as autoavaliações, que devem ser evidenciadas por fotos ou documentos inseridos no sistema, posteriormente disponíveis para o processo de auditorias. A plataforma é capaz de gerar indicadores estruturados e bem organizados.

O 4º (quarto) ciclo do PEO premiou, em 2024, as localidades que se destacaram dentre os 565 municípios e as 15.277 mil unidades avaliadas.

5.5.2. Núcleo de Inteligência Operacional – NIO

A COPASA MG dispõe do Núcleo de Inteligência Operacional – NIO, uma área multidisciplinar, com foco na integração de diferentes setores estratégicos para o bom andamento das áreas operacionais, que permite consolidar, em uma visão estratégica e célere, as informações originárias dos Centros de Controles Operacionais – CCOs, de suas várias Unidades de Negócios. Essa integração torna mais ágeis as respostas às demandas, elevando a proatividade e tempestividade nas ações operacionais da Companhia.

¹Metodologia focada na organização de empresas e conquista da qualidade total, baseada em 8 (oito) sensores, a saber: determinação e união (Shikari Yaro), treinamento (Shido), utilização (Seiri), ordenação (Seiton), limpeza (Seiso), bem-estar (Seiketsu), autodisciplina (Shitsuke) e economia e combate aos desperdícios (Setsuyaku).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O NIO congrega, em um único ambiente integrado, as áreas operacionais, as funções de comunicação, gestão de serviços, vigilância operacional, perdas de água e controle operacional, para acompanhamento das principais ocorrências, além do nivelamento das informações operacionais.

O NIO tem desenvolvido, juntamente com outras áreas da COPASA MG, diversos projetos para melhorar a eficiência, o monitoramento e o controle dos processos operacionais. Dentre esses projetos, destacam-se:

- **Informações de Saneamento por Assunto – ISAA:** consiste em uma página web desenvolvida para facilitar a visualização, em tempo real, das principais ocorrências operacionais no Estado;
- **ETA Digital:** é um projeto que possibilita o lançamento das análises da qualidade da água tratada, assim como o seu acompanhamento em tempo real pelos técnicos e supervisores de produção. O aplicativo ETA Digital possibilita a agilidade na identificação e ações de melhoria para os problemas associados aos potenciais desvios;
- **Videomonitoramento operacional:** permite o acompanhamento de unidades operacionais, certificando a veracidade dos alertas e alarmes de problemas reportados nas unidades com funcionamento autônomo. Apoia o Programa de Eficiência Operacional, possibilitando o monitoramento contínuo das condições das unidades, assim como acompanha a execução dos serviços dos colaboradores que estão atuando nas unidades operacionais; e
- **Monitoramento de barragens:** possibilita o acompanhamento remoto e em tempo real das 8 (oito) principais barragens da COPASA MG, tanto com dados técnicos como por imagens.

5.5.3. Automação e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

5.5.3.1. Projeto de Automação

A COPASA MG instituiu, em 2021, projeto de expansão da automação de suas unidades operacionais. Em 2024, a Companhia deu continuidade à implantação da 1ª (primeira) etapa desse projeto, contemplando, no ano, 168 sistemas com medições de variáveis operacionais relevantes, como nível de reservatórios, status de bombas, vazão, pressão e qualidade de água, disponibilizando os dados remotos para um Scada² central (COPASIS – Sistema Integrado de Supervisão da COPASA MG), para os Centro de Controle Regionais da COPASA MG, com sinóticos e indicadores de funcionalidade dos sistemas e também para os *smartphones* dos operadores, encarregados, técnicos, engenheiros e gerentes dos sistemas envolvidos. Desde 2021, o projeto proveu o monitoramento de 2.391 unidades distribuídas em 271 localidades.

5.5.3.2. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Relativamente à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I, a Companhia está conduzindo um conjunto de iniciativas de desenvolvimento tecnológico e inovação, abrangendo parcerias com universidades e empresas em busca de soluções inovadoras para os desafios da Companhia.

Em 2024, houve a continuidade de importantes parcerias com a UFMG, como a Aliança Estratégica com a temática de esgoto, com participação do Centro de Referência em ETEs Sustentáveis, que abrange uma série de projetos de pesquisa, capacitação e consultoria, visando à universalização do tratamento de esgoto e à transição para economia circular e o projeto Copasa 4.0, que busca adaptar soluções da Indústria 4.0 para o saneamento, promovendo a redução dos custos na produção de sensores inteligentes para os processos envolvidos no tratamento de água e esgoto.

Merece destaque, ainda, o lançamento do Copasa Hub, com a publicação do 1º (primeiro) edital de Contrato Público de Solução Inovadora – CPSI da Companhia. Foram lançados 5 (cinco) desafios para empresas inovadoras

² Scada é o acrônimo para *Supervisory Control and Data Acquisition*, que na tradução para o português significa Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados. O Scada é um sistema que utiliza um *software* para monitorar, supervisionar e controlar as variáveis e os dispositivos de um processo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

e startups nas temáticas de redução de perdas, tratamento de esgoto, fiscalização remota de obras e relacionamento com os clientes e recebidas 53 propostas técnicas, das quais 9 (nove) foram selecionadas para a etapa de negociação e contratação, que deverá ocorrer no início de 2025.

5.5.4. Ações na área de logística e suprimentos

No ano de 2024, a Companhia deu continuidade a vários projetos estratégicos visando à modernização, à redução de custos e à melhoria na gestão dos seus processos logísticos e de suprimentos.

No âmbito das aquisições e contratações da Companhia, seu Regulamento e sua Norma de Contratações estão em constante atualização, promovendo maior assertividade e legalidade aos processos de compra, com oportunidades trazidas pela legislação e pela jurisprudência. Nas licitações, foi implantada, gradativamente, ao longo de 2024, a licitação eletrônica fechada para obras e serviços de engenharia, tornando o processo licitatório mais célere, abrangente, com maior transparência e publicidade dos seus atos administrativos às partes interessadas.

No contexto da universalização do saneamento estabelecida no Novo Marco Regulatório do Saneamento, fez-se necessário o aprimoramento da gestão de custos, tornando-a mais eficiente e otimizando os recursos utilizados. Com essa visão, foi contratada, em meados de 2024, plataforma digital contendo atualização sistemática dos parâmetros de consumo de materiais e produção de equipamentos e mão de obra, visando à revisão, criação e manutenção de composições de custos; pesquisa e cálculo de preços referenciais; pesquisa e cálculo de índices de preços e desenvolvimento de estudos especiais para atendimento de toda a engenharia de custos de serviços de tratamento e distribuição de água potável, bem como de coleta e tratamento de esgoto. Com esses elementos disponibilizados, a Companhia poderá revisar sua modelagem de contratações dos insumos, possibilitando maior assertividade nas compras, minimização de riscos de desequilíbrios contratuais, ampliação da competitividade nos processos licitatórios e redução de custos administrativos.

Para o planejamento das aquisições na Companhia, foi implantada uma solução no SAP, visando a aprimorar e trazer mais efetividade ao planejamento de aquisições de material e equipamentos. A utilização desse ambiente específico para registro, pelas diversas unidades requisitantes, de necessidades de aquisição de material e equipamentos trará mais agilidade, confiabilidade, controle, precisão e economicidade à rotina de contratações.

No sentido de aperfeiçoar os processos de compras, a Companhia vem desenvolvendo estratégias de centralização das aquisições, materializando-se nas Compras Unificadas (materiais hidráulico-sanitários) e Compras Centralizadas (equipamentos). Em 2024, houve um aumento no volume das aquisições, por meio dessa estratégia, de aproximadamente 30% em relação ao ano anterior. Além disso, registrou-se redução no custo de aquisição e no prazo de entrega, proporcionando maior eficiência operacional (compra de materiais em quantidades planejadas, no momento correto e com a entrega do produto no prazo estipulado).

5.5.5. Ações na área de Tecnologia da Informação – TI

No âmbito da tecnologia da informação, em 2024, a COPASA MG, dentre outras ações, conduziu projetos de atualização e ampliação dos seus contratos de licenciamento de alguns *softwares*, investiu na segurança do ambiente tecnológico da Companhia, com a aquisição de novos equipamentos, bem como promoveu o desenvolvimento de novos módulos e funcionalidades para os *softwares* já utilizados e adquiriu novas soluções de mercado, quer seja para atender a demandas internas das áreas operacionais e administrativas, quer seja para fazer frente a novas exigências regulamentares.

5.5.6. Gestão da energia elétrica

Visando à redução dos custos, bem como ao alinhamento com o seu compromisso com a sustentabilidade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS do Pacto Global da ONU, a Companhia vem implementando uma série de iniciativas relativas à gestão de seu consumo de energia elétrica. Vale ressaltar que, até 2021,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

praticamente a totalidade do consumo de energia elétrica era oriunda de contratação no mercado cativo. A seguir, as ações mais relevantes:

- **Contratação de energia no mercado livre:** aquisição de energia elétrica do tipo incentivada (gerada a partir de usinas que utilizam fontes renováveis, como energia solar, eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas – PCH) para as unidades de alta e média tensão com início de fornecimento em 2023. Essa modalidade de contratação atingiu 38% da energia consumida pela Companhia em 12/2023 e 49% em 12/2024, representando uma economia de aproximadamente R\$120 milhões nesses 2 (dois) anos.
- **Migração para o mercado varejista:** assinatura do contrato para migração do consumo de energia das instalações de média tensão que permanecem no mercado cativo para o mercado varejista de energia. A migração terá início em março de 2025, com previsão de que 100% do consumo de energia das unidades passíveis de migração estejam no mercado varejista até o final de 2026, o equivalente a 29% do consumo total da Companhia.
- **Energia fotovoltaica:** desenvolvimento do projeto para implantação de usinas solares fotovoltaicas para compensação remota de energia das unidades atendidas em baixa tensão, objetivando redução dos custos de energia elétrica e das emissões de gases de efeito estufa. Enquanto se estrutura o projeto das usinas solares, a Companhia iniciou o suprimento de energia de suas instalações de baixa tensão por meio de fazendas solares. Atualmente, cerca de 13% do consumo da COPASA MG é suprido por energia fotovoltaica por meio de geração distribuída.
- **Eficiência energética:** redução do consumo de energia elétrica por meio da substituição de equipamentos obsoletos por outros de maior eficiência e pelo emprego de novas tecnologias que racionalizem o uso da energia nas instalações. Estão sendo finalizadas ações de eficiência energética, que permitirão economia de energia em 13 unidades consumidoras.
- **Gestão de energia:** instituição, no ano de 2024, da Política de Gestão de Energia visando contribuir de forma efetiva para o uso adequado da energia na Companhia, estabelecendo princípios, diretrizes, responsabilidades e orientando as ações para otimizar a demanda energética e reduzir o desperdício de água, energia, emissão de gases de efeito estufa e despesa com energia elétrica.

5.5.7. Ações voltadas à redução de perdas

A Companhia vem buscando a redução dos seus indicadores de perdas, agindo tanto sobre as perdas aparentes, quanto sobre as físicas.

Dentro desse esforço, destacam-se os investimentos significativos na renovação dos hidrômetros, conforme tabela a seguir, com a substituição de aproximadamente 870 mil unidades (20,0% de seu parque de hidrômetros), em 2024, incluindo aplicação de hidrômetros inteligentes. Essa substituição tem levado à redução na idade média do parque de hidrômetros da Companhia, contribuindo para melhoria da qualidade da medição de água, com a aplicação de novas tecnologias, resultando, consequentemente, na redução das perdas aparentes inerentes à imprecisão de medição e na elevação dos volumes faturados.

Ano	Hidrômetros Aplicados	% Sobre o Total de Ligações	Idade Média (Anos)
2021	755,8	17,16	5,15
2022	842,8	18,79	4,23
2023	864,1	19,10	3,79
2024	868,9	20,02	3,71

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Adicionalmente, em relação às ações visando à redução das perdas físicas, a Companhia vem desenvolvendo importantes projetos, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a utilização de tecnologias para identificação de vazamentos e redução desses em suas redes de distribuição, cabendo-se destacar:

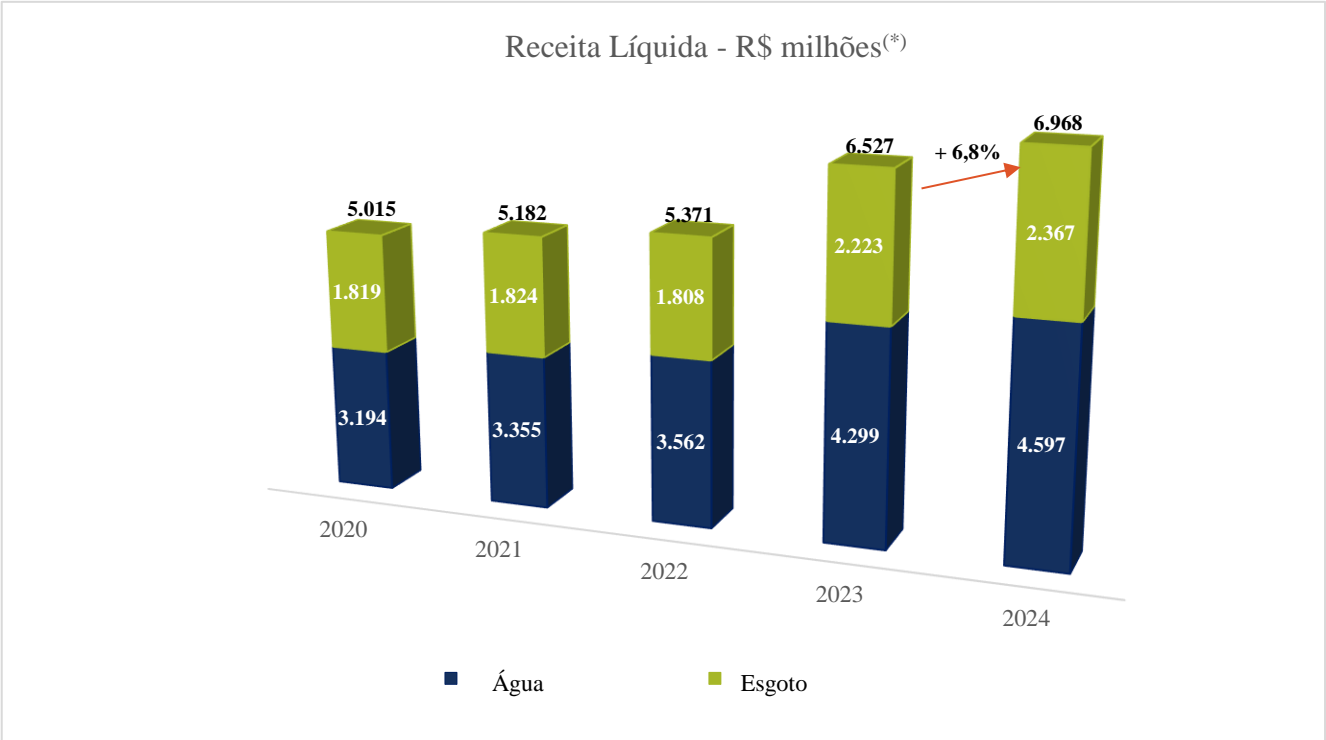
- utilização de tecnologias via satélite e algoritmo específico, assim como o uso de equipamentos como: georadares, geofones, hastes e câmeras para a pesquisa de vazamentos não visíveis em redes e ramais; e
- contratação da substituição de 348 km de redes na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, por intermédio de Método Não Destrutivo (MND).

6. Gestão Econômico-Financeira

As informações financeiras constantes nesta Seção, exceto quando indicado de outra forma, estão em milhões de Reais (R\$ milhões) e, tendo em vista a imaterialidade da subsidiária COPANOR, referem-se às Demonstrações Financeiras da Controladora (COPASA MG), salvo indicação de outra forma.

6.1. Receita Líquida

A receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos foi de R\$6,97 bilhões no ano de 2024, representando uma elevação de 6,8% em relação a 2023, conforme o seguinte gráfico:



*O somatório da Receita Líquida inclui resíduos sólidos, sendo da ordem de R\$2 milhões nos anos de 2020 a 2022 e de R\$5 milhões nos anos de 2023 e 2024.

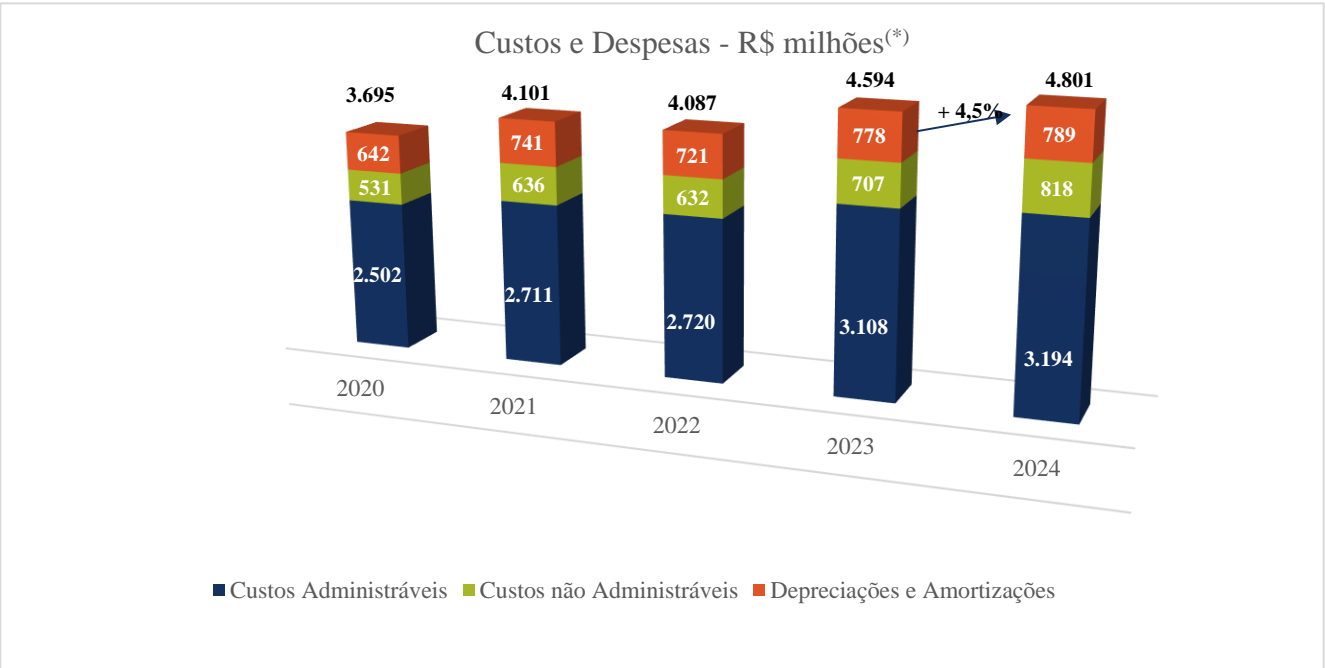
A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a receita líquida de água e esgoto, comparando-se 2024 com o ano de 2023:

- impactos do reajuste tarifário aplicado em 01.01.2024, com Efeito Tarifário Médio de 4,21%, conforme autorização da Arsae-MG; e
- aumento de 2,5% no volume medido de água e de esgoto, conjuntamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.2. Custos e Despesas

Conforme gráfico a seguir, os custos e despesas totalizaram R\$4,80 bilhões em 2024 (R\$4,59 bilhões em 2023).



^(*) Os Custos e Despesas incluem Outros Custos, sendo R\$21,3 milhões (2020), R\$12,5 milhões (2021) e R\$13,7 milhões (2022).

Abaixo, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas (excluindo-se os custos de construção) que apresentaram as variações mais significativas:

Pessoal: a redução verificada nessa conta foi de 0,2%. Os fatores que contribuíram com essa performance foram:

- diminuição de 3,1% no número médio mensal de empregados, comparando-se 2024 com 2023, em decorrência de Programa de Desligamento Voluntário Incentivado implementado em 2023, cujos desligamentos foram realizados de forma escalonada a partir de julho daquele ano;
- redução de R\$9,9 milhões nos gastos referentes a horas extras, em função de reavaliação das escalas de trabalho e demais iniciativas com enfoque na redução desse custo;
- diminuição de R\$13,3 milhões nas provisões para Participação nos Lucros, em função da redução no lucro líquido da Companhia entre os períodos comparativos; e
- aumento, em R\$21,5 milhões, nos gastos com mão de obra capitalizáveis, realocados contabilmente de Custeio para Investimento.

Vale ressaltar que tais reduções foram parcialmente compensadas pelo (i) reflexos nos salários, férias, 13º, dentre outros benefícios, decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de novembro de 2023 e de novembro de 2024, os quais tomaram como base o INPC acumulado de 4,14% e 4,62%, respectivamente; (ii) aumento salarial de 2%, em fevereiro/2024, correspondente a 1 (um) estágio salarial, concedido a cerca de 65% da força de trabalho total, como decorrência do ACT de 2023; e (iii) aumento de R\$11,1 milhões nos gastos com Programa de Saúde.

A evolução no número de empregados nos últimos 5 (cinco) anos consta no item 9.2.4.

Serviços de Terceiros: a elevação verificada nessa conta foi de 20,7%. Os itens que apresentaram variação mais significativa no período reportado foram os seguintes:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- acréscimo de R\$25,1 milhões em gastos com serviços técnicos profissionais;
- acréscimo de R\$18,3 milhões nos gastos com serviços de informática;
- incremento de R\$16,2 milhões nos serviços de limpeza, vigilância, mensageiros e recepcionistas devido a novas contratações e reajustes;
- incremento de R\$14,5 milhões nos serviços de caminhão pipa decorrente de acréscimo na demanda e majoração de preços/reajustes contratuais;
- incremento de R\$11,1 milhões nos gastos referentes a serviços de terceirização de leitura e de entrega decorrente de expansão nos serviços;
- incremento de R\$9,6 milhões nos serviços de manutenção, cortes e religação; e
- acréscimo de R\$8,9 milhões nos serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas e administrativos.

Materiais: esse item apresentou decréscimo de 6,7%, impactado, sobretudo, pela redução nos gastos referentes a material de conservação e manutenção de bens de sistemas operacionais, parcialmente compensado por incremento em gastos com peças, acessórios e componentes para veículos.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber: esse item apresentou acréscimo de 16,6%, como efeito líquido de:

- aumento na receita líquida em 6,8% no exercício 2024 comparativamente a 2023;
- balanço comercial nominal inferior em 2024, no que se refere à recuperação de contas baixadas, líquida das baixas de contas com mais de 360 dias de vencidas, num efeito devedor de R\$27,7 milhões nos 2 (dois) períodos comparativos, decorrente do menor uso de campanhas massivas de cobrança no último exercício pela Administração;
- aumento no saldo de contas a receber vencidas, de dezembro de 2023 para dezembro de 2024, num montante de R\$41,8 milhões (6,3% de variação);
- aplicação de nova matriz de provisão em junho de 2024, a qual é revisada anualmente, tendo sido observada ligeira concentração de contas vencidas nas faixas de débito mais antigas, em relação à matriz do ano anterior; e
- redução na inadimplência - relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses - no período, que passou de 2,97% em dezembro de 2023 para 2,92% em dezembro de 2024, decorrente da continuidade em ações de cobrança.

Repasse Tarifário a Municípios: o aumento de 9,3% neste item deu-se em decorrência, principalmente, do acréscimo de 6,8% na receita e do aumento no número de fundos municipais de saneamento habilitados a receber tal repasse.

Conforme [Nota Técnica GRT nº 06/2023 da Arsae-MG](#), no âmbito do reajuste tarifário aplicado em janeiro de 2024, foram incluídos 13 novos fundos municipais de saneamento com direito aos repasses, totalizando 307 municípios habilitados (294 no mesmo período de 2023). Vale ressaltar que os valores repassados aos fundos municipais de saneamento são reconhecidos na tarifa.

Custos Operacionais Diversos: o aumento de 15,8% verificado, comparando-se 2024 com o ano de 2023, deveu-se à elevação nos gastos com conduções, viagens e estadas, bem como com outras rubricas de forma pulverizada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Energia Elétrica:

O incremento de 6,9% observado nos gastos com energia elétrica, comparando-se o ano de 2024 com o de 2023, decorreu, sobretudo, do efeito líquido dos seguintes fatores:

- aumento de 5,8% no consumo de energia elétrica da Companhia;
- reajuste de 13,27% aplicado pela Cemig sobre as tarifas de energia, incidentes no mercado cativo, vigente a partir de junho de 2023 e de 7,32%, vigente a partir de maio de 2024;
- eliminação do subsídio de 3% aplicável às tarifas de energia elétrica das concessionárias de serviço público de água e esgoto, incidentes sobre o mercado cativo, a partir de junho de 2023;
- exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos tributários de PIS/Cofins, a partir de maio de 2023;
- reincidência do ICMS sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica – TUST e a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica – TUSD, a partir de fevereiro de 2023;
- aumento nos gastos referentes a aplicação de bandeiras, em função da aplicação de adicionais de bandeiras mais caras em parte do ano de 2024, enquanto que em 2023 a bandeira permaneceu verde – mais barata, durante todo o ano;
- redução nas despesas referentes à energia elétrica em função do incremento na quantidade de unidades migradas para o Mercado Livre, sendo que em janeiro de 2023 eram 8 (oito) unidades e em dezembro de 2024 eram 26 unidades, tendo a Companhia atingido, sob esta categoria, 49% da sua energia elétrica consumida; e
- redução em R\$6,5 milhões nas despesas referentes à energia elétrica nas unidades que migraram para fonte fotovoltaica.

Vale ressaltar que as unidades que utilizam o Mercado Livre e a fonte fotovoltaica - ambas de custo unitário mais barato por KWh consumido – vêm apresentando elevação em relação ao total utilizado desse insumo. A energia oriunda do Mercado Livre, que representava 38% da energia consumida pela Companhia em 12/2023, passou a representar 49% em dezembro de 2024. Já a fotovoltaica, cujo início de sua utilização ocorreu em 2024, atingiu 13% do total de energia consumida em dezembro de 2024.

6.3. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Equivalência Patrimonial e Resultado Financeiro

Outros Itens (R\$ milhões)	2020	2021	2022	2023	2024	2024 X 2023
Outras Receitas Operacionais	171,3	177,4	135,0	67,1	43,2	-35,6%
Outras Despesas Operacionais	(197,3)	(396,6)	(151,3)	(193,5)	(200,5)	3,6%
Participação no Resultado de Controlada	(12,6)	(12,7)	(11,2)	(18,3)	(9,5)	-48,2%
Resultado Financeiro	(176,0)	(194,6)	(211,6)	(2,1)	(327,5)	n.a
TOTAL	(214,5)	(426,5)	(239,0)	(146,9)	(494,3)	236,6%

Outras Receitas Operacionais: a queda de 35,6%, comparando-se o ano de 2024 com o de 2023, deu-se função de redução na devolução das tarifas a clientes durante o exercício de 2024, em comparação a 2023.

Outras Despesas Operacionais: a elevação de 3,6%, comparando-se o ano de 2024 com o de 2023. Vale ressaltar que, em 2023 houve 2 (dois) fatores que impactaram o resultado daquele ano, a saber:

- reversão extraordinária e não-recorrente de provisão de R\$59,0 milhões, em função de acordo celebrado em Ação Coletiva Trabalhista; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

▪ acordo judicial visando ao encerramento da demanda de ação de indenização, impetrada no ano 2021, sob a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro em contratos de empreitada firmados com a COPASA MG, cujo impacto no resultado foi de R\$33,8 milhões.

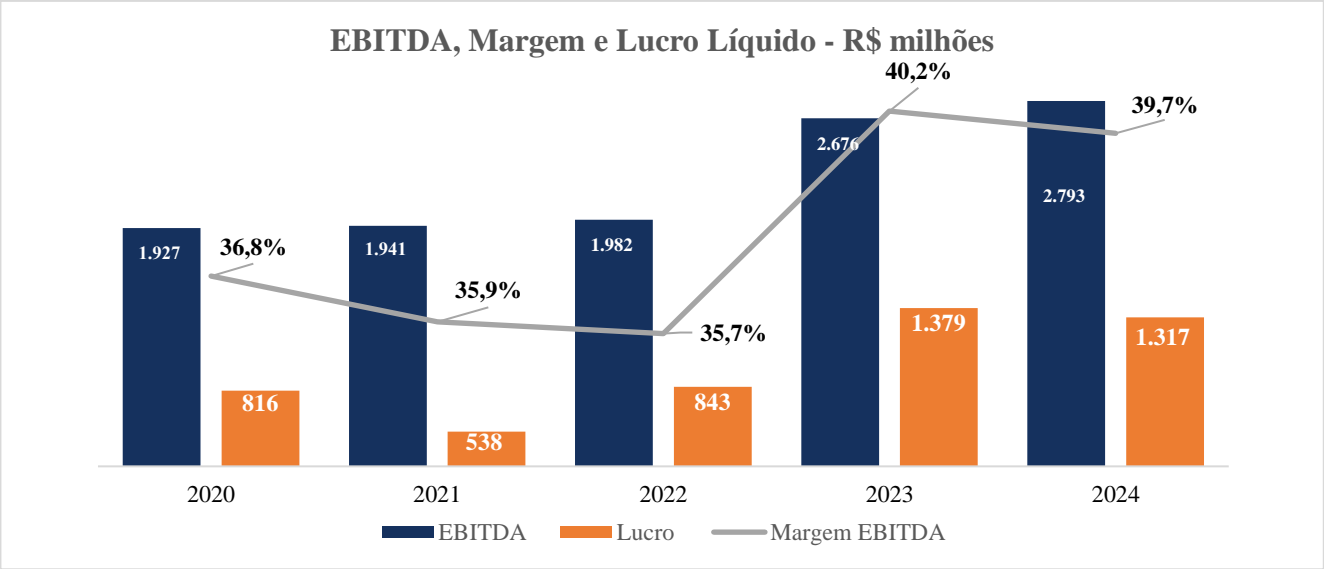
Resultado Financeiro: a elevação observada, na comparação com 2023, deu-se, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- variação cambial sobre financiamentos em moeda estrangeira (Euro), decorrente da forte desvalorização do Real ocorrida em 2024; e
- reversão extraordinária e não recorrente, em 2023, de provisão, em função do acordo celebrado em Ação Coletiva Trabalhista, que resultou no reconhecimento contábil, naquele ano, de R\$108,9 milhões (credor), referente a juros e atualização monetária, em Despesas Financeiras;
- incremento na dívida líquida; e
- aumento no cupom médio decorrente do aumento nas taxas básicas de juros e de inflação (IPCA) em 2024, comparativamente a 2023.

6.4. EBITDA e Lucro Líquido (Consolidado)

O EBITDA é uma medição não contábil adotada pela COPASA MG, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações/amortizações.

Conforme gráfico a seguir, o EBITDA ajustado referente a 2024 foi de R\$2,79 bilhões, margem de 39,7%. O lucro líquido atingiu R\$1,32 bilhão no ano de 2024 (R\$1,38 bilhão em 2023), sendo que essa queda foi decorrente, principalmente, das variações cambiais (efeito não caixa), em função da desvalorização do real frente ao euro.



(*) Nos anos de 2024, 2023 e 2021, os valores referem-se a EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A seguir, tabela com a conciliação do lucro líquido ao EBITDA nos períodos comparativos:

EBITDA Consolidado (R\$ milhões)	2020	2021	2022	2023	2024	2024 X 2023
Lucro Líquido do Exercício	816,5	537,6	843,4	1.379,3	1.316,9	-4,5%
(+) Tributos sobre o Lucro	288,8	116,9	202,6	406,9	356,1	-12,5%
(+) Resultado Financeiro	176,0	194,6	211,6	2,1	327,5	n.a
(+) Depreciações e Amortizações	641,8	741,5	721,1	778,4	789,2	1,4%
(+) Tributos sobre o Lucro, Resultado Financeiro e Depreciações/Amortizações da COPANOR	3,5	4,9	3,8	12,0	5,8	-51,4%
EBITDA	1.926,6	1.595,4	1.982,5	2.578,8	2.795,5	8,4%
Ajustes - Itens Não Recorrentes						
(+) Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI		152,2	-	115,1	(2,1)	n.a.
(+) Devolução - Arsae-MG		82,6	-	-	-	n.a.
(+) Incremento da Provisão - Processo Trabalhista		110,3	-	-	-	n.a.
(-) Reversão de Provisão Referente a Processo Trabalhista		-	-	(51,5)	-	n.a.
(+) Indenização por Inadimplência Contratual		-	-	33,9	-	n.a.
(=) EBITDA Ajustado	1.926,6	1.940,5	1.982,5	2.676,2	2.793,4	4,4%
Margem EBITDA (Ajustada)	36,8%	35,9%	35,7%	40,2%	39,7%	-0,5p.p.

A Companhia comunica que as informações detalhadas sobre o desempenho da Companhia em 2024 constam do Release de Resultados, divulgado na mesma data das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2024.

6.5. Remuneração aos Acionistas

O Conselho de Administração definiu, para o exercício de 2024, o percentual de Dividendos Regulares correspondente a 50% do lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP e/ou dividendos.

Para o exercício de 2024, foram declarados R\$605,8 milhões a título de Dividendos Regulares, dos quais R\$452,2 milhões já foram pagos e R\$153,5 milhões terão sua data de pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2025, conforme detalhado na Nota Explicativa 21 destas DFs.

Adicionalmente, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2024, aprovou a declaração R\$300,0 milhões como Dividendos Extraordinários, utilizando parte do Saldo da Conta de Reservas de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31.12.2023.

As distribuições realizadas foram precedidas de estudos internos e projeções que indicaram que a distribuição desses proventos não afeta o plano de investimentos, a liquidez, bem como o cumprimento dos *covenants* dos próximos anos, considerando o atual nível de alavancagem da Companhia.

6.6. Endividamento, Covenants e Ratings

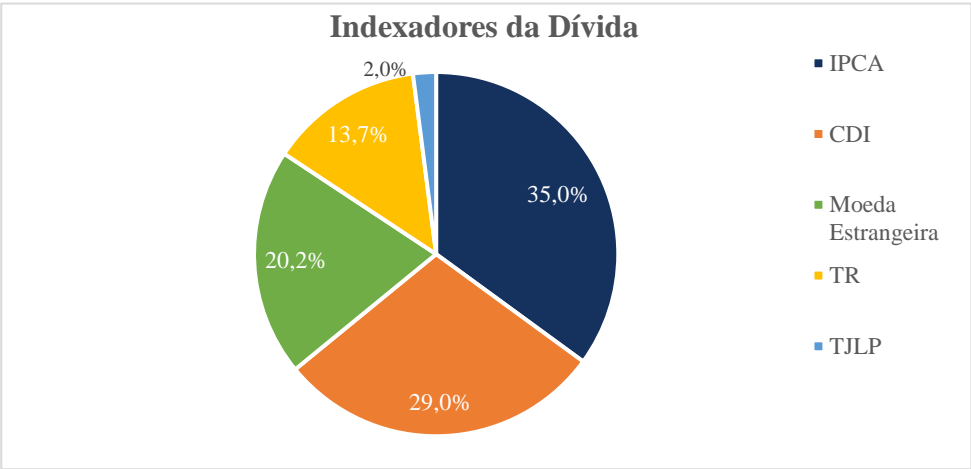
6.6.1. Endividamento

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures atingiu o montante de R\$6,1 bilhões em dezembro de 2024. A dívida líquida passou para R\$5,4 bilhões, em dezembro de 2024. A seguir, tabela com o endividamento da Companhia nos últimos 5 (cinco) anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Endividamento (Dados Consolidados (R\$ milhões))	2020	2021	2022	2023	2024	2024 X 2023
(+) Empréstimos e Financiamentos	1.274,0	1.068,4	976,9	1.429,1	1.964,9	37,5%
(+) Debêntures	2.507,1	2.917,0	3.163,0	3.314,4	4.148,3	25,2%
(+) Outras Obrigações Onerosas (Libertas)	4,7	-	-	-	-	-
(=) Total Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.785,8	3.985,3	4.139,9	4.743,5	6.113,2	28,9%
(+) Passivo de Arrendamento Mercantil	-	-	106	92,3	79,4	-14,0%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários.	805,6	1.309,7	1.122,3	1.031,4	820,1	-20,5%
(=) Dívida Líquida	2.980,2	2.675,6	3.123,5	3.804,4	5.372,5	41,2%

O gráfico abaixo apresenta a composição da dívida da COPASA MG, conforme cada um de seus indexadores, em dezembro de 2024:



Em relação à dívida em moeda nacional, a Companhia tem buscado maior exposição a dívidas atreladas ao IPCA, o que tem refletido nos indexadores. Em 12/2024, o IPCA (35,0%) e o CDI (29,0%) eram os indexadores mais representativos na dívida da Companhia.

A dívida em moeda estrangeira refere-se a contratos formalizados junto ao banco alemão KfW, ao Banco Europeu de Investimento (BEI) e à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), sendo que o saldo em 31.12.2024 era de, aproximadamente, €193 milhões (correspondentes a R\$1,25 bilhão, considerando a cotação do euro em 31.12.2024).

Esse montante representa cerca de 20,2% do total dos empréstimos e financiamentos em dezembro de 2024 (14,3% em dezembro de 2023), sendo que essa elevação se deu em função, sobretudo, das liberações de recursos realizadas nos últimos 12 meses, no âmbito dos contratos de financiamentos formalizados junto ao KfW e à AFD.

Há de se ressaltar que o impacto contábil da variação cambial na dívida em moeda estrangeira terá efeito no caixa somente quando dos respectivos vencimentos.

Para essas operações ainda não há mecanismo de *hedge*, mas a Companhia está avaliando a contratação desse instrumento de proteção. Vale destacar que, do saldo devedor em moeda estrangeira, o montante a vencer no curto prazo totaliza R\$62,4 milhões.

6.6.2. Empréstimo Sustentável e Empréstimo Azul Junto à Agência Francesa de Desenvolvimento

A COPASA MG obteve, em maio de 2024, o reconhecimento como Empréstimo Sustentável (“*Sustainability Loan*”) e Empréstimo Azul (“*Blue Loan*”) referente ao financiamento de €200,0 (duzentos milhões de euros) formalizado junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os recursos desse financiamento estão sendo utilizados em ações de melhoria de sistemas de abastecimento de água e de ampliação da rede de tratamento e coleta de esgoto em todos os municípios atendidos pela Companhia, bem como de preservação hídrica e de inclusão social. Esses projetos estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, notadamente aos objetivos nº 3 (Saúde e Bem-Estar), nº 6 (Água Potável e Saneamento), nº 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e nº 14 (Vida na Água).

Essa foi a primeira vez que a Companhia obteve o reconhecimento de uma linha de crédito rotulada como Empréstimo Sustentável e Empréstimo Azul. A certificação foi obtida por meio do parecer independente da Ern Nint, empresa de consultoria e avaliação de “*Environmental, Social and Governance*” (ESG).

6.6.3. Covenants

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (*covenants*), sendo que, para aqueles *covenants* relacionados à observância de determinados índices financeiros, a periodicidade de apuração é distinta, conforme estabelecido contratualmente.

Vale ressaltar que, no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, aprovado na AGE realizada em 27.02.2025, constam *covenants* de natureza financeira a serem observados. Tais *covenants* estatutários são os seguintes:

- a) o endividamento líquido consolidado deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização);
- b) o EBITDA deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

Referente ao exercício findo em 31.12.2024, a Companhia estava dentro dos limites estabelecidos para todos os seus *covenants* financeiros contratuais e estatutários, sendo que estes últimos indicadores apresentavam os seguintes valores nos últimos 5 (cinco) exercícios:

Covenants Estatutários	Limite	2020	2021	2022	2023	2024
Dívida Líquida/EBITDA (nº de vezes)	≤ 3,0x ⁽¹⁾	1,6	1,7	1,6	1,5	1,9
EBITDA/Serviço da Dívida	>1,2	3,9	1,5	1,7	1,9	2,4

(1) O Estatuto Social estabelece, ainda, que o *covenant* poderá atingir, no máximo, 4 vezes, em função de motivos conjunturais, mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração.

6.6.4. Ratings

Em 14.06.2024, a Agência de *rating* Fitch publicou [relatório](#), afirmando os *ratings* Nacional de Longo Prazo da Companhia e de suas emissões de debêntures quirográficas em AA+(bra), sendo que a Perspectiva do *rating* corporativo foi revisada de Estável para Positiva.

Em 02.07.2024, a Agência de *rating* Moody’s publicou [relatório](#), afirmando o *rating* Corporativo em AAA.br para a COPASA MG. A Perspectiva do *rating* corporativo permaneceu estável.

A seguir, tabela com o resumo dos *ratings*:

Agência	Escala Nacional	Perspectiva	Data
Fitch Ratings	AA+(bra)	Positiva	14.06.2024
Moody’s	AAA.br	Estável	02.07.2024

7. Composição Acionária e Desempenho das Ações

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,03% das ações, e a(s) entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações. Em livre circulação no mercado

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(free float), encontram-se cerca de 49,56% das ações e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, refere-se a ações em tesouraria. Em dezembro de 2024, a base acionária era formada por aproximadamente 158 mil acionistas, de 29 países distintos.

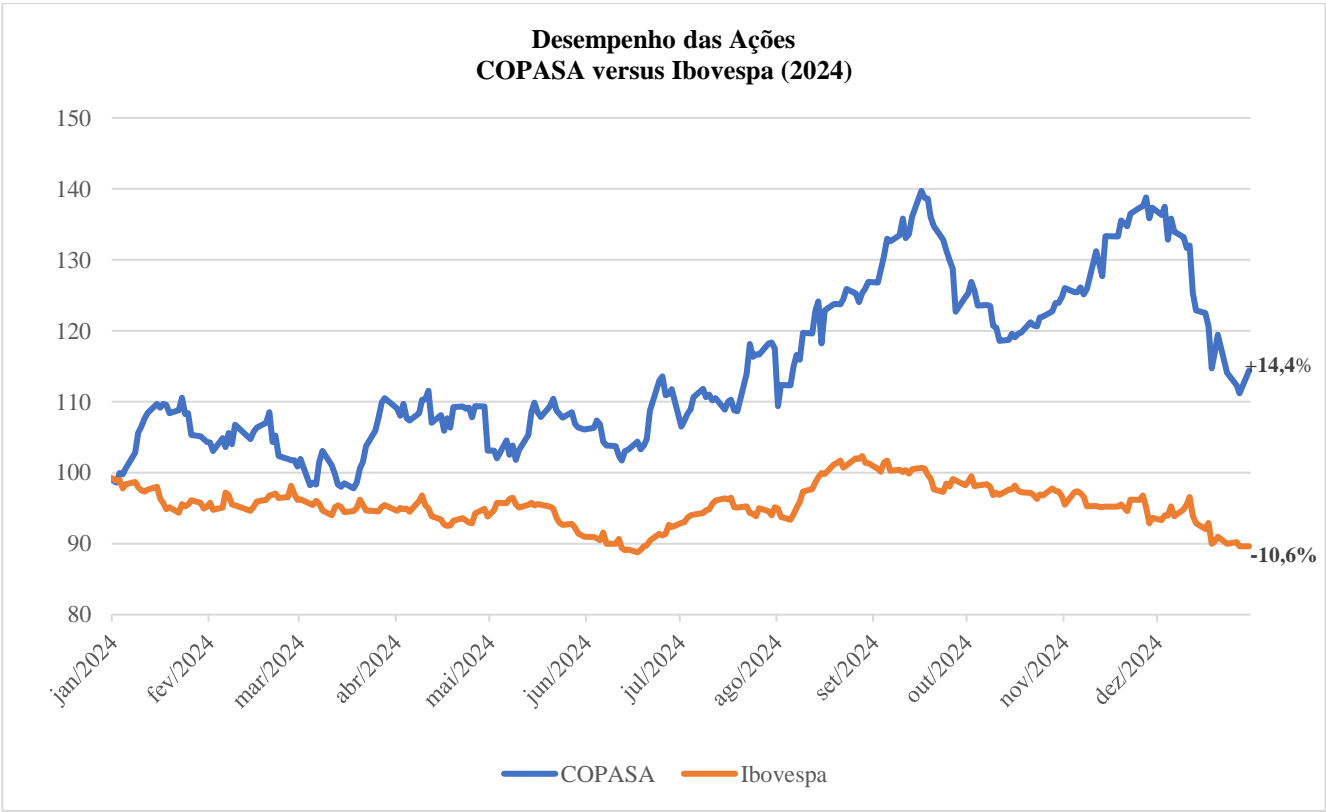
A tabela a seguir mostra a distribuição do capital social em 31.12.2024:

Acionistas	Ações	(%)	Número de Acionistas
Estado de Minas Gerais	190.249.612	50,03%	1
Acionistas Nacionais (Minoritários)	87.030.324	22,89%	157.776
Acionistas Estrangeiros (Minoritários)	101.901.494	26,80%	350
Ações em Tesouraria	1.071.639	0,28%	1
Total	380.253.069	100,00%	158.129

A cotação unitária das ações da COPASA MG (B3:CSMG3), ajustada pelos proventos declarados, apresentou valorização de 14,4% em 2024, com a cotação atingindo R\$20,82 no fechamento do último pregão do referido exercício. No mesmo período, o Ibovespa apresentou queda de mais de 10%.

O volume médio diário negociado em 2024 foi de R\$34,4 milhões (R\$36,7 milhões em 2023). O número médio de negócios diários, em 2024, foi 6,0 mil negócios.

A seguir, gráfico com desempenho das ações da COPASA MG (CSMG3) versus Ibovespa (IBOV) em 2024:



A Companhia integrava, no final de 2024, 10 índices da B3, a saber: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISEE), Índice Brasil 100 (IBRX 100), Índice Brasil Amplo (IBRA), Índice Dividendos (IDIV), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), Índice de Governança Corporativa Novo Mercado (IGNM), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice Small Cap (SMLL) e Índice Utilidade Pública (UTIL).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. Estratégia de Sustentabilidade

A COPASA MG reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável em sua Declaração Estratégica, que apresenta como propósito “cuidar da água e gerar valor para as pessoas”. Compõe o Planejamento Estratégico da Companhia o objetivo “Atuar de acordo com padrões ambientais, sociais e de governança”. Ademais, como signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), a COPASA MG alinha seu planejamento estratégico à Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com especial atenção ao ODS 6 – Água Limpa e Saneamento e aos 10 Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Em 2024, a COPASA MG deu continuidade à implementação e expansão de suas práticas sustentáveis, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade corporativa e a responsabilidade social. Um dos projetos de destaque foi o Projeto Transformando Compromissos em Resultado, que consiste em utilizar os norteadores contidos na metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) como acelerador de adoção de práticas sustentáveis pela Companhia, com engajamento da Diretoria Executiva. Cabe destacar a realização de *workshops* internos que promoveram a integração entre as diversas unidades responsáveis pelos principais processos que integram o Projeto, ampliando a visão da sustentabilidade no negócio da companhia.

A Semana Estratégica com foco na perspectiva da Sustentabilidade também foi um marco importante, abordando temas atuais sobre sustentabilidade e seus impactos na estratégia da Companhia. Foram apresentados os principais projetos, processos e práticas da COPASA MG para alcançar os Objetivos Estratégicos de Sustentabilidade. A Semana incluiu painéis, com a presença dos gestores da Companhia e palestras, que discutiram a adoção de práticas sustentáveis, modelo de negócio sustentável, sustentabilidade e marco legal do saneamento e sustentabilidade e impacto no negócio.

Ademais, a COPASA MG foi reconhecida pela Revista norte americana Time como a melhor empresa de saneamento do mundo, considerando os aspectos relacionados ao seu desempenho financeiro e práticas sustentáveis. Além de integrar o Anuário Integridade ESG 2024, da Insight Comunicação, que reconhece as 100 empresas brasileiras com maior percepção ESG.

Essas iniciativas demonstram o compromisso contínuo da COPASA MG com a sustentabilidade corporativa, aperfeiçoando constantemente o seu modelo de negócio sustentável.

A seguir, são apresentadas as principais práticas e projetos relacionados à Agenda ESG da Companhia.

8.1. Meio Ambiente

A Companhia busca assegurar a sua atuação de acordo com os padrões ambientais, sociais e de governança, mediante o estabelecimento da base legal como ação prioritária. Nesse sentido, cabe à COPASA MG a obtenção dos atos autorizativos para as intervenções ambientais e em recursos hídricos, bem como o licenciamento ambiental de seus empreendimentos, de forma a minimizar os impactos ambientais de suas operações, cumprir as medidas mitigadoras e compensatórias e as condicionantes ambientais, além de acompanhar o monitoramento e o controle, determinados pelos órgãos ambientais responsáveis.

Os principais programas e projetos da Companhia que objetivam garantir a qualidade e a quantidade de água dos mananciais utilizados para abastecimento público são:

- **Programa Pró-Mananciais:** iniciado em julho de 2017, consiste em ações para proteção e recuperação das micro bacias hidrográficas e áreas de recarga dos aquíferos – cujos mananciais são captados pelos sistemas de abastecimento público de água – por meio de ações e do estabelecimento de parcerias que visem à melhoria da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

qualidade e da quantidade das águas, favorecendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social desses locais. A cada ano, o Programa tem consolidado suas ações, efetivando as parcerias com instituições diversas, o que resultou na integração, até 2024, de 291 municípios e na formação de 261 Coletivos Locais de Meio Ambiente (COLMEIA), envolvendo cerca de 3.500 membros e um total de R\$20,1 milhões de recursos empenhados em 2024 e de R\$136,1 milhões desde o início do Programa (2017). O Programa tem atuado com diversas parcerias, entre as quais cabe destacar as prefeituras municipais, a Emater, a FUNDEP (Projeto Manuelzão), a TNC (The Nature Conservancy), o CIMBAJE (Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha), Institutos Federais, Universidades, dentre outras.

Destaca-se que o Programa foi vencedor como case em Gestão Avançada na edição 2021 do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento - PNQS, considerado o Oscar do setor no Brasil. Também foi reconhecido no Prêmio Ética nos Negócios 2020 e recebeu o Selo SEAMD Recomenda em 2021. Já em 2024, o Pró-Mananciais foi uma das iniciativas finalistas no Troféu Seriema - Prêmio CREA de Meio Ambiente, conquistando o 2º (segundo) lugar na categoria Elementos Naturais.

Os principais números e resultados do Programa Pró-Mananciais são apresentados no quadro abaixo:

Programa Pró-Mananciais	2024	De 2017 a 2024
Valor investido	R\$20,1 milhões	R\$136,1 milhões
Mudas plantadas	2,2 mil	682,9 mil
Metros de cercas para proteção de APPs	373,0 mil	3,0 milhões
Bacias de contenção de água de chuva	6,5 mil	40,6 mil
Adequação de estradas (metros)	686,9 mil	3,2 milhões
Terraceamento (metros)	236,2 mil	1,4 milhões
Construção de aceiros (metros quadrados)	357,7 mil	623,2 mil

▪ **Manutenção de ambientes naturais em áreas protegidas:** a COPASA MG mantém cerca de 25 mil hectares de áreas protegidas, tendo como principal objetivo a proteção de mananciais para o abastecimento público de água, compatibilizando a conservação destas áreas com suas atividades operacionais.

Essas áreas constituem, no todo ou em parte, Áreas de Proteção Especial (APE) e/ou Unidades de Conservação Estaduais e possuem uma grande diversidade de espécies da fauna e da flora de Mata Atlântica e Cerrado, destacando-se a ocorrência de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Para conservar a biodiversidade e proteger o patrimônio natural encontrado nessas áreas, além da permanente ação de vigilância, desenvolvemos atividades de monitoramento e proteção das áreas dos mananciais superficiais e subterrâneos, execução e manutenção de aceiros, combate aos incêndios florestais, contratação da elaboração de planos de manejo (conforme previsão no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e atividades de educação ambiental.

▪ **Chué Socioambiental:** programa de educação ambiental promovido junto à comunidade escolar, composto de atividades de sustentabilidade, alinhadas à conscientização sobre o saneamento e a importância da preservação e recuperação de mananciais para fins de abastecimento. O principal objetivo do programa é disseminar conhecimento e estreitar os laços entre a COPASA MG e a comunidade.

O desenvolvimento do programa envolve, ainda, projetos pedagógicos de educação ambiental vivenciais, que fortalecem o compromisso socioambiental e de responsabilidade social da COPASA MG. Seu estilo de interação é orientado para a realização de diálogos interativos com eixos temáticos do saneamento e proteção de mananciais. Interage com os programas institucionais, sobretudo com o Pró-Mananciais, condicionantes de licenciamento ambiental e programa de visitas aos sistemas. É destaque na agenda ESG, com o público infantil e com os adolescentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cabe salientar que o Programa Chuá foi considerado uma das 3 (três) principais iniciativas de alta capilaridade no Rio das Velhas pelo Diagnóstico do Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

- **Centros de Educação Ambiental (CEAMs):** os CEAMs são espaços criados com o objetivo de promover a sensibilização dos visitantes quanto ao cuidado e preservação do meio ambiente, com foco no saneamento, em especial, o abastecimento público. Busca-se a criação de laços de respeito, conhecimento e proteção em relação às áreas preservadas, aos seus mananciais e ao uso consciente dos recursos hídricos. Seu público-alvo são os estudantes, principalmente do ensino fundamental, a comunidade em geral, as organizações parceiras e os colaboradores da Companhia.

A Companhia possui 3 (três) CEAMs: o CEAM Barreiro (localizado em Belo Horizonte), o CEAM Curvelo e o CEAM Teófilo Otoni. Nesses espaços são realizadas trilhas interpretativas, jogos pedagógicos, atividades lúdicas e palestras educativas, sendo que, em 2024, os CEAMs receberam 102 visitas com um total de 3.438 visitantes. Adicionalmente, a COPASA MG finalizou a construção do CEAM Mocambo (Patos de Minas), resultado de um Acordo de Cooperação Técnica e Financeira da Companhia com o Município.

- **Programa AmbientAÇÃO:** tem o objetivo de desenvolver com os colaboradores da Companhia ações sobre redução do consumo de energia elétrica, redução do consumo e uso racional da água e diminuição da geração de resíduos e, também, fomentar a coleta seletiva de resíduos gerados pelos próprios colaboradores nas unidades da Companhia.

Dentre as ações desenvolvidas em 2024, podemos destacar a realização de Feiras Verdes, AmbientAÇÃO com colaboradores, Campanhas visuais, Cine e Debate, a inauguração de um terrário de resíduos e a campanha de doação de roupas como forma de apoio à tragédia ocorrida no Rio Grande do Sul.

Cita-se ainda a parceria com a Associação Lacre do Bem, que mobilizou internamente a campanha de arrecadação de lacres de alumínio, seguida de doação de cadeiras de rodas. Em 2024, arrecadou-se 5,2 mil garrafas PETs de lacres de alumínio, e houve a doação de 4 (quatro) cadeiras de rodas, resultando em 104 unidades doadas desde o início da parceria.

Adicionalmente, foram firmados 3 (três) convênios com Associações/Cooperativas de Catadores de resíduos recicláveis.

Para enfrentar os impactos de eventos extremos de escassez ou de excesso de chuva, a COPASA MG atua em diversas frentes, entre elas as ações descritas do Programa Pró-Mananciais, que possibilitam a melhoria ambiental das bacias hidrográficas e, conseqüentemente, da quantidade e qualidade de água disponível. Outras iniciativas destacadas:

- **Monitoramento quali-quantitativo de mananciais superficiais e subterrâneos e rede pluviométrica:** iniciativa que permite o acompanhamento das vazões e identificação dos mananciais com maior risco de falha, subsidiando o planejamento operacional dos sistemas de abastecimento de água. Para a identificação do impacto das variáveis climáticas e hidrológicas sobre as nossas captações, é realizado monitoramento quantitativo por meio de medições de vazão em mananciais superficiais, instalação e operação de estações de monitoramento fluviométrico convencionais e de estações pluviométricas. A rede setorial de monitoramento quantitativo está sendo ampliada, com a instalação de novas estações fluviométricas convencionais e automáticas com telemetria, resultando em ampla rede para medir a precipitação nas bacias hidrográficas onde a Companhia possui captações de água.

- **Monitoramento de reservatórios de acumulação de água:** a COPASA MG possui 8 (oito) grandes reservatórios de acumulação de água exclusivos para abastecimento de água, cujos níveis são acompanhados diariamente, permitindo o planejamento operacional e avaliações de cenários, de forma a avaliar possíveis impactos no abastecimento de água.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Participação em Comitês de Bacia Federais, Estaduais e Colegiados para discussão das Políticas de Recursos Hídricos:** conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei Federal nº 9.433/1997, a água é um bem de domínio público, limitado, sua gestão é descentralizada e deve-se promover seu uso múltiplo, com a prioridade para consumo humano em situações de escassez. Dessa forma, a COPASA MG participa, diretamente, de 6 (seis) comitês de bacia federais e 34 comitês de bacia estaduais, inserindo-se em discussões relativas ao tema, junto com outros usuários do recurso hídrico, sociedade civil e representante do Estado, de forma a garantir a utilização da água de forma sustentável.
- **Segurança de Barragens:** estão incluídas na Política Nacional de Barragens – Lei Federal nº 12.334/2010 – 8 (oito) unidades da COPASA MG, devido a suas características, categoria de risco e dano potencial associado. Todas possuem Planos de Segurança de Barragem, conforme legislação vigente, são monitoradas e passam por inspeções de segurança regulares anuais.
- **Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE:** em 2014, foi instituído pela Diretoria Executiva o Comitê Clima, com a função de traçar estratégias e metas para o controle das emissões dos GEE, sendo responsável pelo inventário anual de GEE da COPASA MG e pelo reporte das informações ligadas ao tema às mais diversas instituições públicas e privadas interessadas.

Anualmente, o Comitê Clima reporta as ações de mitigação e adaptação desenvolvidas nos nossos processos, os riscos corporativos ligados às mudanças climáticas, as emissões anuais de GEE, dentre outras informações de sustentabilidade, na plataforma mundial do *Carbon Disclosure Project* – CDP, além de participar da elaboração do Relatório de Sustentabilidade da COPASA MG.

A COPASA MG elabora o inventário de GEE anualmente, desde 2011, e vem aprimorando sua metodologia de cálculo, conforme práticas recentes e reconhecidas mundialmente. Em 2023, o inventário corporativo de GEE da COPASA MG passou pelo processo de certificação por terceiros, tornando as informações verificáveis por meio do cumprimento da norma ISO 14064-3 e dos requisitos do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG), descritos nas especificações do PBGHG de Contabilização, Quantificação e Publicação de Inventários Corporativos de Emissões de Gases de Efeito Estufa (EPB), segundo a abordagem de Controle Operacional. A certificação do IGEE garantiu à companhia o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol.

As emissões do escopo 1 advêm da operação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, operação do aterro sanitário de Varginha/MG e consumo de combustíveis na frota de veículos e estacionários.

As emissões do escopo 2 têm origem no consumo de energia elétrica, utilizada nos processos administrativos, sistemas de tratamento de água, sistemas de tratamento de esgoto sanitário e operação do aterro sanitário de Varginha/MG.

As emissões indiretas do escopo 3, provenientes das viagens aéreas nacionais e internacionais dos empregados a serviço da COPASA MG, foram calculadas por meio da metodologia descrita no Volume 2 “*Energy*” – *Chapter 3 “Mobile Combustion”* do “*2006 IPCC Guidelines for National GHG Inventories*”.

No inventário de GEE da COPASA MG são contemplados os Escopos 1, 2 e 3, sendo que as emissões líquidas constantes no Inventário de GEE Ano Base 2023 são como discriminadas a seguir, uma vez que as emissões relativas ao Ano Base 2024 estavam em levantamento no momento de elaboração do presente Relatório:

Escopo 1: 657.040,49 tonCO₂eq³.

Escopo 2: 38.152,25tonCO₂eq.

³ Equivalência em toneladas de dióxido de carbono. Trata-se de uma medida internacionalmente aceita que expressa a quantidade de gases de efeito estufa em termos equivalentes da quantidade de dióxido de carbono (CO₂).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

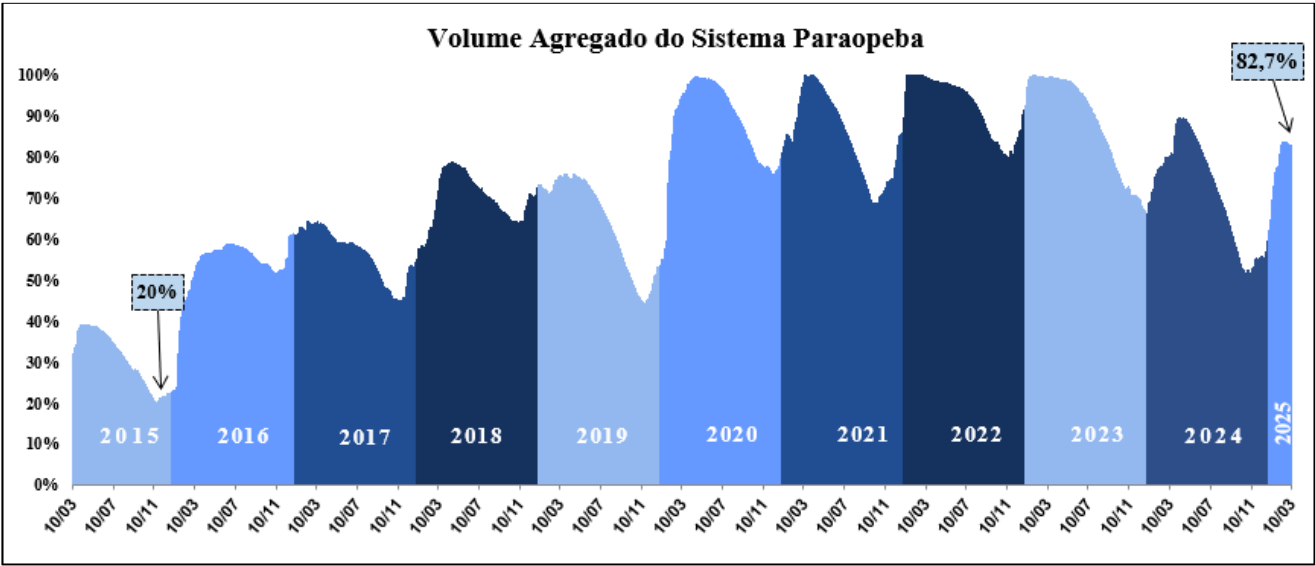
Escopo 3: 4.910,53 tonCO2eq.

8.1.1. Situação Hídrica

8.1.1.1. Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

- Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul (Sistema Paraopeba)

Esse Sistema é operado de forma integrada, garantindo maior flexibilidade operacional para a distribuição de água, de forma a equilibrar a demanda e a manter níveis seguros de operação. A seguir, a evolução dos níveis desses reservatórios do Sistema Paraopeba, que, conjuntamente, são responsáveis por 52% do volume distribuído da RMBH. Em 10.03.2025, os volumes desses reservatórios se encontravam com 82,7% de sua capacidade, conforme demonstrado a seguir:



8.1.1.2. Interior do Estado de Minas Gerais

As atividades da Companhia no interior do Estado são pulverizadas em vários municípios e bacias hidrográficas distintas. De forma geral, a maioria das localidades onde a Companhia presta seus serviços possui fonte de produção de água local. Assim, eventual restrição hídrica no abastecimento impacta apenas localmente e de forma marginal as receitas totais da Companhia.

Visando a minimizar os impactos da situação hídrica, a Companhia recorre, quando necessário, a meios que contribuem para a regularização do abastecimento nas localidades afetadas, por meio da utilização de caminhões-pipa, perfurações de poços e investimentos em captações alternativas, conforme as opções disponíveis em cada região e o grau de criticidade da escassez em cada caso. Adicionalmente, são intensificadas as campanhas de conscientização quanto ao consumo racional da água.

Vale ressaltar que, em 10 de março de 2025, não havia município em situação de racionamento.

8.2. Dimensão Social

8.2.1. Atuação Social da Companhia

A atuação Social da Companhia é norteada por sua Política de Sustentabilidade, que tem como diretrizes relacionadas a essa temática:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- combater o assédio moral e o sexual, a corrupção, os atos ilícitos ou qualquer tipo de suborno e qualquer prática de discriminação;
- desenvolver e reter talentos;
- identificar e avaliar tendências e riscos corporativos, relativos aos impactos socioambientais e ao relacionamento com a comunidade;
- promover a liberdade de associação sindical e o direito à negociação coletiva;
- promover a acessibilidade e assegurar os direitos das pessoas com deficiência;
- promover a valorização da diversidade, equidade e inclusão;
- desenvolver parcerias com agentes públicos e privados, visando à promoção do desenvolvimento sustentável;
- participar de conselhos, comitês ou similares, para debater o desenvolvimento sustentável local, regional, nacional ou global; e
- proporcionar o engajamento adequado das partes interessadas, especialmente na gestão dos impactos do negócio e das situações contingenciais.

8.2.2. Programas sociais – acesso aos serviços de saneamento

Tarifa Residencial Social: é um benefício concedido às famílias de baixa renda, oferecendo redução de até 50% no valor da conta de água e esgoto. Essa redução é calculada de acordo com o consumo mensal de cada família, limitado a 20 m³ (20 mil litros). Em 2024, o número médio mensal de economias beneficiadas com a Tarifa Residencial Social foi de 594,6 mil e 404,9 mil economias para os serviços de abastecimento de água e esgoto, respectivamente. Além disso, o benefício foi ampliado para incluir famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Programa de desconto progressivo para municípios adimplentes: oferece um incentivo financeiro para os municípios que mantêm suas contas de água e esgoto em dia. Esse benefício é concedido sob a forma de desconto de até 50% nas tarifas desses serviços. Em 2024, esse programa resultou em uma economia total de aproximadamente R\$66,6 milhões para as prefeituras, beneficiando diretamente as comunidades. O programa foi reestruturado e prevê que o desconto seja iniciado em 10%, podendo chegar a 50%, conforme a regularidade dos pagamentos.

Programa de concessão de subvenções: este programa foi reconhecido e regulamentado pela Arsae-MG em 2024, como parte integrante do custo tarifário. O critério de desconto foi alterado para considerar 50% do valor de água e esgoto. Em 2024, o valor da subvenção foi de R\$25,1 milhões, beneficiando 512 entidades.

Programa de doações para entidades filantrópicas: permite que os clientes da Companhia façam doações por meio das faturas às entidades filantrópicas. Existem 2 (dois) programas: o **Programa de Apadrinhamento**, destinado às áreas de educação, segurança pública e assistência social, e o **Solidariedágua**, voltado para hospitais públicos ou filantrópicos. Em 2024, foram arrecadados R\$3,4 milhões, beneficiando 200 instituições participantes do Programa de Apadrinhamento, e R\$4,3 milhões com o Solidariedágua, destinados a 42 instituições.

PIX do Bem: é um programa que visa aumentar a arrecadação por meio da utilização dessa forma de pagamento, reduzindo as despesas de arrecadação. A economia gerada é destinada às entidades ambientais e sociais que atendem à população carente dos municípios. Em 2024, o valor dos repasses a essas entidades totalizou R\$294 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8.2.3. Atuando em Benefício das Comunidades

O Programa Engajar para Transformar é uma iniciativa contínua, em construção coletiva das soluções e estratégias em prol da universalização e sustentabilidade dos serviços de saneamento. O Programa está diretamente ligado ao compromisso relacionamento com o cliente da Agenda ESG da Companhia, tendo como foco a Licença Social para Operar e articula com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, principalmente com o ODS 6. Em 2024, foram formalizados 25,5 mil termos de adesão aos serviços de saneamento da COPASA MG, que proporcionou um faturamento incremental estimado de aproximadamente R\$13 milhões.

Outro projeto referente à Agenda ESG foi o relacionado à redução das desigualdades de gênero, com foco no público interno e externo, financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento, com valor de 200 mil euros. Em 2024, foi realizado o diagnóstico das questões internas e externas na Companhia e em sua região de atuação, relacionadas ao gênero.

O programa de voluntariado empresarial - Voluntários da COPASA MG - promove a atuação planejada e o engajamento dos colaboradores em ações sociais relevantes, fortalecendo o exercício da cidadania e gerando impactos positivos no ambiente corporativo. Em 2024, o programa atendeu 32 cidades, realizando 103% da meta estabelecida, totalizando 55 ações realizadas. O Programa foi reconhecido com o Prêmio VOL 2024 - Melhores Práticas de Gestão de Voluntariado em Empresas. Ademais, em 2024, o Programa e seus resultados foram apresentados em congressos por meio da participação nos seguintes eventos:

- **35º Encontro Técnico AESabesp - Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente** - O Impacto do Programa Voluntários da COPASA MG em sua Gestão Empresarial: Iniciativas Sociais, Ambientais e de Governança.
- **SILUBESA – Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental** - O impacto do Programa Voluntários da COPASA MG em sua gestão empresarial: iniciativas sociais, ambientais e de governança no contexto do saneamento ambiental e das mudanças climáticas.

Entre as práticas de voluntariado corporativo, cabe destacar o Confia em 6%, que incentiva os empregados da COPASA MG a destinar parte do seu imposto de renda devido para o Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), promovendo o desenvolvimento social das comunidades onde a COPASA MG atua. Em 2024, foram destinados R\$621 mil por meio do programa.

Pelo 3º (terceiro) ano consecutivo, a COPASA MG participou do Natal Solidário em Rede, uma parceria com mais 7 (sete) destacadas empresas mineiras, beneficiando mais de 3 mil crianças e adolescentes de 2 a 17 anos do Centro Infantil e Juvenil da Cidade dos Meninos, contando com a participação de voluntários da Companhia.

Para além disso, também em aderência ao compromisso de Equidade de Gênero da Agenda ESG da COPASA MG, foi desenvolvido o Projeto Florescer Financeiro, na cidade de Ribeirão das Neves, contemplando 30 mulheres.

O Florescer Financeiro é uma iniciativa integrante do programa de voluntariado corporativo. Mulheres e meninas residentes em comunidades vulneráveis são capacitadas em finanças pessoais por meio de oficinas em modelo híbrido, que combinam encontros presenciais e atividades *on-line*. A iniciativa traz benefícios tanto para a sociedade, ao empoderar mulheres para lidar com suas finanças, quanto para a COPASA MG, ao fortalecer sua imagem perante a comunidade, facilitando a obtenção da licença social para operar.

Para a COPASA MG, os projetos culturais, esportivos e as doações são as diversas formas de divulgar a nova imagem de empresa moderna, competitiva, inovadora para toda a comunidade, demonstrando o cuidado de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

fomentar a riqueza das artes, da cultura, do entretenimento, do patrimônio cultural e o conhecimento intelectual e ambiental, todos voltados para a qualidade de vida dos mineiros.

Os patrocínios incentivados por meio das Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte, aos Fundos do Idoso e da Infância e Adolescência refletem o compromisso da Companhia com a responsabilidade social, cumprindo o seu propósito de gerar valor nas comunidades onde a empresa atua, dentre os quais podemos destacar:

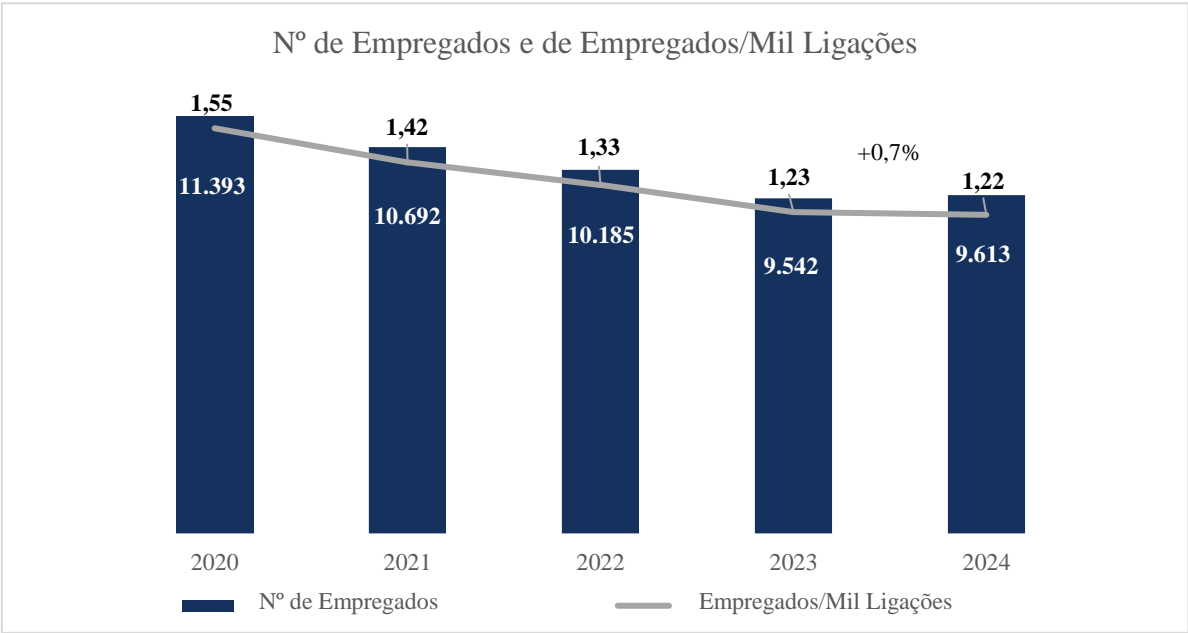
- **Natal Encantado nas Montanhas:** visa à realização de uma programação multicultural, de forma gratuita e acessível a todos os públicos, com atrações natalinas nas artes cênicas, na música instrumental e regional e nas artes visuais para o público de Monte Verde e distritos adjacentes, oportunizando o impulsionamento de nossa cultura e o incentivo ao turismo cultural.
- **Museu de Sant'Ana – Plano Trienal de Manutenção 2024 -2026:** o projeto visa a garantir a manutenção do espaço expositivo e do acervo público, bem como dos trabalhos desenvolvidos pela instituição por meio de ações educativas e culturais e de manutenção do patrimônio artístico e cultural brasileiro. Encontro de arte, história e fé. Assim é o Museu de Sant'Ana, guardião de um acervo de imagens que expressam o sentimento artístico e religioso do povo brasileiro. Instalado na antiga Cadeia Pública da cidade de Tiradentes, o Museu abriga mais de 300 imagens da santa protetora dos lares e da família, bem como dos mineradores.
- **Livros Patrimônios Culturais da Humanidade:** trata-se da confecção de 2 (dois) livros que integram a Coleção Conhecer para Cuidar, em que serão divulgados materiais sobre Patrimônios Culturais da Humanidade (Casa do Baile e Museu de Arte da Pampulha), que abrangerão 3 (três) dimensões: rico conteúdo, material para montagem de maquetes em miniaturas de papel e cartas que interagem com um aplicativo digital. Além da finalidade principal, o projeto busca mostrar que exemplares sejam considerados “livros vivos”, que estimularão os leitores a se interessarem pela história da cidade, construir o seu próprio conhecimento por meio de experimentação, por meio de debates sobre a importância dos bens culturais no cotidiano e os novos desafios do Século XXI: inclusão, diversidade, acessibilidade, meio ambiente, equidades, empatia, resiliência e humanidades.
- **A Expoqueijo Brasil 2024 – Araxá International Cheese Awards – 4ª Edição:** visa a valorização de um dos maiores patrimônios culturais imateriais e marca registrada de Minas Gerais, o queijo. O Queijo Minas Artesanal é fabricado desde o século XVIII e reúne conhecimento passado entre gerações e características muito próprias.
- **Arte pela Via:** tem como viés um novo olhar voltado para a realidade das vias urbanas por meio da transformação dos ônibus coletivos urbanos em grandes painéis assinados por artistas de diferentes modalidades, proporcionando a disseminação das riquezas culturais locais e regionais, tanto para a população local quanto para os turistas. Com a expectativa de ser a maior exposição de arte em movimento do mundo, os coletivos transformarão a arte contemporânea em uma galeria ambulante, ilustrando como esses elementos se entrelaçam e moldam a vida nas cidades, proporcionando uma experiência única e acessível a todos.
- **35ª Feira Nacional de Artesanato – Os Vales de Minas:** visa a homenagear os Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, além das cidades que circundam o Rio São Francisco. Estão envolvidos 222 municípios, que participaram com a sua arte, artesanato, oficinas, gastronomia, musicalidade, além das oficinas que serão ministradas pelos participantes convidados de cada município.
- **Semana Criativa de Tiradentes - 8ª Edição:** projeto que, desde o ano de 2017, estimula a criatividade dos artesãos da cidade de Tiradentes e região das Vertentes e designers vindos de diferentes lugares do país, facilitando a troca de conhecimento entre o contemporâneo e o tradicional e valoriza os saberes populares, promovendo o empreendedorismo, o comércio e o turismo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Campeonato Mineiro de Basquete em Cadeira de Rodas:** o projeto visa à realização do evento esportivo em BH, sendo que a Liga Mineira de Basquete em Cadeira de Rodas (LMBC) tem caráter paradesportivo, educacional e social.
- **Cavalo Amigo do Autista:** visa beneficiar 30 pessoas com deficiência, na modalidade esportiva da Equoterapia. A prática esportiva da Equoterapia objetiva benefícios físicos, psíquicos, educacionais e sociais de pessoas com deficiências.
- **Pequenos Ginastas, Grandes Saltos:** projeto fundamental para incentivar e ajudar no engajamento, conscientização e compromisso na promoção da saúde física e mental dos jovens, proporcionando visibilidade à Companhia e ajudando a demonstrar a oportunidade de divulgação institucional, responsabilidade social e marketing envolvendo toda a sociedade local e regional, além de agregar valores à marca.

8.2.4. Capital Humano

A Companhia encerrou o ano de 2024 com 9.613 empregados, representando um ligeiro acréscimo de 0,7% em relação ao ano anterior, conforme ilustrado no gráfico abaixo. Esse crescimento deveu-se, principalmente, às contratações pontuais realizadas, considerando o encerramento da vigência do concurso público, em abril de 2024, e foi inferior à elevação no número de ligações de água e esgoto (+1,2%). Com isso, o indicador “número de empregados por mil ligações” passou de 1,23 em dezembro de 2023 para 1,22 em dezembro de 2024.



A Companhia conduziu, em 2024, pesquisa de clima organizacional junto a seus colaboradores, obtendo Índice de Favorabilidade de 75,3%, representando uma melhora de 2,9% em relação ao ano anterior. Posteriormente, foram identificados os pontos relevantes a serem aprimorados e propostos planos de ação para melhoria do clima organizacional, buscando o fomento e o fortalecimento de uma cultura de compartilhamento de boas práticas entre as diversas unidades da Companhia e de promoção de saúde e de bem-estar de seus colaboradores.

Uma das principais políticas de gestão de pessoas da COPASA MG é o Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS), que tem por objetivo valorizar o conhecimento, a experiência, a vivência, a maturidade e os impactos dos profissionais nos resultados. Ele é orientado para atrair e reter os talentos profissionais necessários à condução dos negócios e para preservar a cultura e a longevidade da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para apoiar o desenvolvimento de suas carreiras, os empregados contam com a ferramenta Trilha de Carreiras, a qual permite identificar as especialidades, competências, requisitos e condições necessários para assumir novas posições na Companhia.

Outra ferramenta de gestão consolidada é a avaliação de desempenho por competências, em que foram avaliados 8.938 empregados no ciclo avaliativo de 2024.

Em 2024, as ações voltadas à educação corporativa, como cursos técnicos e de pós-graduação, externos e *in company*, cursos da plataforma de Ensino a Distância da COPASA MG - Manancial do Saber, Programa de Aperfeiçoamento de Engenheiros, Programa de Mentoria Técnica, Programa de Saúde e Segurança do Trabalho, dentre outras participações em atividades de treinamento e desenvolvimento resultaram no número de 104 mil participações em treinamentos e um total de 442 mil horas de treinamento, uma média de 44 horas por empregado.

Dada a especificidade do conhecimento técnico exigido pelo setor de saneamento, a COPASA MG desenvolveu o Programa de Mentoria Técnica, que visa a contribuir para a mitigação do risco de perda de capital intelectual e a garantir a excelência na prestação de serviços. Esse Programa tem, como mentores, empregados de elevado nível de conhecimento, e, como mentorados, pessoas com potencial, interesse e disponibilidade para o aprendizado. Para a realização do repasse, foram priorizados processos e atividades críticas, identificados pelas superintendências e alinhados aos principais riscos corporativos.

Na COPASA MG, a Saúde e Segurança do Trabalho é um tema material e, para além de uma obrigação legal, tornou-se um valor para Companhia, reconhecido e patrocinado pela Alta Administração. O nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança abrange toda a força de trabalho e visa proteger a integridade, a saúde e a capacidade de trabalho dos empregados.

No ano de 2024, foi concluído um Projeto de Evolução da Cultura de Saúde e Segurança, em parceria com consultoria referência mundial no assunto. Foram implementadas práticas preventivas com os respectivos indicadores proativos, de modo a demonstrar a adesão e fomentar a governança do tema. Como exemplo, cita-se a Caminhada do Líder (Observação Comportamental), que consiste em visitas periódicas, por parte dos líderes, para sensibilizar os empregados e mitigar os desvios comportamentais. Os líderes possuem metas de realização e a prática potencializou de forma expressiva a fiscalização de condições inseguras no ambiente de trabalho, haja vista que na maior parte das vezes o próprio líder possui a autonomia para resolução do fato constatado, sendo que em 2024 foram realizadas 32.244 caminhadas.

Outro importante avanço obtido foi a revisão do processo de gestão de saúde e segurança de empregados terceirizados. De forma inédita, foi estruturado um programa de integração de terceiros sob o aspecto de saúde e segurança com oferta mensal de turmas. O conteúdo programático aborda os pilares do Programa Acidente Zero, a Política de Saúde e Segurança, os principais indicadores proativos e reativos, as Regras de Ouro, os principais protocolos, os principais riscos, entre outros. As primeiras turmas iniciaram em março e, ao todo, em 2024 foram treinados 798 empregados terceirizados. De forma complementar e após ampla prospecção de soluções no mercado, foi realizado processo licitatório para contratação de uma empresa que irá realizar o credenciamento e a análise documental das obrigações trabalhistas das empresas prestadoras de serviço. O processo foi concluído em novembro/2024 e estão sendo realizados os preparativos para o início do projeto. Trata-se de uma ação estruturante no que se refere à fiscalização das contratadas, especialmente sob o aspecto de saúde e segurança.

Em 2024 também foi iniciado um Programa de Desenvolvimento da Percepção de Riscos. Ao todo, foram formados 49 multiplicadores e, em junho, iniciaram-se as turmas do respectivo treinamento. Com duração de 16 horas, o programa contempla conteúdo para reforçar o valor da segurança pessoal e aumentar a percepção de risco, abrangendo fatores que motivam o ser humano para o risco e o seu impacto no processo de tomada de decisão por meio da Psicologia Positiva. Ao todo, em 2024, foram treinados 3.984 empregados. De forma complementar, também foi estruturado um processo de Gestão de Reconhecimento e Consequências em Saúde e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Segurança. A metodologia visa à modelagem comportamental, de modo a reforçar condutas exemplares de empregados que se destacam pelo mérito (o primeiro ciclo de reconhecimento foi realizado de setembro a dezembro/2024). Em números absolutos, se comparado ao ano anterior, a acidentalidade relativa a empregados próprios decresceu em 3,6%, não foram registrados óbitos e o número de benefícios previdenciários que impactam o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) decresceu 18,6%.

Conforme preconiza a Norma Regulamentadora, NR-01 e NR-17, e com suporte de consultoria especialista em ergonomia, a Companhia estruturou um Programa de Gestão Ergonômica. Ao longo do ano de 2024 foram realizadas 613 Avaliações Ergonômicas Preliminares, contemplando todos os riscos ergonômicos (biomecânicos, mobiliário/equipamentos, organizacionais, ambientais e, também, psicossociais/cognitivos). Em consonância, também foram realizadas inúmeras ações de acolhimento e letramento sobre questões afetas à saúde mental e bem-estar dos empregados como, por exemplo: manutenção de um canal exclusivo de Telepsicologia (disponível 24h para seus empregados); realização de atendimentos psico-ocupacionais, com fornecimento de guias sem ônus e acompanhamento; realização de ginástica laboral; intervenções itinerantes (palestras, yoga, rodas de conversa, blitz da saúde, dentre outras); estruturação de salas de Apoio à Maternidade e à Amamentação, visando ao conforto das empregadas; realização de encontros do Programa de Atendimento ao Sujeito em Relação ao Álcool e às Drogas (PASA); implementação de 5 (cinco) ambulatorios descentralizados, buscando maior proximidade e otimização de processos, entre outros. Foi instituído, também, um Programa de Inclusão da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de ampliar a acessibilidade e promover melhores condições laborais. Além disso, foram intensificadas as campanhas de divulgação do Programa e realizada busca ativa por empregados que poderiam ser enquadrados, o que contribuiu para manutenção da cota prevista em lei.

Relativamente ao tema promoção da diversidade e inclusão, a Companhia reforçou suas práticas de incentivo à inclusão e à diversidade, com a inserção dos temas diversidade e práticas de incentivo à inclusão nas ações voltadas para o desenvolvimento de lideranças e a adoção de cotas para o público sênior e para pessoas com deficiência no seu Programa de Estágio. Vale ressaltar que a Companhia possui Política de Diversidade e Inclusão, instituída em 2023.

A COPASA MG está imbuída do propósito de oportunizar a equidade de gênero em seus quadros profissionais, como forma de atrair e melhor aproveitar seus talentos. Dentro desse espírito, a Companhia promoveu, nos anos de 2023/2024, a 3ª (terceira) edição do Programa de Mentoria Feminina, que busca encorajar o desenvolvimento de empregadas interessadas em potencializar suas competências, mediante o acompanhamento por profissionais, também mulheres, mais experientes, na posição de mentoras. A Companhia, que aderiu ao Movimento Elas Lideram 2030, possui a meta de atingir, até 2025, 37% dos cargos de liderança ocupados por mulheres, sendo que esse percentual, ao fim de 2024, era de 35,8%.

8.3. Governança Corporativa

A COPASA MG, além de observar a legislação de regência aplicável às sociedades anônimas e ao mercado de capitais, deve atender aos requisitos diferenciados de transparência e governança corporativa impostos pelo regulamento de seu segmento de listagem na B3 e está sujeita, como empresa estatal, aos controles do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e às determinações da Lei Federal nº 13.303/2016 – Lei das Estatais, bem como às normas e regulações pertinentes ao setor de saneamento, dentre outras. Assim, por atuar em um ambiente amplamente regulado e por sua constante disposição em estar sempre alinhada às melhores práticas de mercado, a COPASA MG adota sólidos padrões de governança corporativa e de controles internos, que serão brevemente abordados a seguir.

8.3.1. A Administração da Companhia

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Conselho de Administração é composto por 7 (sete) membros, dos quais 3 (três) são considerados conselheiros independentes. Vale ressaltar que a Companhia conta com a participação de 1 (um) representante dos empregados e 1 (um) representante dos acionistas minoritários, sendo este caracterizado como independente.

A Diretoria Executiva é responsável pela administração dos negócios sociais da Companhia e é composta por 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, eleitos pelo Conselho de Administração.

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não são acumulados pela mesma pessoa.

O Conselho Fiscal funciona em caráter permanente e atualmente é composto de 4 (quatro) membros efetivos e 3 (três) suplentes. O Conselho Fiscal conta com 1 (um) membro titular e o respectivo suplente com vínculo permanente com a Administração Pública Estadual, indicados pelo acionista controlador e com 1 (um) conselheiro efetivo como representante dos acionistas minoritários. É competência desse Órgão fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Comitê de Auditoria Estatutário – COAUDI é órgão de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, por ele eleito e é composto, atualmente, por 3 (três) membros, devendo ser, em sua maioria, independentes, nos termos do Estatuto da Companhia, com pelo menos 1 (um) dos membros conselheiro de administração independente.

A Companhia conta com 3 (três) comitês não estatutários, vinculados ao Conselho de Administração, para seu assessoramento, sendo:

- **Comitê de Pessoas:** responsável, dentre outras funções, pelo assessoramento ao Conselho de Administração, nas decisões relativas a diretrizes relacionadas à gestão de pessoas;
- **Comitê de Investimentos:** responsável, sobretudo, por subsidiar o Conselho de Administração nas deliberações do que concerne às análises e acompanhamento dos investimentos constantes do planejamento da Companhia; e
- **Comitê de Governança Corporativa:** tem o objetivo de apoiar o Conselho de Administração e demais órgãos estatutários na adoção das melhores práticas de governança corporativa e primar pela sua constante evolução.

A Companhia conta, ainda, com a Superintendência de Compliance e a Auditoria Interna.

Treinamento e Avaliação

Os administradores, conselheiros fiscais e membros do comitê de auditoria participam, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, Código de Ética e Integridade, Lei Federal nº 12.846/2013, licitações e contratos.

Anualmente, a COPASA MG conduz o processo de avaliação de desempenho dos administradores e dos demais membros estatutários, sob coordenação da Superintendência de Compliance, quando é submetido a mensuração o desempenho coletivo dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como o desempenho individual dos membros que compõem esses Órgãos. Os resultados são apresentados aos Conselheiros e servem de subsídio para a busca de oportunidades de melhoria na governança da Companhia.

8.3.2. Integridade e Compliance

A Companhia está em constante revisão de seus mecanismos de controle, visando a manter a integridade de seus valores éticos e a consecução de seu compromisso com o *compliance*. Dentre esses mecanismos de controle,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

destacam-se instrumentos e práticas de governança, bem como políticas, normas e procedimentos, dentre os quais podem ser realizados:

- **Código de Conduta e Integridade:** consiste no principal instrumento de divulgação dos princípios éticos e dos valores fundamentais da COPASA MG, devendo ser observado por todos os seus empregados e por aqueles que com ela se relacionam;
- **Programa de Integridade:** consiste na implementação de políticas, diretrizes e procedimentos no combate à corrupção e na apuração de denúncias e irregularidades, visando a implantar mecanismos e procedimentos internos de integridade, em aderência à Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e às boas práticas de governança corporativa;
- **Canal de Denúncias:** implementado em 2016, com o objetivo de inibir práticas ilícitas e contrárias aos interesses da COPASA MG, tais como corrupção, fraude, irregularidade, conflitos de interesse, dentre outros, bem como favorecer a comunicação, apuração e tratamento dessas práticas. Esse Canal está disponível no site institucional da Companhia (www.copasa.com.br), na aba “Denúncias”, acessível a qualquer cidadão. Atualmente o canal é operado por uma empresa externa, garantindo maior confidencialidade e segurança para o denunciante de boa-fé.
- **Comissão de Ética:** vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, é responsável, dentre outras atribuições, a difusão da cultura ética, promovendo treinamentos periódicos, com o fito de esclarecer aos colaboradores da COPASA MG sobre os preceitos do Código de Conduta e Integridade e o recebimento, controle e tratamento das denúncias de caráter ético, inclusive quanto à responsabilidade pela sua apuração.
- **Gestão Colegiada:** sistema informatizado de gerenciamento dos gastos e compartilhamento de decisões, em que os dispêndios referentes a custeio e investimentos, em todos os níveis da organização (Gerências, Superintendências e Diretoria Executiva), são aprovados por Comitês (Comitê de Administração, Comitê Operacional e Comitê Diretivo), compostos por, no mínimo, 3 (três) integrantes, tendo sido instituído em 2015.
- **Políticas:** a Companhia é dotada de várias políticas, que disciplinam aspectos diversos de seu ambiente corporativo e fortalecem sua governança e cultura de integridade, dentre as quais podem ser mencionadas: (i) Política de Compliance Anticorrupção; (ii) Política de Conflito de Interesses; (iii) Política de Controles Internos; (iv) Política de Indicação e Elegibilidade de Membros Estatutários; (v) Política de Governança Corporativa; e (vi) Política de Transações com Partes Relacionadas.

A Companhia, com o apoio dos órgãos de governança, tem focado suas ações no desenvolvimento de seu Plano de Integridade. A seguir, as ações mais relevantes realizadas:

- **Site de Compliance:** a COPASA MG possui o site de *Compliance* (www.copasa.com.br/compliance), que permite ao usuário conhecer os pilares que compõem o seu Plano de Integridade, acessar os instrumentos de Integridade e familiarizar-se com as ações de *compliance* desenvolvidas;
- **Compliance para Lideranças:** anualmente, os administradores e demais membros estatutários, bem como os superintendentes, gerentes, supervisores e encarregados são treinados em temas de integridade, visando à disseminação de uma cultura de integridade;
- **Workshop Integridade:** objetivando atualizar os empregados acerca dos instrumentos de integridade da Companhia, anualmente é disponibilizado o Workshop Integridade, na plataforma EAD da Companhia. Esse evento aborda o Plano de Integridade da COPASA MG;
- **Campanhas Internas:** anualmente, a COPASA MG realiza uma campanha de *compliance*, com temas da atualidade, que visam a disseminar os instrumentos de integridade por meio de móveis, prismas, cartazes, folhetos, wallpapers, e-mails, vídeos, *intranet*, dentre outros;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **“Gotas da Integridade”:** mensalmente, são disponibilizados, na *intranet*, *folders* de integridade, com a finalidade de promover reflexões no tocante à ética nas atitudes, visando à promoção de um ambiente corporativo íntegro;
- **Caravana da Integridade:** evento anual direcionado ao público administrativo, buscando iniciar as tratativas para a celebração do Dia Internacional Contra a Corrupção, por meio de dinâmicas e palestras;
- **Dia Internacional Contra a Corrupção:** em alusão ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, no dia 9 de dezembro, a Companhia promove palestras sobre o tema, contando com a participação dos gestores, dos líderes de *compliance* e dos empregados;
- **Compliance na Gestão de Contratos:** são realizados, periodicamente, treinamentos visando a alertar os gestores e fiscais de contratos sobre a importância da aplicação dos instrumentos e normativos de integridade na execução dos contratos;
- **Matriz de Treinamento em Compliance:** a Companhia implementou uma Matriz de Treinamento em *Compliance*, com o objetivo de promover atividades de capacitação para todos os seus colaboradores e parceiros de negócio. Essa Matriz foi desenvolvida de forma estratégica, considerando prioridades definidas na Matriz de Risco Corporativa. Além disso, essas capacitações levam em consideração as unidades onde esses colaboradores estão alocados e sua devida exposição aos riscos de *compliance*; e
- **Certificação ISO 37.301:** conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 30.01.2025, a COPASA MG obteve a certificação ISO 37.301 - Sistema de Gestão de Compliance. A referida certificação demonstra o comprometimento da alta administração, da unidade de Compliance e dos empregados com a cultura de integridade, contribuindo para a melhoria das práticas gerais de conformidade e governança.

8.3.3. Gestão de Riscos

- **Governança de riscos:** a Companhia possui uma estrutura de governança com papéis definidos, segundo o conceito das Três Linhas, do Instituto de Auditores Internos – IIA. Por meio dessa visão, situam-se na 1ª (primeira) linha a gestão operacional e, na 2ª (segunda) linha, a gestão de riscos, os controles internos e *compliance*. Todos esses processos prestam contas em relação aos riscos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, o qual é assessorado tecnicamente pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Na 3ª (terceira) linha encontra-se a Auditoria Interna, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração.
- **Política de Gestão de Riscos Corporativos:** com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades referentes ao processo de gestão de riscos corporativos e orientar as atividades para identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos, a COPASA MG instituiu a Política de Gestão de Riscos Corporativos. Os normativos internos para gestão de riscos referenciam-se, principalmente, na ISO 31000:2018 e no COSO II ERM: 2017.
- **Comitê de Compliance e Riscos:** o processo de gestão de riscos, coordenado pela Superintendência de Compliance, é submetido também ao Comitê de Compliance e Riscos. Esse comitê possui um Regimento Interno, é constituído por representantes de todas as diretorias e reúne-se mensalmente para participar do processo e aplicação da metodologia referente à gestão de riscos.
- **Matriz de Riscos Corporativos:** apresenta os riscos aos quais a COPASA MG está submetida, os respectivos fatores de risco, além dos proprietários com responsabilidade e autoridade para gerir tais riscos. Referida Matriz classifica os riscos conforme sua natureza, podendo ser estratégicos, operacionais, financeiros ou de *compliance*, sendo sua revisão, no mínimo, anual.
- **Mapa de Riscos Corporativos:** sintetiza os riscos de acordo com a criticidade, sendo os mais críticos em relação à probabilidade e ao impacto: (i) Concessões; (ii) Gestão de Empreendimentos; (iii) Saúde e Segurança

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

do Trabalho; (iv) Tratamento de Esgoto; (v) Ataques Cibernéticos; e (vi) Privacidade e Proteção de Dados. Os respectivos proprietários prestam contas dos status desses riscos diretamente ao Conselho de Administração.

- **Monitoramento de indicadores:** os riscos identificados na Matriz são monitorados por meio dos Indicadores de Risco e esses são submetidos à aprovação do Conselho de Administração, que aprova também o apetite da Companhia para os riscos.
- **Planos de Resposta a Riscos:** a Diretoria Executiva revisa constantemente os planos de resposta que foram elaborados, conforme a dinâmica dos processos de negócio e da própria gestão de riscos para mitigação dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. As revisões contemplam, entre outras definições, os aspectos relacionados ao contexto regulatório em que a Companhia está inserida, bem como às exigências promovidas pelo advento do novo marco legal do saneamento, definido na Lei Federal nº 14.026/2020.
- **Matriz de Riscos Contratuais:** a Matriz de Riscos referentes aos contratos consiste em uma etapa prévia destinada a identificar riscos contratuais, classificá-los de acordo com os impactos e as probabilidades de ocorrência, bem como para prever medidas de mitigação, de modo a propiciar segurança jurídica para as partes contratante e contratada.

8.3.4. Controles Internos

O Sistema de Controle Interno da COPASA MG tem por finalidade proporcionar segurança razoável à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade, em consonância com a metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

A COPASA MG adota o modelo das Três Linhas, de acordo com a Declaração de Posicionamento do Instituto dos Auditores Internos – *IIA Global*, o qual relaciona as funções organizacionais aos níveis de controle interno da Companhia.

Dessa forma, as atividades de controle não são exclusividade de determinada unidade organizacional, devendo ser realizadas em todos os níveis.

8.3.5. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD

Em 2024, tivemos avanços significativos no processo de adequação à LGPD, consolidando uma cultura organizacional voltada para a privacidade e segurança da informação.

Dentre as principais ações, destacam-se:

- **Semana da Proteção de Dados Pessoais:** evento anual instituído na semana do Dia Internacional da Proteção de Dados Pessoais (28/01), voltado para todos os empregados, com o objetivo de disseminar conhecimento e promover mudanças culturais sobre privacidade.
- **Treinamentos sobre LGPD:** foram realizados os seguintes treinamentos (i) **LGPD para Todos**, disponibilizado para todos os colaboradores na plataforma de treinamentos interna - Manancial do Saber -, sendo que 79% dos empregados concluíram o treinamento no prazo estabelecido; (ii) **Treinamento para Parceiros e Terceirizados**, como a Associação dos Empregados da COPASA MG, de suas Subsidiárias e Patrocinadas – AECO; (iii) **Treinamento para colaboradores de processos críticos**, treinamento específico, focado em colaboradores, cujas atividades profissionais envolvem o acesso a elevado volume de dados pessoais, como equipes do comercial e recursos humanos e prestadores de serviço; e (iv) **Compliance para Lideranças**, treinamento realizado de abril a outubro, tendo sido realizadas 32 palestras em todas as gerências regionais.
- **Encontro de Líderes de Compliance:** evento realizado em março, fortalecendo o papel de líderes como embaixadores da privacidade.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Caravana da Integridade:** evento realizado em novembro, por meio da promoção de oficinas em todas as unidades de negócios, com o Jogo da Integridade e Privacidade para equipes administrativas.

Também em 2024, foi dado início à implementação de um software para a gestão do Programa de Governança em Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, com o intuito de ter maior efetividade no controle dos dados pessoais e gestão mais eficiente das ações voltadas para a adequação à LGPD.

Essas iniciativas refletem nosso compromisso em fortalecer a Governança em Privacidade e assegurar a conformidade com a LGPD em todas as nossas operações.

9. COPANOR

A subsidiária integral COPANOR foi criada em 2007, para prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas Regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais. Essa região conta com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – do estado de Minas Gerais. O âmbito de atuação da COPANOR são as localidades com população compreendida entre 200 e 5.000 habitantes.

Em dezembro de 2024, a COPANOR atendia a 227 mil habitantes com serviços de abastecimento de água e, dentre esses, 110 mil também com serviços de esgotamento sanitário.

As tarifas praticadas pela COPANOR são bem inferiores às tarifas de sua Controladora – COPASA MG, pois sua estrutura de custos não leva em conta a remuneração dos investimentos.

A partir de julho de 2017, foi criado pela Arsae-MG um subsídio tarifário na tarifa da COPASA MG para suportar os investimentos e manutenção da COPANOR, consistindo em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a COPANOR, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura.

No âmbito da 2ª revisão tarifária da COPASA MG, a Arsae-MG definiu pela continuidade desse repasse. O valor desse subsídio em 2024 foi de R\$47,6 milhões, mesmo valor previsto para 2025.

Em novembro de 2023, no escopo da 5ª (quinta) Revisão Tarifária Periódica, o Efeito Tarifário Médio (ETM) foi negativo em 7,68% (Resolução Arsae-MG nº 186/2023).

Em 2024, foram investidos R\$53,9 milhões na COPANOR, incluindo as capitalizações. Para o ano de 2025, estão previstos investimentos de R\$47,6 milhões para a subsidiária, que serão empregados em demandas operacionais para permitir a prestação adequada dos serviços.

10. Relacionamento com Auditores Independentes

Considerando a rotatividade prevista no artigo 31 da Resolução CVM nº 23/2021, bem como as regras estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/2016, e, tendo em vista o prazo de 5 (cinco) exercícios consecutivos de prestação dos serviços pela KPMG Auditores Independentes, a Companhia realizou, em 2023, processo licitatório para contratação do novo prestador dos serviços de auditoria externa para o exercício de 2024, no qual foi declarada vencedora a Grant Thornton Auditores Independentes – GT. Sua contratação deu-se em 3 de abril de 2024, tendo iniciado a prestação dos serviços a partir da revisão especial das Informações Trimestrais – ITRs – do primeiro trimestre de 2024. Deste modo, a GT realizou os serviços de auditoria externa das Demonstrações Financeiras – DFs – da Controladora e sua subsidiária do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Além dos serviços relacionados à auditoria das DFs, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os serviços englobam a emissão de relatórios de Índices Financeiros de Financiamento e relatórios de Asseguração Limitada de Pagamentos, em atendimento ao requerido nos contratos de financiamentos com o banco alemão KfW e com

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), bem como trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados (PPA) requeridos anualmente pela Arsae-MG.

Os valores pagos pelos serviços prestados pela GT totalizaram, durante o ano de 2024, o montante de R\$1,14 milhão.

É atribuição do Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, bem como supervisionar as atividades e a qualidade dos serviços prestados, avaliando sua independência em relação à Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração. A COPASA MG respeita os princípios que preservam a independência dos auditores externos quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente, entre outras restrições, visando evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes. Tais princípios estão expressos em sua Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e Extra-auditoria, aplicável à Controladora e subsidiárias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia.

Notas Explicativas

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (EMG). Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A COPASA MG possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”, “Subsidiária”, “Controlada”), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Em setembro de 2024, conforme descrito na Nota Explicativa 9, a Companhia constituiu a subsidiária integral Copasa Patos Saneamento S.A. (“Copasa Patos”, “Subsidiária”, “Controlada”), cujo objeto social é planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, com vistas a contribuir para o bem-estar social e para a melhoria da qualidade de vida da população do município de Patos de Minas.

Conforme divulgado ao mercado em 14 de novembro de 2024 por meio de Fato Relevante, a Companhia recebeu do acionista controlador ofício informando que o Estado de Minas Gerais protocolou na Assembleia Legislativa, naquela data, Projeto de Lei que contempla medidas propostas para a desestatização da COPASA MG. O projeto de lei passará por análise e deliberação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Companhia, conforme os melhores níveis de transparência e governança corporativa, manterá seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados acerca da ocorrência de qualquer novo ato ou fato relevante, nos termos da legislação aplicável.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de “Individual” ou “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024, Individuais e Consolidadas, em 21 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração.

Notas Explicativas

A Companhia e suas subsidiárias possuem três segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e suas subsidiárias, além do segmento de resíduos sólidos, no município de Varginha.

As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 22.

3.2 Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

O controle sobre uma investida pode ser presumido quando a Companhia mantiver 20% ou mais do poder de voto da investida. Nos demais casos, a existência de controle será determinada se houver influência significativa sobre a investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2.1 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativo financeiro

3.4.1.1 Reconhecimento inicial

As contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas subsidiárias se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Notas Explicativas

3.4.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas subsidiárias mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas subsidiárias podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas subsidiárias podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(a) Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas subsidiárias realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a norma de procedimentos relativo a aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o seu funcionamento prático, de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia e suas subsidiárias, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

(b) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Notas Explicativas

(c) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas subsidiárias transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia e suas subsidiárias não transferem e não mantêm substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.4.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas subsidiárias mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Visando o aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para as contas a receber de clientes, conforme CPC 48, a Companhia e suas subsidiárias realizam estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir dos estudos, a perda esperada registrada contabilmente pela Companhia e suas subsidiárias consideram a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isso permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir das contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia e suas subsidiárias seguem analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas nas contas a receber de clientes. Desta forma, revisa periodicamente os critérios da estimativa, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes para determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e análise da dívida de seus clientes, e integrando projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

A Companhia e suas subsidiárias consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. A Companhia e suas subsidiárias consideram que esta seja “BBB” + ou superior, conforme escala padrão divulgada pelas agências de *rating* de crédito *Moody's*, *Fitch* e *S&P*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são aquelas perdas que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito.

Notas Explicativas

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas subsidiárias em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; e
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas subsidiárias não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas subsidiárias adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia e suas subsidiárias não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas subsidiárias para a recuperação dos valores devidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia e suas subsidiárias para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Títulos e valores mobiliários

Refere-se a recursos financeiros oriundos de financiamento junto a uma agência de fomento francesa conforme descrito na Nota Explicativa 16(a). Encontram-se aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez diária, com utilização para pagamento de obras de infraestrutura em água e esgoto, bem como em demais programas financiados pela referida agência.

Aplicação financeira vinculada

Refere-se a recursos financeiros oriundos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como incentivo, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Os recursos são liberados e depositados em conta específica vinculada e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada desde que cumpridas as metas pactuadas. Tendo em vista cumprimento parcial das metas, esses recursos também são mantidos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas. A Companhia não reconhece perda por *impairment*, baseado no fato de que se houver uma obrigação de devolver os recursos, há passivo correspondente registrado, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

Notas Explicativas

Ativos financeiros - Contratos de concessões

A Companhia e suas subsidiárias não reconhecem perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela Companhia reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pelas agências reguladoras pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia e suas subsidiárias reconhecem um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia e suas subsidiárias.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas subsidiárias assumem uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificada como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Notas Explicativas

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas subsidiárias tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

Na eventualidade de ocorrer quebra de acordo contratual (*covenants*) de um empréstimo de longo prazo (indicadores não financeiros, por exemplo) ao término ou antes do término da data do balanço, a Companhia e suas subsidiárias avaliam a necessidade de reclassificação como circulante, considerando a obtenção do direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data. Nesta avaliação considera-se também, a necessidade de representação fidedigna quanto à essência requerida às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, bem como a finalidade de proporcionar informação fidedigna da posição patrimonial e financeira da Companhia e suas subsidiárias.

Custos de empréstimos são juros e outros encargos nos quais a Companhia e suas subsidiárias incorrem e são oriundos dos contratos de empréstimos e financiamentos, incluindo variação monetária e cambial. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia e suas subsidiárias analisam como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamentos similares. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Desreconhecimento

A Companhia e suas subsidiárias desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas subsidiárias também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário. São demonstrados ao custo que é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, exceto os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.6 Ativo intangível

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e suas subsidiárias, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia e suas subsidiárias utilizam o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

Notas Explicativas

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.14.

(b) Direitos de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada.

3.7 Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado incluem aqueles que não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia e suas subsidiárias, bem como os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados, uma vez que esses são considerados como ativos da Companhia e suas subsidiárias, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente, a Companhia e suas subsidiárias avaliam a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

3.8 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em uma UGC, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base

Notas Explicativas

de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada.

3.9 Provisões

As provisões para demandas judiciais trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia e suas subsidiárias liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia e suas subsidiárias, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

3.10 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada como “dividendos” no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras - maiores detalhes estão descritos na Nota Explicativa 21.

Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.11 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

Notas Explicativas

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados.

A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos e leis vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia e suas subsidiárias revisam regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

Notas Explicativas

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza ^(*)	Diversas

^(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.12 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Plano RP1- Benefício Definido (BD), Plano Copasa Saldado (BD) e o Copasa Novo Plano - Contribuição Definida (CD). Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O valor atual dessas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de desconto que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 20.

(b) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas subsidiárias tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia registra provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados nos lucros (PL), sendo que o Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da empresa, aprovado pelo Conselho da Administração, define os procedimentos para sua operacionalização.

Notas Explicativas

O montante de PL a ser distribuído é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração e equivale a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, correspondendo, portanto, a 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, sobre o qual serão aplicados parâmetros de desempenho institucional.

Anualmente, a parcela do lucro não distribuída aos empregados será transferida para o exercício seguinte, sendo adicionada na base de cálculo do valor a ser distribuído.

3.13 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da Companhia.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda) é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas subsidiárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias, considerando o montante envolvido, criam estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia e suas subsidiárias atuam como responsáveis primários pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposto, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias estimam que a margem é zero, em conformidade com a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora e a posterior Resolução ARSAE -MG nº 191/2024, que definiram pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos pelos municípios.

Notas Explicativas

(c) Ativo de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia e suas subsidiárias concluem a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.15 Receita financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia e suas subsidiárias de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia e suas subsidiárias classificam juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.16 Arrendamentos

A Companhia e suas subsidiárias consideram se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas subsidiárias utilizam a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

A Companhia e suas subsidiárias optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia e suas subsidiárias reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

3.17 Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2024

A Companhia e suas subsidiárias aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas subsidiárias decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas subsidiárias.

Notas Explicativas

IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- i) O que se entende por direito de adiar a liquidação;
- ii) Que o direito de adiar deve existir no final do período das demonstrações financeiras;
- iii) Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a Companhia e suas subsidiárias exercer seu direito de adiar; e
- iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da Companhia e suas subsidiárias de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas subsidiárias.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos.

Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de um Grupo.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas subsidiárias.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu o documento “Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu pequenas alterações à IFRS 10 (Demonstrações consolidadas), que também afeta o CPC 36 (R3) no Brasil. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais, com o objetivo de esclarecer ou corrigir questões pontuais nas normas contábeis.

Alterações principais à IFRS 10 no “Volume 11”: As alterações em IFRS 10 são pequenas revisões, mas com um impacto relevante na aplicação da norma e na interpretação do controle para fins de consolidação

i) Esclarecimento sobre a perda de controle: o IASB fez um esclarecimento sobre como as empresas devem tratar a perda de controle de uma subsidiária. A norma agora deixa mais claro o momento exato em que o controle é considerado perdido. Isso é especialmente importante para transações que envolvam venda de subsidiárias ou mudança no controle de uma subsidiária. Uma revisão detalhada dos passos que devem ser seguidos para avaliar se o controle foi realmente perdido, com foco na dados em que o controle deixa de existir.

ii) Avaliação do controle quando há influências externas: a revisão também aborda situações em que o controle de uma participação pode ser afetado por influências externas, como acordos com outras Empresas ou acionistas.

Notas Explicativas

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas subsidiárias.

3.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas subsidiárias, estão descritas a seguir.

A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/CPC 02: Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando o Grupo consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

O Grupo avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se o Grupo conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade do Grupo de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, o Grupo deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo do Grupo ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como o Grupo estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo. O Grupo pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

A Companhia e suas subsidiárias não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 18 - Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e introduziu novas exigências para:

- i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e
- iii) melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Notas Explicativas

A Companhia e suas subsidiárias devem aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Companhia e suas subsidiárias aplicarem a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia e suas subsidiárias esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 7 e 9: Instrumentos financeiros

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

- (i) esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;
- (ii) introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;
- (iii) esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;
- (iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;
- (v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas subsidiárias não esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e suas subsidiárias fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- (a) Prazo do arrendamento - Nota Explicativa 3.16: se a Companhia e suas subsidiárias têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção – Nota Explicativa 3.14(b): Estimativa da margem considerando a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da

Notas Explicativas

margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de concessão e de programa, pelos municípios.

- (b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota Explicativa 3.14(a): Estimativa baseada na média de consumo.
- (c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota Explicativa 3.4.2: Mensuração de perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos contratuais.
- (d) Benefícios de planos de previdência complementar – Nota Explicativa 3.12(a): Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; definição da taxa.
- (e) Impostos – Nota Explicativa 3.11: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- (f) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros – Nota Explicativa 3.8: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- (g) Provisões para demandas judiciais trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais - Nota Explicativa 3.9: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (h) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo – Nota Explicativa 3.4.1: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais.
- (i) Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão – Nota Explicativa 3.4.2: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão e/ou os contratos de programa que são firmados com cada município, e normalmente têm a duração de 30 anos. Esses contratos são em sua ampla maioria bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia e suas subsidiárias é o estado de Minas Gerais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias possuíam 637 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 308 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário (638 e 309, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, 43 concessões encontravam-se vencidas e 1 (um) com contrato judicialmente nulo, representando, em conjunto, 4,8% da receita total, (30 concessões vencidas e 02 com contratos judicialmente nulos, representando, em conjunto, 4,3% da receita total em 31 de dezembro de 2023) cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia e suas subsidiárias, atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período. A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG aprovou em 06 de outubro de 2022, a alteração da data-base dos reajustes tarifários anuais da Copasa de 1º de agosto para 1º de janeiro, com compensação das perdas financeiras decorrentes dessa alteração, conforme previsto na Lei Estadual nº 18.309/2009.

Notas Explicativas

A ARSAE-MG, através da Resolução ARSAE-MG 197/2024, de 28 de novembro de 2024, autorizou a Companhia a aplicar novas tarifas, aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados, a partir de 01 de janeiro de 2025. O efeito tarifário médio aplicado sobre as tarifas vigentes é de 6,42% (4,21% a partir de 01 de janeiro de 2024).

A Companhia e suas subsidiárias apresentaram, em 31 de dezembro de 2024, um montante de R\$1.362.892 na Controladora (R\$999.639 em 31 de dezembro de 2023) e R\$1.381.729 no Consolidado (R\$1.016.635 em 31 de dezembro de 2023) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão.

Ativos financeiros - contratos de concessão de serviços públicos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo Inicial	999.639	872.921	1.016.635	889.897
Transferência de intangível e imobilizado	281.024	53.377	282.151	52.824
Capitalização	82.961	74.406	83.675	74.979
Baixas	(734)	(1.061)	(734)	(1.061)
Outros	2	(4)	2	(4)
Saldo final	1.362.892	999.639	1.381.729	1.016.635

O novo Marco Legal

Lei Federal 14.026, de 15 de julho de 2020 – o Novo Marco Legal do Saneamento –, instituiu a exigência de licitação de contratos de programa e de concessão pelos Poderes Concedentes à medida do encerramento da vigência de cada instrumento; instituiu metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033; concedeu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para instituir normas de referência, e instituiu a prestação regionalizada dos serviços de saneamento.

Os trabalhos de atualização dos contratos para inserção das metas legais foram executados pela Copasa, dentro do prazo final definido pela legislação. Foi reconhecida a comprovação de capacidade econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, conforme exigência do Decreto Federal 10.710/2021 e normativos posteriores.

Em 12 de julho de 2023, o executivo federal editou os Decretos nº 11.598/23 e 11.599/23, revogando os Decretos nº 11.466/23 e 11.467/23 em que (i) são ajustados aspectos quanto à metodologia e prazos para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços, e (ii) é vedada a possibilidade, prevista nos decretos anteriores, de empresa pública ou sociedade de economia mista estadual prestar serviços de saneamento, sem prévio processo competitivo, aos municípios que integrem uma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião.

A Companhia e suas subsidiárias ressaltam que as alterações legislativas ora citadas não interferem na atual situação jurídica dos seus contratos de concessão e de programa e na correspondente prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e que segue acompanhando todas as iniciativas que venham a alterar as regras vigentes sobre o setor.

Em 20 de março de 2024, a ARSAE-MG emitiu a Resolução nº 191 que revogou a Resolução ARSAE-MG nº 72 de 9 de julho de 2015 e estabelece novas metodologias de cálculo dos valores de indenização de investimentos não amortizados, vinculados a bens reversíveis ao Poder Concedente, em caso de vencimento ou de extinção antecipada de concessões de serviços públicos regulados pela ARSAE-MG. Em 11 de dezembro de 2024, a ARSAE-MG publicou a Resolução nº 200, promovendo alterações na Resolução 191, com a inserção de dois anexos e, em especial, alterando o capítulo que trata da indenização residual de ativos de sistemas compartilhados. A Companhia avalia que o conteúdo desta última Resolução traz ainda maior segurança jurídico-regulatória quanto ao tratamento dado pela Companhia aos bens operados em sistemas compartilhados, não havendo impactos a registrar em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como decorrência destas resoluções.

Notas Explicativas

Entre os meses de maio e setembro de 2024, a Companhia firmou Termos Aditivos aos Contratos de Concessão com os Municípios de Patos de Minas, Divinópolis, Visconde do Rio Branco e Rio Pomba, tal como divulgado em Comunicados ao Mercado, alterando a forma de regulação, passando de discricionária para contratual. Houve alteração na agência responsável pela regulação no Município e/ou prorrogação no prazo de vigência dos contratos: (i) os municípios de Patos de Minas e Divinópolis passaram a ser regulados pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais (ARISMIG), mantendo-se o vencimento contratual original; (ii) o município de Visconde do Rio Branco passou a ser regulado pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais (ARISB-MG) e teve seu vencimento postergado de setembro de 2047 para julho de 2054; e (iii) o município de Rio Pomba, manteve-se a ARSAE-MG como agência reguladora, prorrogando-se o vencimento de dezembro de 2048 para setembro de 2054.

06. Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

(a) Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em caixa e bancos	52.674	32.258	53.650	33.396
Certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas de curto prazo	562.058	962.323	588.432	998.029
Caixa e Equivalentes de Caixa	614.732	994.581	642.082	1.031.425
Títulos e valores mobiliários	177.972	-	177.972	-
Total	792.704	994.581	820.054	1.031.425

A Companhia e suas subsidiárias classificam suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Tais valores disponíveis em Caixa e Equivalentes de Caixa são aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e debêntures compromissadas, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,10% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (102,67% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Os recursos registrados em Títulos e Valores Mobiliários destinam-se a investimentos em crescimento vegetativo, melhorias em infraestruturas de esgoto e em iniciativas de redução de perdas, em conexão com contrato de financiamento contratado. Tais valores encontram-se aplicados em CDBs, e estão sujeitos a remuneração média de 98,60% do CDI.

O CDI em 31 de dezembro de 2024 era de 12,15% a.a. (11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhada na Nota Explicativa 23.1(d)(ii).

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em 1º de janeiro	962.323	1.071.401	998.029	1.102.350
Novas aplicações	6.683.919	7.633.225	6.783.274	7.690.293
Rendimentos	94.784	125.646	98.630	129.793
Resgates	(7.178.968)	(7.867.949)	(7.291.501)	(7.924.407)
Em 31 de dezembro	562.058	962.323	588.432	998.029

Notas Explicativas**(c) Movimentação de títulos e valores mobiliários**

	Controladora/Consolidado	
	2024	2023
Em 1º de janeiro	-	-
Novas aplicações	358.999	-
Rendimentos	15.312	-
Resgates	(196.339)	-
Em 31 de dezembro	177.972	-

07. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes tem a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vencidos até 30 dias	273.955	254.127	277.195	258.103
Vencidos de 31 até 60 dias	107.145	96.832	108.658	98.438
Vencidos de 61 até 90 dias	49.170	53.518	49.895	54.339
Vencidos de 91 até 180 dias	102.492	97.171	103.428	98.198
Vencidos de 181 até 360 dias	156.046	148.866	156.116	148.888
Vencidos acima de 360 dias	17.168	13.661	17.201	13.676
Vencidos - total	705.976	664.175	712.493	671.642
A Vencer	420.383	399.177	425.745	404.813
Faturados	1.126.359	1.063.352	1.138.238	1.076.455
A faturar	482.250	494.148	486.547	499.497
Contas a receber de clientes	1.608.609	1.557.500	1.624.785	1.575.952
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(258.614)	(237.108)	(259.744)	(238.649)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.349.995	1.320.392	1.365.041	1.337.303
Contas a receber de clientes circulante	1.274.961	1.264.375	1.289.584	1.281.019
Contas a receber de clientes não circulante	75.034	56.017	75.457	56.284

As contas a receber de clientes contemplam o acionista controlador Estado de Minas Gerais (EMG), conforme detalhamento a seguir:

Valores	Controladora/Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Faturados	17.349	15.954
A faturar	12.201	12.709
Contas a receber do Estado de Minas Gerais ⁽¹⁾	29.550	28.663

⁽¹⁾ Valores demonstrados também na Nota Explicativa 25 (a) que trata de Partes Relacionadas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes da Companhia e suas subsidiárias foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo Inicial	237.108	218.414	238.649	220.156
Adição na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	214.172	183.658	214.862	185.496
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(192.666)	(164.964)	(193.767)	(167.003)
Saldo final	258.614	237.108	259.744	238.649

Notas Explicativas

A provisão para perdas de crédito esperadas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A Companhia e suas subsidiárias adotam como metodologia de contabilização da provisão para perdas de crédito esperadas, a matriz de provisão, revisada anualmente, contemplando uma avaliação retrospectiva e prospectiva, para verificar a necessidade de provisões adicionais, conforme Nota Explicativa 3.4.2.

A Companhia e suas subsidiárias não reconhecem provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais, tendo em vista o histórico recente de renegociações, pagamentos recebidos, celebração de Acordo para equacionamento de dívida, bem como de termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio, além do histórico de adimplência observado. O montante de contas a receber vencidas junto ao EMG totaliza R\$587 em 31 de dezembro de 2024 (R\$460 em 31 de dezembro de 2023). A Administração da Companhia avalia este assunto, dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e conforme negociação entre as partes, o repasse mensal dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento (FMSB) fica condicionado à comprovação de que a Prefeitura depositou o valor equivalente às suas faturas mensais naquele Fundo. Adicionalmente, a cada exercício, o FMSB recebe da COPASA um aporte complementar referente à eventual diferença entre 4% sobre a arrecadação líquida e sobre a Receita Operacional Líquida apuradas anualmente naquele município.

08. Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Aplicação Financeira Vinculada

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures ⁽ⁱ⁾	37.712	61.883
PRPDI ⁽ⁱⁱ⁾	15.940	4.980
PRODES ⁽ⁱⁱⁱ⁾	59.245	70.305
Aplicação financeira vinculada - não circulante	75.185	75.285

- (i) Refere-se a depósito de valores monetários em fundos de investimentos, sob titularidade dos credores, que a Companhia constitui no âmbito de seus contratos de financiamentos, empréstimos e debêntures. Também é dado em garantia cessão fiduciária de sua arrecadação que se caracteriza pela transferência aos credores da titularidade de parte de sua arrecadação, conforme tabela inserida na Nota Explicativa 23.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou durante o período de carência das dívidas contratadas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos estão classificados no ativo não circulante.
- (ii) Refere-se a recursos financeiros do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PRPDI, estabelecido pela Resolução ARSAE-MG nº 166/2022. A Companhia apura um percentual de 0,3% sobre sua Receita Líquida (0,2% da Receita Líquida em 2023), os quais são destinados a conta bancária específica, devendo ser utilizados em projetos de P&D e inovação. A Companhia submete, a cada ciclo tarifário, seu plano plurianual para utilização desses recursos. Os rendimentos das aplicações financeiras dos recursos ainda não utilizados compõem os recursos do PRPDI. O uso de tais recursos estão sujeitos a auditoria periódica do regulador.
- (iii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, os valores são convertidos em cotas e aplicados no “Fundo de Investimento Caixa Despoluição de Bacias Hidrográficas Renda Fixa Longo Prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a Copasa em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do

Notas Explicativas

contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (ver Nota Explicativa 15).

09. Investimentos

Abaixo a tabela com a movimentação dos investimentos nas subsidiárias:

	Saldos iniciais	Participação no resultado da controlada	Provisão para perda	Aumento de capital	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024					
COPANOR	274.439	(9.505)	-	47.591	312.525
Copasa Patos Saneamento S.A.	-	-	-	10	10
Outros	260	-	(260)	-	-
Total	274.699	(9.505)	(260)	47.601	312.535
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023					
COPANOR	245.197	(18.348)	-	47.590	274.439
Outros	260	-	-	-	260
Total	245.457	(18.348)	-	47.590	274.699

A Controladora realizou integralização na COPANOR no valor de R\$47.591 no exercício de 2024, sendo R\$23.796 no 1º trimestre e R\$23.795 no 3º trimestre (R\$47.590 em 2023, sendo R\$23.795 no 1º trimestre e R\$23.795 no 3º trimestre), cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Informações financeiras resumidas

COPANOR	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do período
31/12/2024	100%	49.297	278.394	14.718	448	312.525	(9.505)
31/12/2023	100%	60.039	237.016	22.131	485	274.439	(18.348)

Copasa Patos	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do período
31/12/2024	100%	10	-	-	-	10	-

Em setembro de 2024, em conexão com o Termo Aditivo firmado com o Município de Patos de Minas descrito na Nota Explicativa 5, a Companhia constituiu a subsidiária integral Copasa Patos Saneamento S.A., cujo objeto social é planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, com vistas a contribuir para o bem-estar social e para a melhoria da qualidade de vida da população do município de Patos de Minas.

Em 10 de outubro de 2024, a Companhia abriu consulta pública do Projeto Água dos Vales, uma Parceria Público-Privada (PPP) com o objetivo de universalizar o saneamento básico nas regiões do Jequitinhonha e Mucuri do estado de Minas Gerais, conforme Fato Relevante divulgado.

O Projeto tem como objetivo beneficiar 92 municípios atendidos pela COPASA MG e/ou sua subsidiária integral COPANOR, que integram o Bloco de Referência do Vale do Jequitinhonha, criado em 2022 pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, envolvendo uma população de mais de 1 (um) milhão de pessoas. Esses municípios fazem parte do polígono da seca, exigindo uma abordagem específica para atender suas necessidades ambientais e sociais.

Notas Explicativas

A PPP delegará a um operador privado a responsabilidade pelos investimentos e pela gestão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, além da coleta e destinação adequada do esgoto. A COPASA MG, como contratante, ficará encarregada de fiscalizar a execução dos investimentos e o cumprimento das metas e indicadores de desempenho.

Os estudos técnicos estão sendo conduzidos pela International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e tem apoio financeiro da Global Infrastructure Facility e da PSPInfra, uma iniciativa conjunta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do BNDES e da IFC.

A consulta pública foi finalizada no mês de dezembro e as contribuições recebidas estão sendo compiladas para posterior divulgação. O cronograma com as próximas fases do projeto também será divulgado assim que finalizado.

10. Ativo de Contrato

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de				Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum	Estoque para obras	
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	584.305	1.109.222	642.211	175.942	2.511.680
Adições	304.896	455.700	489.200	84.726	1.334.522
Provisão para material de obras	-	-	-	(434)	(434)
Baixas	(964)	(265)	(88)	-	(1.317)
Custos de empréstimos capitalizados	33.415	42.443	47.024	-	122.882
Transferências para o intangível	(229.457)	(409.565)	(233.342)	-	(872.364)
Transferências para o imobilizado	(5.148)	(17.063)	(32.046)	-	(54.257)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	687.047	1.180.472	912.959	260.234	3.040.712
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	599.407	1.159.876	658.993	190.838	2.609.114
Adições	305.975	479.498	502.044	84.956	1.372.473
Reversão de provisão para material de obras	-	-	-	1.428	1.428
Baixas	(964)	(265)	(88)	-	(1.317)
Custos de empréstimos capitalizados	33.415	42.443	47.024	-	122.882
Transferências para o intangível	(230.549)	(409.565)	(234.982)	-	(875.096)
Transferências para o imobilizado	(5.148)	(17.063)	(32.344)	-	(54.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	702.136	1.254.924	940.647	277.222	3.174.929

Notas Explicativas

No exercício de 2023, a movimentação foi a seguinte:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum		
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	701.177	778.910	410.116	167.232	2.057.435
Adições	260.264	446.187	331.029	-	1.037.480
Reversão de provisão para material de obras	-	-	-	8.710	8.710
Baixas	(11.306)	(15.045)	(123)	-	(26.474)
Reclassificações	15.551	13.980	(29.531)	-	-
Custos de empréstimos capitalizados	44.884	37.362	35.645	-	117.891
Transferências para o intangível	(106.569)	(147.919)	(99.186)	-	(353.674)
Transferências para o imobilizado	(319.696)	(4.253)	(5.739)	-	(329.688)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	584.305	1.109.222	642.211	175.942	2.511.680
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	716.824	802.395	422.146	182.456	2.123.821
Adições	260.575	458.149	338.370	167	1.057.261
Reversão de provisão para material de obras	-	-	-	8.215	8.215
Baixas	(11.306)	(15.048)	(123)	-	(26.477)
Reclassificações	15.551	13.980	(29.531)	-	-
Custos de empréstimos capitalizados	44.884	37.362	35.645	-	117.891
Transferências para o intangível	(107.425)	(132.709)	(100.808)	-	(340.942)
Transferências para o imobilizado	(319.696)	(4.253)	(6.706)	-	(330.655)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	599.407	1.159.876	658.993	190.838	2.609.114

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as adições, no montante de R\$1.334.522 na Controladora (R\$1.037.480 em 2023) e R\$1.372.473 no Consolidado (R\$1.057.261 em 2023), referem-se, principalmente, a obras de implantação do sistema de abastecimento de água na cidade de Pouso Alegre, no Sistema Rio das Velhas em Nova Lima e no Sistema Serra Azul em Juatuba, e implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Além Paraíba, Buritis, Campanha, Coronel Fabriciano/Timóteo, Confins, Congonhas, Divinópolis, Igarapé, Sabará, São João Nepomuceno e Sarzedo.

11. Intangível

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Controladora:						
Em operação						
Sistemas de água	4.799.727	(3.037.844)	1.761.883	4.369.930	(2.798.056)	1.571.874
Esgotamento sanitário	7.090.457	(3.589.756)	3.500.701	6.598.731	(3.274.461)	3.324.270
Sistemas de uso comum	1.397.269	(1.085.266)	312.003	1.239.137	(994.450)	244.687
Direitos de uso	820.932	(393.066)	427.866	679.503	(351.552)	327.951
Outros ativos intangíveis	184.119	(40.715)	143.404	135.833	(34.096)	101.737
Total do intangível	14.292.504	(8.146.647)	6.145.857	13.023.134	(7.452.615)	5.570.519

Notas Explicativas

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Consolidado:						
Em operação						
Sistemas de água	4.866.426	(3.050.116)	1.816.310	4.429.891	(2.807.109)	1.622.782
Esgotamento sanitário	7.157.456	(3.604.404)	3.553.052	6.663.134	(3.285.777)	3.377.357
Sistemas de uso comum	1.419.736	(1.099.121)	320.615	1.258.952	(1.005.095)	253.857
Direitos de uso	821.096	(393.221)	427.875	679.664	(351.704)	327.960
Outros ativos intangíveis	185.753	(40.953)	144.800	137.066	(34.250)	102.816
Total do intangível	14.450.467	(8.187.815)	6.262.652	13.168.707	(7.483.935)	5.684.772

A movimentação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.571.874	3.324.270	244.687	327.951	101.737	5.570.519
Adições	176.143	214.331	101.616	141.086	1.544	634.720
Baixas	(1.907)	(43)	(486)	(1)	(353)	(2.790)
Amortização	(160.233)	(295.557)	(90.890)	(38.442)	(6.767)	(591.889)
Transferências de (para) ativo financeiro	(92.489)	(155.083)	(11.702)	102	(21.877)	(281.049)
Transferência entre intangível e imobilizado	625	609	1.262	158	(2.143)	511
Transferências do ativo de contrato	229.457	409.565	177.596	121	55.625	872.364
Reclassificações	52.643	31.990	(100.934)	-	16.301	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(14.228)	(29.381)	(9.149)	(3.109)	(660)	(56.527)
Outros	(2)	-	3	-	(3)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.761.883	3.500.701	312.003	427.866	143.404	6.145.857
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.622.782	3.377.357	253.857	327.960	102.816	5.684.772
Adições	181.723	217.274	103.584	141.088	2.106	645.775
Baixas	(2.010)	(43)	(529)	(1)	(353)	(2.936)
Amortização	(163.478)	(298.889)	(94.204)	(38.444)	(6.851)	(601.866)
Transferências de (para) ativo financeiro	(92.780)	(155.443)	(11.772)	102	(22.283)	(282.176)
Transferência entre intangível e imobilizado	612	609	1.279	158	(2.143)	515
Transferências do ativo de contrato	230.549	409.565	178.991	121	55.870	875.096
Reclassificações	53.140	32.004	(101.445)	-	16.301	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(14.228)	(29.381)	(9.149)	(3.109)	(660)	(56.527)
Outros	-	(1)	3	-	(3)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.816.310	3.553.052	320.615	427.875	144.800	6.262.652

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

Notas Explicativas

A movimentação no exercício de 2023 foi a seguinte:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.481.643	3.369.780	209.080	332.008	104.807	5.497.318
Adições	122.458	168.192	87.413	29.990	220	408.273
Baixas	(1.625)	(76)	(187)	-	(6)	(1.894)
Amortização	(158.160)	(316.014)	(78.629)	(34.347)	(6.619)	(593.769)
Transferências de (para) ativo financeiro	(19.770)	(33.853)	(3.015)	(118)	2.523	(54.233)
Transferência entre intangível e imobilizado	(2.974)	(25.945)	335	-	(10.272)	(38.856)
Transferências do ativo de contrato	106.569	147.919	99.186	-	-	353.674
Reclassificações	43.731	14.265	(69.498)	418	11.084	-
Outros	2	2	2	-	-	6
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.571.874	3.324.270	244.687	327.951	101.737	5.570.519
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.528.714	3.437.476	219.770	332.034	105.633	5.623.627
Adições	127.839	170.618	88.924	29.990	528	417.899
Baixas	(1.627)	(76)	(187)	-	(6)	(1.896)
Amortização	(160.977)	(319.174)	(82.081)	(34.364)	(6.683)	(603.279)
Transferências de (para) ativo financeiro	(20.346)	(32.866)	(2.887)	(118)	2.537	(53.680)
Transferência entre intangível e imobilizado	(2.974)	(25.945)	343	-	(10.272)	(38.848)
Transferências do ativo de contrato	107.425	132.709	100.808	-	-	340.942
Reclassificações	44.727	14.611	(70.835)	418	11.079	-
Outros	1	4	2	-	-	7
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.622.782	3.377.357	253.857	327.960	102.816	5.684.772

(1) Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

A amortização foi apropriada ao resultado, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos serviços prestados	583.393	586.732	593.366	596.225
Despesas com vendas	1.586	292	1.586	293
Despesas administrativas	6.910	6.745	6.914	6.761
	591.889	593.769	601.866	603.279

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Sistemas de água	4,96%	4,77%	4,96%	4,77%
Esgotamento sanitário	5,13%	4,87%	5,13%	4,86%
Sistemas de uso comum	20,29%	19,77%	20,06%	19,64%
Direitos de uso	6,38%	6,30%	6,38%	6,30%
Outros ativos intangíveis	4,83%	2,49%	4,83%	2,54%

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia e suas subsidiárias elaboraram estudo técnico de teste de impairment, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2024, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, economias atendidas, custos, despesas e investimentos para os próximos 11 anos. Esse período reflete o período de investimentos mais intensos para atender as metas de universalização preconizadas pelo Novo Marco, até 2033.

Notas Explicativas

O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (impairment) de ativos de vida longa.

A Companhia e suas subsidiárias entendem possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O EBITDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme estratégias da Companhia e suas subsidiárias. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa atual e volume faturado projetado em função do crescimento de volume consumido, além de um incremento de tarifa nos anos de 2026 e 2030, a título de efeito da revisão tarifária, com um incremento na tarifa da empresa conforme estudos internos em cada uma das revisões, referente aos ganhos com a remuneração do incremento da base de ativos.
- Custos e despesas: custos com material e energia elétrica estimados com variação proporcional às taxas de crescimento de economias atendidas para ampliação da cobertura para o período até 2033, porém considerando ganhos de eficiência decorrente de ações como investimentos em fontes de energia renovável.
- Preços foram mantidos constantes.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e consequentemente não resultaria em impairment.

12. Imobilizado

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2024				31/12/2023		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Controladora:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	15,25%	823.578	(598.835)	224.743	769.071	(576.274)	192.797
Veículos	12,32%	79.107	(78.473)	634	81.660	(81.091)	569
Outros		42.648	(231)	42.417	41.892	(231)	41.661
		945.333	(677.539)	267.794	892.623	(657.596)	235.027
Terrenos e edificações	4,32%	3.810.598	(2.349.372)	1.461.226	3.758.415	(2.235.619)	1.522.796
Total do imobilizado - em operação		4.755.931	(3.026.911)	1.729.020	4.651.038	(2.893.215)	1.757.823
Consolidado:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	15,19%	831.393	(601.851)	229.542	775.483	(578.377)	197.106
Veículos	18,28%	82.902	(80.205)	2.697	85.454	(82.066)	3.388
Outros		42.648	(231)	42.417	41.892	(231)	41.661
		956.943	(682.287)	274.656	902.829	(660.674)	242.155
Terrenos e edificações	4,32%	3.811.546	(2.349.413)	1.462.133	3.759.180	(2.235.628)	1.523.552
Total do imobilizado - em operação		4.768.489	(3.031.700)	1.736.789	4.662.009	(2.896.302)	1.765.707

Notas Explicativas

(b) A movimentação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	192.797	569	41.661	1.522.796	1.757.823
Adições	60.263	264	-	16.022	76.549
Baixas	(304)	-	-	(3)	(307)
Depreciação	(43.070)	(181)	-	(103.254)	(146.505)
Transferência do ativo de contratos	17.355	-	755	36.147	54.257
Transferência entre intangível e imobilizado	(166)	-	-	(345)	(511)
Transferências entre ativo financeiro e imobilizado	23	-	-	2	25
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(2.157)	(18)	-	(10.138)	(12.313)
Outros	2	-	1	(1)	2
Saldos em 31 de dezembro de 2024	224.743	634	42.417	1.461.226	1.729.020

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	197.106	3.388	41.661	1.523.552	1.765.707
Adições	61.493	264	-	16.086	77.843
Baixas	(304)	-	-	(3)	(307)
Depreciação	(43.984)	(937)	-	(103.287)	(148.208)
Transferência do ativo de contratos	17.533	-	755	36.267	54.555
Transferência entre intangível e imobilizado	(170)	-	-	(345)	(515)
Transferências entre ativo financeiro e imobilizado	23	-	-	2	25
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(2.157)	(18)	-	(10.138)	(12.313)
Outros	2	-	1	(1)	2
Saldos em 31 de dezembro de 2024	229.542	2.697	42.417	1.462.133	1.736.789

No exercício de 2023, a movimentação foi a seguinte:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	143.763	2.330	31.259	1.290.044	1.467.396
Adições	61.168	-	-	3.226	64.394
Baixas	(2.715)	-	-	(19)	(2.734)
Depreciação	(34.502)	(1.805)	-	(103.126)	(139.433)
Transferência do ativo de contratos	24.895	44	132	304.617	329.688
Transferência entre intangível e imobilizado	177	-	10.271	28.408	38.856
Transferências entre ativo financeiro e imobilizado	13	-	-	843	856
Outros	(2)	-	(1)	(1.197)	(1.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	192.797	569	41.661	1.522.796	1.757.823

Notas Explicativas

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	147.325	5.195	31.259	1.290.044	1.473.823
Adições	62.451	700	-	3.299	66.450
Baixas	(2.715)	-	-	(19)	(2.734)
Depreciação	(35.304)	(2.551)	-	(103.135)	(140.990)
Transferência do ativo de contratos	25.169	44	132	305.310	330.655
Transferência entre intangível e imobilizado	169	-	10.271	28.408	38.848
Transferências entre ativo financeiro e imobilizado	13	-	-	843	856
Outros	(2)	-	(1)	(1.198)	(1.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	197.106	3.388	41.661	1.523.552	1.765.707

A depreciação foi apropriada ao resultado, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos serviços prestados	120.886	117.561	122.442	118.973
Despesas com vendas	3.521	4.666	3.521	4.759
Despesas administrativas	22.098	17.206	22.245	17.258
	146.505	139.433	148.208	140.990

13. Direito de Uso e Obrigações de Arrendamento Mercantil

(a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo Não Circulante)

Exercício de 2024	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial	12.497	73.270	1.085	86.852
Adições	15.721	29.558	-	45.279
Remensurações	(783)	4.460	1.232	4.909
Depreciação	(4.945)	(44.234)	(1.661)	(50.840)
Saldo final	22.490	63.054	656	86.200
Consolidado:				
Saldo inicial	12.612	73.270	1.085	86.967
Adições	15.764	29.559	-	45.323
Remensurações	(738)	4.459	1.232	4.953
Depreciação	(5.036)	(44.234)	(1.661)	(50.931)
Saldo final	22.602	63.054	656	86.312

Exercício de 2023	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldo inicial	10.834	83.361	80	94.275
Adições	7.624	12.872	1.647	22.143
Remensurações	(974)	16.630	-	15.656
Depreciação	(4.987)	(39.593)	(642)	(45.222)
Saldo final	12.497	73.270	1.085	86.852
Consolidado:				
Saldo inicial	10.843	83.361	80	94.284
Adições	7.805	12.872	1.647	22.324
Remensurações	(970)	16.630	-	15.660
Depreciação	(5.066)	(39.593)	(642)	(45.301)
Saldo final	12.612	73.270	1.085	86.967

Notas Explicativas**(b) Obrigações - arrendamento mercantil (Passivo)**

	Máquinas e Equipamentos			
	Imóveis	Veículos		Total
Exercício de 2024				
Controladora:				
Saldo inicial	12.770	78.566	831	92.167
Adições	13.589	31.599	91	45.279
Remensurações	(783)	4.460	1.232	4.909
Contraprestação principal	(5.178)	(56.543)	(1.390)	(63.111)
Contraprestação juros	(1.372)	(4.912)	(141)	(6.425)
Juros	1.372	4.912	141	6.425
Saldo final	20.398	58.082	764	79.244
Passivo circulante	5.957	41.768	764	48.489
Passivo não circulante	14.441	16.314	-	30.755
Consolidado:				
Saldo inicial	12.881	78.566	831	92.278
Adições	13.633	31.599	91	45.323
Remensurações	(738)	4.459	1.232	4.953
Contraprestação principal	(5.268)	(56.542)	(1.390)	(63.200)
Contraprestação juros	(1.385)	(4.912)	(141)	(6.438)
Juros	1.385	4.912	141	6.438
Saldo final	20.508	58.082	764	79.354
Passivo circulante	6.047	41.768	764	48.579
Passivo não circulante	14.461	16.314	-	30.775
	Máquinas e Equipamentos			
	Imóveis	Veículos		Total
Exercício de 2023				
Controladora:				
Saldo inicial	11.318	94.591	-	105.909
Adições	7.624	12.873	1.646	22.143
Remensurações	(1.460)	17.116	-	15.656
Contraprestação principal	(4.712)	(46.014)	(815)	(51.541)
Contraprestação juros	(818)	(5.306)	(105)	(6.229)
Juros	818	5.306	105	6.229
Saldo final	12.770	78.566	831	92.167
Passivo circulante	4.233	42.650	574	47.457
Passivo não circulante	8.537	35.916	257	44.710
Consolidado:				
Saldo inicial	11.324	94.592	-	105.916
Adições	7.806	12.872	1.646	22.324
Remensurações	(1.456)	17.116	-	15.660
Contraprestação principal	(4.793)	(46.014)	(815)	(51.622)
Contraprestação juros	(823)	(5.306)	(105)	(6.234)
Juros	823	5.306	105	6.234
Saldo final	12.881	78.566	831	92.278
Passivo circulante	4.307	42.650	574	47.531
Passivo não circulante	8.574	35.916	257	44.747

A taxa de desconto utilizada na mensuração do valor presente total dos pagamentos futuros de aluguéis para os contratos de arrendamento firmados em 2024 foi de 8,39% a.a. (8,7% a.a. em 2023) e o prazo médio dos contratos em 31 de dezembro de 2024 é de 46 meses (41 meses em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

(c) Despesas de arrendamento mercantil

Classe de ativo	Controladora			Consolidado		
	2024			2024		
	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total
Máquinas e equipamentos	21.255	-	21.255	21.439	-	21.439
Equipamentos de reprografia e informática	1.152	-	1.152	1.152	-	1.152
Imóveis	-	267	267	-	267	267
Total	22.407	267	22.674	22.591	267	22.858

A Companhia e suas subsidiárias, em plena conformidade com o Pronunciamento CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo referido CPC.

14. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a BRK Ambiental - Manso S.A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível, conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação.

As despesas decorrentes deste contrato referentes à manutenção de sistemas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram R\$94.101 (R\$91.288 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Para atualização do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente a cada mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora / Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	211.900	243.603
Atualização	10.176	16.751
Amortização	(40.506)	(36.634)
Juros pagos	(12.118)	(11.820)
Saldo final	169.452	211.900
Passivo circulante	44.631	45.752
Passivo não circulante	124.821	166.148

15. Impostos, taxas, contribuições, obrigações sociais e trabalhistas e outros passivos

(a) Ativo circulante:

Os impostos e tributos a recuperar estão assim demonstrados:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a compensar	3.176	2.902	3.937	3.646
IRPJ a compensar/saldo negativo	71.495	26.395	71.495	26.540
CSLL a compensar/saldo negativo	23.779	4.596	23.779	4.653
PIS a compensar	16	-	16	-
Outros tributos a recuperar	1.765	2.341	1.912	2.376
Saldo final	100.231	36.234	101.139	37.215

Os impostos a recuperar referem-se, principalmente, ao saldo negativo de IRPJ/CSLL de 2024 que serão compensados em 2025.

(b) Passivo circulante:

Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
INSS	31.035	30.203	31.607	30.730
COFINS	139	37.991	321	38.353
PIS	-	8.200	39	8.278
IRPJ	26.411	22.391	26.428	22.413
FGTS	6.346	6.135	6.486	6.263
Outros	8.864	6.994	8.930	7.081
Saldo final	72.795	111.914	73.811	113.118

Os outros passivos são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósito para obras ⁽ⁱ⁾	44.217	54.471	44.217	54.471
PDVI ⁽ⁱⁱ⁾	13.144	35.467	13.144	35.467
Devolução de tarifas - ARSAE ⁽ⁱⁱⁱ⁾	23.293	23.290	23.293	23.290
Programa de saúde	5.069	11.316	5.061	11.449
Receita diferida - Prodes	15.028	15.835	15.028	15.835
Resíduo PLR	4.451	8.248	4.451	8.248
Publicidade - recursos Vale	4.496	4.496	4.496	4.496
Salários a pagar	2.196	1.808	2.209	1.816
Outros	12.394	14.902	14.248	16.835
Saldo final	124.288	169.833	126.147	171.907
Passivo circulante	58.274	74.007	60.133	76.081
Passivo não circulante	66.014	95.826	66.014	95.826

(i) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES (ver Nota Explicativa 8).

(ii) A Companhia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI em maio de 2023, devidamente regulamentado e amplamente divulgado aos seus empregados. Aderiram ao programa 736 empregados, com desligamentos ocorrendo a partir de julho de 2023, apresentando a seguinte movimentação:

Notas Explicativas

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$6.113.169 em 31 de dezembro de 2024 (R\$4.743.514 em 31 de dezembro de 2023), têm vencimento até 2043 e cupons médios de 8,39% ao ano para a Controladora e o Consolidado (8,7% a.a. em 31 de dezembro de 2023 para a Controladora e o Consolidado).

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante:		
Financiamentos - FGTS	53.058	48.705
Empréstimos	5.097	12.149
Finame	251	3.073
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	62.385	50.048
Empréstimos bancários e financiamentos	120.791	113.975
Debêntures ⁽ⁱ⁾	586.987	567.681
Total circulante	707.778	681.656
Não Circulante:		
Financiamentos - FGTS	670.196	681.004
Empréstimos	-	5.039
Finame	-	250
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	1.173.911	628.809
Empréstimos bancários e financiamentos	1.844.107	1.315.102
Debêntures ⁽ⁱ⁾	3.561.284	2.746.756
Total não circulante	5.405.391	4.061.858
Total circulante e não circulante	6.113.169	4.743.514

⁽ⁱ⁾ Inclui custo de captação.

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024, os valores contábeis dos empréstimos da Companhia são demonstrados como segue:

	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
			Valor contábil 31/12/2024	31/12/2023
Em moeda Nacional:				
Financiamento - FGTS	TR + 7,30% a TR + 8,50%	16/01/2043	723.254	729.709
Empréstimo	TJLP + 1,55% a 1,73%	15/05/2025	5.097	17.188
Finame	2,5% a 8,7%	15/01/2025	251	3.323
			728.602	750.220
Em moeda Estrangeira (Euro):				
Financiamento	1,41%	15/05/2034	234.163	185.218
Financiamento	Euribor + 0,55%	20/09/2033	591.991	496.120
Financiamento	Euribor + 2,69%	20/12/2043	419.109	15
			1.245.263	681.353
Custo de captação			(8.967)	(2.496)
			1.236.296	678.857
Empréstimos e financiamentos			1.964.898	1.429.077

Notas Explicativas

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	1.429.077	976.937
Ingressos de empréstimos e financiamentos	456.387	589.234
Encargos provisionados	107.173	73.063
Variação monetária e cambial	205.740	5.477
Amortização de encargos	(103.883)	(68.672)
Amortização de principal	(123.124)	(147.219)
Custo de captação	(7.058)	-
Amortização do custo de captação	586	257
Saldo final	1.964.898	1.429.077
Passivo circulante	120.791	113.975
Passivo não circulante	1.844.107	1.315.102

Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia contratou financiamento junto a uma agência de fomento francesa no montante de 200 milhões de Euros, sendo 65 milhões de Euros liberados em maio de 2024, com prazo de 20 anos e carência de cinco anos para amortização. Os recursos serão destinados à execução de empreendimentos referentes à hidrometria/macromedição/perdas aparentes, crescimento vegetativo, tecnologia da informação, controle de qualidade da água, equipamentos e máquinas operacionais, pesquisa e desenvolvimento, bem como a sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A taxa teto de juros é a Euribor 6 meses (6M) + spread, com pagamentos semestrais sobre o montante desembolsado, sendo estabelecido o mínimo obrigatório de 0,25% a.a. para taxa de juros.

Os montantes registrados no passivo não circulante referentes a empréstimos bancários e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2025	-	-	-	54.661	46.126	100.787
2026	53.999	83.449	137.448	52.418	69.385	121.803
2027	57.329	126.875	184.204	55.651	105.493	161.144
2028	60.769	126.875	187.644	58.987	86.449	145.436
2029 até 2043	498.099	845.068	1.343.167	464.576	323.595	788.171
Custo de captação	-	(8.356)	(8.356)	-	(2.239)	(2.239)
Total	670.196	1.173.911	1.844.107	686.293	628.809	1.315.102

O impacto contábil da variação cambial na dívida em moeda estrangeira terá efeito no caixa somente quando dos respectivos vencimentos.

(b) Debêntures

A Companhia possui contratadas operações de crédito de longo prazo, por meio de emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária. A composição de debêntures está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado			
	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Valor contábil	
			31/12/2024	31/12/2023
Subscrição 5ª emissão				
Série única	TR + 9,00%	01/09/2031	118.737	136.246
Total 5ª emissão			118.737	136.246
Subscrição 8ª emissão				
1ª série	TJLP + 1,87%	15/06/2028	33.037	42.128
2ª série	IPCA + 8,18%	15/06/2028	22.099	27.079
Total 8ª emissão			55.136	69.207
Subscrição 11ª emissão				
1ª série	TJLP + 2,62%	15/01/2031	87.592	101.156
2ª série	IPCA + 8,85%	15/01/2031	52.410	58.159
Total 11ª emissão			140.002	159.315
Subscrição 12ª emissão				
1ª série	IPCA + 5,06%	15/01/2024	-	43.646
2ª série	IPCA + 5,27%	15/01/2026	44.382	70.475
Total 12ª emissão			44.382	114.121
Subscrição 13ª emissão				
3ª série	IPCA + 6,50%	15/07/2025	32.350	61.651
Total 13ª emissão			32.350	61.651
Subscrição 14ª emissão				
1ª série	106,15% do CDI	15/06/2024	-	9.645
2ª série	IPCA + 4,30%	15/06/2026	72.518	115.228
Total 14ª emissão			72.518	124.873
Subscrição 15ª emissão				
Série única	CDI + 1,75%	16/12/2025	154.654	308.941
Total 15ª emissão			154.654	308.941
Subscrição 16ª emissão				
1ª série	IPCA + 5,23%	15/09/2031	258.842	281.960
2ª série	CDI + 1,30%	15/09/2026	273.949	430.204
Total 16ª emissão			532.791	712.164
Subscrição 17ª emissão				
1ª série	CDI + 1,30%	16/12/2029	753.807	752.937
Total 17ª emissão			753.807	752.937
Subscrição 18ª emissão				
1ª Série	CDI + 1,20%	16/09/2030	114.198	114.123
2ª Série	IPCA + 7,10%	16/09/2030	832.435	793.540
Total 18ª emissão			946.633	907.663
Subscrição 19ª emissão				
1ª Série	CDI + 0,90%	15/07/2034	493.601	-
2ª Série	IPCA + 7,27%	15/07/2034	844.277	-
Total 19ª emissão			1.337.878	-
Total de debêntures			4.188.888	3.347.118
Custo de captação			(40.617)	(32.681)
Total			4.148.271	3.314.437

Em setembro de 2023, foi efetivada a 18ª Emissão Pública de Debêntures simples, no montante de R\$900.000, em duas séries; sendo (i) primeira série no montante de R\$113.600; e (ii) segunda série no montante de R\$786.400. O prazo de vencimento para ambas as séries é de sete anos. Os recursos foram destinados à execução de parte do programa de investimentos e ao pagamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI) da Companhia.

Em julho de 2024, foi efetivada a 19ª Emissão Pública de Debêntures simples no montante de R\$1.300 milhões, em duas séries; sendo (i) primeira série no montante de R\$ 482 milhões, com remuneração atrelada à taxa DI adicionada de 0,90% ao ano; e (ii) segunda série no montante de R\$ 818 milhões, cuja remuneração é vinculada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 7,2735% ao ano. O prazo de vencimento para ambas as séries é de 10 (dez) anos. Os recursos estão sendo destinados à execução de parte do programa de investimento da Companhia e reserva de liquidez.

Notas Explicativas

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	3.314.437	3.162.983
Ingressos de debêntures	1.300.000	909.127
Encargos provisionados	337.772	326.126
Variação monetária	80.595	40.616
Amortização de encargos	(316.515)	(348.737)
Amortização de principal	(560.082)	(759.027)
Custo de captação	(15.076)	(21.673)
Amortização do custo de captação	7.140	5.022
Saldo final	4.148.271	3.314.437
Passivo circulante	586.987	567.681
Passivo não circulante	3.561.284	2.746.756

A Companhia mantém cauções em valores monetários, conforme citado na Nota Explicativa 8, além de garantia de cessão fiduciária de sua arrecadação, conforme Nota Explicativa 23.1 (e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	547.171
2026	535.422	526.505
2027	581.717	479.405
2028	664.514	471.739
2029 até 2043	1.812.391	748.157
Custo de captação	(32.760)	(26.221)
Total	3.561.284	2.746.756

(c) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants* e garantias

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, com periodicidade de apuração do resultado distinta, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

A Companhia, vem cumprindo todos os *covenants* estabelecidos nos instrumentos contratuais.

Notas Explicativas**17. Provisão para Demandas Judiciais**

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Controladora:						
Trabalhistas	59.884	(16.400)	43.484	46.264	(19.208)	27.056
Cíveis	99.837	(1.536)	98.301	108.225	(10.218)	98.007
Tributárias	14.026	(314)	13.712	1.908	(2.029)	(121)
Ambientais	2.848	-	2.848	550	272	822
Saldo final	176.595	(18.250)	158.345	156.947	(31.183)	125.764
	31/12/2024			31/12/2023		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Consolidado:						
Trabalhistas	59.940	(16.450)	43.490	46.432	(19.322)	27.110
Cíveis	100.149	(1.536)	98.613	108.619	(10.218)	98.401
Tributárias	14.026	(314)	13.712	1.908	(2.029)	(121)
Ambientais	2.958	-	2.958	550	272	822
Saldo final	177.073	(18.300)	158.773	157.509	(31.297)	126.212

A movimentação do exercício de 2024 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023, antes da compensação de depósitos judiciais	156.947	157.509
Adições	70.646	70.988
Atualizações	13.068	13.058
Reversões	(10.376)	(10.399)
Pagamentos	(53.690)	(54.083)
Total provisões	176.595	177.073
Compensação de depósitos	(18.250)	(18.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	158.345	158.773

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais contra a COPASA MG e conforme análise feita pela área jurídica, com base em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário e validação no âmbito da Administração da Companhia. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações na controladora podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$62.927, referentes a constituição de provisão para as ações trabalhistas, cíveis e tributárias, sendo aumento nas provisões trabalhistas de R\$27.368, cíveis de R\$22.612 e tributárias de R\$12.947.
2. Atualizações de processos no valor de R\$13.068, sendo R\$3.445 provisões trabalhistas, R\$9.417 cíveis e R\$206 tributários.
3. Reversões líquidas no montante de R\$2.657, sendo basicamente de provisões cíveis.
4. Pagamentos efetuados no valor de R\$53.690, sendo R\$17.193 de ações trabalhistas, R\$35.462 de ações cíveis e R\$1.035 de ações tributárias.

Notas Explicativas

A movimentação do exercício de 2023 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022, antes da compensação de depósitos judiciais	419.498	420.067
Adições	38.035	38.364
Atualizações	18.527	18.566
Reversões	(153.922)	(153.970)
Pagamentos	(165.191)	(165.518)
Total provisões	156.947	157.509
Compensação de depósitos	(31.183)	(31.297)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	125.764	126.212

As movimentações do exercício de 2023 na controladora podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$38.035, referentes a constituição de provisão para as ações trabalhistas, cíveis e tributária, sendo aumento nas provisões trabalhistas de R\$13.929, cíveis de R\$23.894 e tributárias de R\$212.
2. Atualizações de processos no valor de R\$18.527, sendo R\$11.909 trabalhistas, R\$6.547 cíveis e R\$71 tributários.
3. Reversões no montante de R\$153.922, referente principalmente a processos trabalhistas.
4. Pagamentos efetuados no valor de R\$165.191, sendo R\$110.391 de ações trabalhistas, R\$52.691 de ações cíveis e R\$2.109 de ações tributárias.

A Companhia e suas controladas figuram como partes em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia e suas subsidiárias têm responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a pedidos de pagamento de horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função. A Companhia e suas subsidiárias provisionam as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável. A classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual e avaliadas pelo comitê interno de contingenciamento.

Em 2008 foi movida ação trabalhista coletiva pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (Sindágua-MG), questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquela época, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho.

Em 2023 foi celebrado um acordo na ação coletiva, devidamente homologado pela Justiça do Trabalho, tendo sido realizados pagamentos no montante de R\$102.182, gerando uma reversão de provisão para a demanda no valor de R\$59.177 em Outras Despesas Operacionais e o restante em Despesas Financeiras.

O acordo encerrou a possibilidade de inclusão de potenciais interessados na Ação Coletiva. Novas execuções individuais estão suspensas em função da Ação Rescisória movida, tendo a Companhia obtido o deferimento de tutela provisória na mesma. A COPASA MG, baseada na posição de seus assessores jurídicos, manteve provisionado o montante de R\$8.712 em 31 de dezembro de 2024 (R\$8.757 em 31 de dezembro de 2023), relativo a potenciais beneficiários que não aderiram à Ação Coletiva, considerando eventuais novas ações individuais. Alguns acordos estão sendo realizados em ações individuais em curso.

(ii) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A Companhia e suas subsidiárias estimam a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

Notas Explicativas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a devolução simples aos usuários. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$21.758 (R\$20.782 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) Provisões tributárias

As provisões tributárias se referem a processos de execução fiscal no qual o ente público pretende o recebimento de algum crédito de natureza tributária (impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria ou empréstimo compulsório) ou de natureza não tributária (multas derivados de processos sancionatórios administrativos).

O Município de Alfenas ajuizou, em 2023, execução fiscal pretendendo a cobrança de multas aplicadas em diversos autos de infração, decorrentes de questões envolvendo a recomposição de pavimentação após a realização de obras pela COPASA MG. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$11.895 (sem provisão em 31 de dezembro de 2023).

(iv) Ambientais

Trata-se de ações propostas contra a Companhia relacionadas ao curso normal dos negócios e envolvem, em regra, indenizações por intervenção no meio ambiente, em decorrência da execução das atividades referentes ao processo de tratamento de água ou a alguma das etapas da prestação do serviço de esgotamento sanitário.

(b) Demandas judiciais não provisionadas

A Companhia e suas subsidiárias discutem em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia e suas subsidiárias consideram ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial. Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia e suas subsidiárias são partes passiva, estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas (i)	98.412	73.564	99.426	74.408
Cíveis (ii)	683.137	548.818	696.846	554.499
Tributárias (iii)	179.560	114.454	179.586	114.479
Ambientais	54.971	45.369	54.971	45.369
Total	1.016.080	782.205	1.030.829	788.755

(i) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia e suas subsidiárias têm responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos relacionados à demissão de empregados, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

(ii) Cíveis

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais.

Ações individuais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material

Notas Explicativas

adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas subsidiárias.

Recomposição Asfáltica – Belo Horizonte

A Companhia é parte em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, requerendo a realização de obras de recomposição asfáltica decorrentes de intervenções realizadas na sua prestação dos serviços públicos de saneamento básico no município de Belo Horizonte, em observância ao Código de Posturas desse Município (Lei Municipal 8.616/03). A Companhia foi condenada, em decisão transitada em julgado, na obrigação de realizar as obras de recomposição de pavimento em conformidade com o citado Código.

A Administração da Companhia entende que as recomposições asfálticas anteriormente executadas atendiam aos requerimentos técnicos de engenharia na recuperação das valas e aos critérios econômicos e financeiros visando a prudência nos custos incorridos e a modicidade tarifária. O processo está em fase de cumprimento de sentença, não tendo havido qualquer indicação consensual pelas partes ou por perícia judicial quanto à dimensão das obras a serem realizadas. Desta maneira, não há, neste momento, possibilidade de estimar, de forma confiável, os valores requeridos para a realização de tais obras, e, portanto, nenhum impacto relativo a esta discussão foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração entende, com base no *Convênio de Cooperação que entre si fazem o Estado de Minas Gerais, o Município de Belo Horizonte, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP, para a Prestação Compartilhada de Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento Básico no Município de Belo Horizonte*, datado de 13 de novembro de 2002, e após a realização das perícias judiciais e o alinhamento entre as partes, que os montantes dispendidos com as recomposições asfálticas adicionais serão reconhecidos na tarifa por decorrerem de uma obrigação legal de fazer, conforme arcabouço regulatório vigente, uma vez que Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, em sua Norma de Referência NR 05/2024, que trata de Matriz de Riscos contratuais, imputa que riscos advindos de “Fato do Príncipe ou fato da administração” são alocados ao titular do serviço, ou seja, o Poder Concedente, e não ao prestador de serviço, ou seja, a Companhia.

Ações Coletivas

A Companhia e suas subsidiárias são partes em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 36 de nossos contratos de concessão. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia e suas subsidiárias, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(iii) Tributárias

Trata-se de ações nas quais a Companhia e suas subsidiárias são acionadas pela Fazenda Pública, seja ela Nacional, Estadual ou Municipal, para cobrança de créditos de natureza tributária (decorrente de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e/ou empréstimo compulsório) e para cobrança de créditos de natureza não-tributária (como os decorrentes de imposição de multas administrativas).

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos impostos	1.673.006	1.786.272	1.673.006	1.786.272
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(568.822)	(607.332)	(568.822)	(607.332)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões -				
Equivalência patrimonial	(3.232)	(6.238)	-	-
Doações e subvenções	2.428	1.160	2.428	1.160
Outras (adições) /exclusões	(9.362)	(6.519)	(12.594)	(12.757)
Outros itens de reconciliação -				
Juros sobre o capital próprio	170.766	162.905	170.766	162.905
Incentivos fiscais	52.136	49.098	52.136	49.098
Despesa efetiva - IRPJ e CSLL	(356.086)	(406.926)	(356.086)	(406.926)
IRPJ e CSLL correntes	(371.448)	(305.613)	(371.448)	(305.613)
IRPJ e CSLL diferidos	15.362	(101.313)	15.362	(101.313)
Despesa efetiva - IRPJ e CSLL	(356.086)	(406.926)	(356.086)	(406.926)
Alíquota efetiva	21,28%	22,78%	21,28%	22,78%

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem, de acordo com o Laudo Constitutivo nº 227/2021 expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e com o Ato Declaratório Executivo publicado pela Receita Federal do Brasil nº 103/2022 de 26/09/2022, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda no valor de R\$32.406 (R\$31.401 no exercício de 2023). Ver Nota Explicativa 21 (b) (ii).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

As bases de imposto de renda e contribuição social diferidos por diferenças temporárias são as seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Saldos iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024				
Ativo (Passivo) de IRPJ e CSLL sobre:				
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	80.617	-	7.312	87.929
Provisão para demandas judiciais	53.362	-	6.680	60.042
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	37.490	-	(2.726)	34.764
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	238.278	-	28.959	267.237
Variação cambial sobre empréstimos	(7.916)	-	7.916	-
Outras provisões temporárias diversas	20.802	-	(1.432)	19.370
Passivo atuarial - resultados abrangentes	28.407	(32.582)	-	(4.175)
Margem da receita de construção diferida	(25.982)	-	1.783	(24.199)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(171.418)	-	(28.246)	(199.664)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(11.112)	-	(2.698)	(13.810)
Custo de captação de empréstimos	(849)	-	(2.200)	(3.049)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.855)	14	-	(4.841)
Total ativo diferido líquido	236.824	(32.568)	15.348	219.604

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado			
	Saldos iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023				
Ativo (Passivo) de IRPJ e CSLL sobre:				
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	74.261	-	6.356	80.617
Provisão para demandas judiciais	142.629	-	(89.267)	53.362
Passivo atuarial - resultados abrangentes	2.753	25.654	-	28.407
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	40.216	-	(2.726)	37.490
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	212.179	-	26.099	238.278
Variação cambial sobre empréstimos	(652)	-	(7.264)	(7.916)
Outras provisões temporárias diversas	26.241	-	(5.439)	20.802
Margem da receita de construção diferida	(27.781)	-	1.799	(25.982)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(146.105)	-	(25.313)	(171.418)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(5.451)	-	(5.661)	(11.112)
Custo de captação de empréstimos	(937)	-	88	(849)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.870)	15	-	(4.855)
Total ativo diferido líquido	312.483	25.669	(101.328)	236.824

As diferenças temporárias de R\$15.348 (R\$101.328 em 2023), movimentadas no exercício, referem-se a IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado, no valor de R\$15.362 credor (R\$101.313 de débitos em 2023), e R\$14 (R\$15 em 2023) de débitos de IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 1996/1997 reconhecidos no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial.

Em atendimento à Resolução CVM nº 109, de 20/05/2022 e Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas subsidiárias apresentam histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a recuperação de créditos tributários contidos no ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2024. O saldo do ativo diferido líquido registrado em 31 de dezembro de 2024 é R\$228.620 (R\$213.273 em 31 de dezembro de 2023), sem os efeitos em resultados abrangentes.

Assim, as projeções de resultados demonstram que a Companhia e suas subsidiárias deverão obter lucros suficientes para recuperar os tributos pagos, conforme a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, a seguir:

Período	Tributos a Recuperar
Em 2025	97.897
Em 2026	15.353
Em 2027	11.819
Em 2028	11.819
Em 2029	11.818
De 2030 a 2034	418
Após 2034	79.496
Total	228.620

19. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	54.963	51.368	54.964	51.376
Ativo não circulante	2.546	4.479	2.546	4.479
	57.509	55.847	57.510	55.855

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	A receber	Adiantamento	Líquido	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de dezembro de 2024						
Recursos estaduais	11.088	(9.662)	1.426	562.014	(560.587)	1.427
Recursos federais	244.398	(188.315)	56.083	244.398	(188.315)	56.083
Total	255.486	(197.977)	57.509	806.412	(748.902)	57.510
31 de dezembro de 2023						
Recursos estaduais	4.653	(4.287)	366	555.580	(555.206)	374
Recursos federais	241.143	(185.662)	55.481	241.143	(185.662)	55.481
Total	245.796	(189.949)	55.847	796.723	(740.868)	55.855

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante	98	1.298
Passivo não circulante	4.584	-
	4.682	1.298

	Controladora / Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
31 de dezembro de 2024			
Recursos estaduais	4.682	-	4.682
Total	4.682	-	4.682
31 de dezembro de 2023			
Recursos estaduais	5.409	(4.111)	1.298
Total	5.409	(4.111)	1.298

20. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano Copasa Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o Copasa Novo Plano-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes.

A estatística descritiva da massa populacional vinculada aos planos RP1-BD, Copasa Saldado-BD e Copasa Novo Plano-CD, em 31 de dezembro de 2024 é:

	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD
Participantes Ativos	60	528	8.485
Participantes Remidos	12	7	-
Participantes Assistidos	155	2.284	1.583
Pensionistas	134	637	71

Notas Explicativas

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano Copasa Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo Copasa Novo Plano-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes, os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, com base nas normas legais vigentes.

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

a) Valores reconhecidos no passivo:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contribuições normais - circulante	6	60
Obrigações de longo prazo - não circulante	-	109.577
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	6	109.637

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	2024				2023
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
Valor presente das obrigações financiadas	(55.609)	(1.081.345)	(10.663)	(1.147.617)	(1.339.568)
Valor justo dos ativos do plano	64.974	1.082.705	75.339	1.223.018	1.291.237
Efeito do teto do ativo	(9.365)	(1.360)	(64.676)	(75.401)	(61.246)
Passivo Líquido do Plano	-	-	-	-	(109.577)

A movimentação do valor presente das obrigações financiadas é a seguinte:

	2024				2023
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
Em 1º de janeiro	(62.838)	(1.265.769)	(10.961)	(1.339.568)	(1.233.609)
Custo do serviço corrente	(18)	-	(255)	(273)	(1.686)
Custo financeiro	(6.114)	(115.836)	(1.063)	(123.013)	(144.280)
Contribuições dos participantes do plano	(247)	-	(859)	(1.106)	(1.019)
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	9.452	202.067	2.475	213.994	(40.904)
Benefícios pagos pelo plano	4.156	104.551	-	108.707	85.757
Contribuições extraordinárias ativos	-	(3.227)	-	(3.227)	(1.755)
Contribuições extraordinárias assistidos	-	(3.131)	-	(3.131)	(2.072)
Valor presente 31 de dezembro	(55.609)	(1.081.345)	(10.663)	(1.147.617)	(1.339.568)

⁽¹⁾ O ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2024 em comparação a 2023 (vide premissas atuariais abaixo).

Notas Explicativas

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	2024				2023
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
Em 1º de janeiro	70.174	1.156.192	64.871	1.291.237	1.251.248
Retorno real sobre os ativos do plano	(1.508)	1.346	8.753	8.591	104.926
Contribuições do empregador	216	23.360	856	24.432	965
Contribuições dos empregados	247		859	1.106	1.019
Benefícios pagos	(4.155)	(104.551)	-	(108.706)	(85.756)
Contribuições extraordinárias ativos	-	6.358	-	6.358	1.755
Contribuições extraordinárias assistidos	-	-	-	-	2.072
Contribuições extraordinárias patrocinadora	-	-	-	-	15.008
Valor justo 31 de dezembro	64.974	1.082.705	75.339	1.223.018	1.291.237

b) Os valores com impacto na demonstração do resultado são:

	Projeção 2025	Controladora / Consolidado 2024				2023
		RP1 -BD	Copasa Saldado -BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
Custo dos serviços correntes	(90)	(18)	-	(255)	(273)	(1.686)
Custo financeiro	(124.536)	(6.114)	(115.836)	(1.063)	(123.013)	(144.279)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	133.523	6.827	105.426	6.291	118.544	146.346
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(8.623)	(714)	-	(5.228)	(5.942)	(7.137)
(Despesas) Receitas	274	(19)	(10.410)	(255)	(10.684)	(6.756)

	Controladora / Consolidado	
	2024	2023
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	63.247	(49.801)
(Perdas) Ganhos atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	8.103	(55.144)

c) Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são:

	Controladora / Consolidado 2024				2023
	RP1-BD	Copasa Saldado-BD	Copasa Novo Plano-CD	Total	Total
(Perdas) ganhos atuariais	9.453	202.067	2.475	213.995	(40.904)
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(8.335)	(104.079)	2.461	(109.953)	(41.420)
Mudança no efeito do teto de ativo	(1.315)	(1.360)	(5.538)	(8.213)	6.868
(Perda) Ganho Bruto	(197)	96.628	(602)	95.829	(75.456)
Impostos	67	(32.854)	205	(32.582)	25.655
(Perda) Ganho Líquido	(130)	63.774	(397)	63.247	(49.801)

Notas Explicativas

d) As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	RP1-BD	Copasa Saldado -BD	Copasa Novo Plano-CD)
Em 2024:			
Taxa anual de desconto	11,37% a.a.	11,37% a a.	11,45% a a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,37% a.a.	11,37% a a.	11,45% a a.
Aumento anual de salário	5,36% a.a.	3,70% a.a.	-
Taxa de inflação projetada	3,70% a.a.	3,70% a.a.	3,70% a.a
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic M&F	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M	AT 49 M (A80%)
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927	Light fraca D50%
Em 2023:			
Taxa anual de desconto	9,73% a.a.	9,70% a a.	9,7% a a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,73% a.a.	9,70% a a.	9,7% a a.
Aumento anual de salário	1,60% a.a.	-	-
Taxa de inflação projetada	3,92% a.a.	3,92% a.a.	3,92% a.a
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic M&F	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M	AT 49 M (A80%)
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927	Light fraca D50%

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2024.

e) Análises de sensibilidade das principais hipóteses:

Hipótese de Mortalidade	Plano RP1		
	AT-2000 Basic M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(55.608)	(54.855)	(56.421)
Ativo justo	64.973	64.974	64.974
Superávit (déficit)	9.365	10.119	8.553
Variações	-	8,05%	-8,67%
Taxas de Juros Real			
	5,59%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(55.608)	(54.464)	(56.798)
Ativo justo	64.973	64.974	64.974
Superávit (déficit)	9.365	10.510	8.176
Variações	-	12,23%	-12,70%
Hipótese de Mortalidade	Copasa Saldado-BD		
	BR-EMSsb 2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(1.081.345)	(1.062.780)	(1.101.506)
Ativo justo	1.082.704	1.082.705	1.082.705
Superávit (déficit)	1.359	19.925	-18.801
Variações	-	1366,15%	-1483,44%
Taxas de Juros Real			
	5,56%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(1.081.345)	(1.060.199)	(1.103.280)
Ativo justo	1.082.704	1.082.705	1.082.705
Superávit (déficit)	1.359	22.506	(20.575)
Variações	-	1556,07%	-1613,98%

Notas Explicativas

Hipótese de Mortalidade	Copasa Novo Plano-CD		
	BR-EMSsb 2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(10.663)	(11.718)	(9.607)
Ativo justo	75.339	75.340	75.340
Superávit (déficit)	64.676	63.622	65.733
Variações	-	-1,63%	1,63%
Taxas de Juros Real	5,56%	+0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(10.663)	(10.572)	(10.756)
Ativo justo	75.339	75.340	75.340
Superávit (déficit)	64.676	64.768	64.584
Variações	-	0,14%	-0,14%

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

21. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. Em 2024, foram realizados 2 (dois) aumentos ao Capital Social, sem emissão de novas ações, no valor total de R\$204.146, conforme destacado a seguir:

- O Conselho de Administração, em 25 de março de 2024, aprovou aumento de capital no montante de R\$756, referente à capitalização de reserva de incentivos fiscais por benefício fiscal da SUDENE.
- Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2024, foi deliberado a capitalização de reserva de retenção de lucros de R\$203.390 ao Capital Social, visando à adequação do excesso da Reserva de Lucros em relação ao Capital Social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$3.606.531 (R\$3.402.385 em 31 de dezembro de 2023), representado por 380.253.069 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,03% das ações e entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,56% das ações, e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A Copasa está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$5 bilhões, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2020.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

Notas Explicativas

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

- Subvenções Governamentais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais. No exercício de 2024, foi registrado no resultado, o valor de R\$7.140 (R\$3.412 no exercício de 2023), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia, concedido pela ANA, com recursos do PRODES (Nota Explicativa 15).

- Incentivos Fiscais – SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14/2001, atualizada pela Lei nº 13.799/2019, concede redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o Lucro da Exploração, para empresas que realizam investimentos em setores prioritários nas regiões da SUDENE e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A COPASA MG, que atua em 637 municípios de Minas Gerais, possui 168 municípios na área de abrangência da SUDENE e teve seu direito ao benefício aprovado. O incentivo, válido de 2021 a 2030, abrange atividades de captação, tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário, setor classificado como prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício é reconhecido no resultado da Companhia conforme o CPC 07 (R1) (IAS 20) e destinado à Reserva de Incentivos Fiscais, podendo ser usado apenas para aumento do capital social ou absorção de prejuízos, conforme a Lei nº 6.404/1976. Em 2024, a COPASA reconheceu R\$32.406 de incentivo fiscal (R\$31.401 no exercício de 2023).

Em 25 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a incorporação de R\$756 da Reserva de Incentivos Fiscais ao Capital Social, referente ao reinvestimento de 30% do IRPJ do ano de 2021, conforme o Estatuto Social e a Portaria DFIN 0037/2023.

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$605.793 (R\$637.812 em 2023) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Programa Plurianual de Investimentos”.

O saldo acumulado das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2024, exceto reservas de incentivos fiscais, considerando a proposta da administração para a destinação do lucro líquido do referido exercício social, está superior ao capital social. Visando à adequação ao limite estabelecido no artigo 199 da Lei Federal nº6.404/1976 e às disposições estatutárias, a Administração da Companhia propõe a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, no montante de R\$1.393.468, ao Capital Social, conforme Nota Explicativa 35 - Eventos Subsequentes.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 19). Em 31 de dezembro de 2024, essa conta totaliza o saldo credor de R\$8.103 (devedor de R\$55.144 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) Correção monetária sobre ativos – anos 1996/1997, líquida de IRPJ e CSLL, de R\$9.399 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$9.427 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

(d) Remuneração aos acionistas

• Política de Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia possui Política de Dividendos, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 28 de abril de 2023, cujo conteúdo encontra-se sumariado a seguir:

Dividendos Regulares - O Conselho de Administração definirá, quando da aprovação do orçamento empresarial do exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%. A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, à exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na AGO.

Dividendos Extraordinários - As distribuições deverão ser precedidas de análise do Conselho de Administração, devendo ser observadas as diretrizes gerais compreendendo o interesse público que justificou a criação da Copasa, a garantia de recursos, em seu Plano de Investimentos, para atendimento ao estabelecido na Lei Federal n.º 11.445/2007 e na Lei Federal n.º 14.026/2020, bem como as restrições legais, regulatórias, estatutárias, financeiras e os *covenants*.

• Dividendos Regulares

O Conselho de Administração definiu, para o exercício de 2024, o percentual de Dividendos Regulares correspondente a 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP e/ou dividendos.

Foram declarados R\$605.763 a título de Dividendos Regulares, dos quais R\$452.226 foram pagos e R\$153.537 terão sua data de pagamento definida na AGO, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento
Dividendos 1T24	RCA 20/03/2024	25/03/2024	54.831	17/05/2024
JCP 1T24	RCA 20/03/2024	25/03/2024	117.596	17/05/2024
JCP 2T24	RCA 20/06/2024	25/06/2024	120.127	19/08/2024
Dividendos 2T24	RCA 20/06/2024	25/06/2024	25.747	19/08/2024
JCP 3T24	RCA 12/09/2024	17/09/2024	124.437	30/09/2024
Dividendos 3T24	RCA 12/09/2024	17/09/2024	9.488	30/09/2024
Valor Declarado (Jan a Set/2024)			452.226	
JCP 4T24	RCA 12/12/2024	23/12/2024	140.091	A ser definida na AGO
Dividendos 4T24	RCA 21/03/2025	26/03/2025	13.446	A ser definida na AGO
			153.537	
Total			605.763	

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	Controladora / Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	1.316.920	1.379.346
Reserva legal - (5%)	(65.846)	(68.967)
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	(7.140)	(3.412)
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	(32.406)	(31.401)
Lucro disponível para distribuição	1.211.528	1.275.566
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	302.882	318.892

Notas Explicativas

- Dividendos Extraordinários

No âmbito da Política de Dividendos foi deliberado em Assembleia Geral realizada em 26 de abril de 2024, a distribuição de R\$300.000 a título de Dividendos Extraordinários, pago em 10 de maio de 2024 (R\$372.472 pago em 28 de dezembro de 2023), utilizando parte da Reserva de Retenção de Lucros existente no balanço do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

- Movimentação da rubrica de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”:

	2024	2023
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	430.991	231.653
Juros sobre o capital próprio	502.251	479.132
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(34.955)	(33.471)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(421.954)	(591.911)
Dividendos regulares e extraordinários	403.512	531.123
Dividendos pagos	(735.561)	(185.535)
JCP e Dividendos prescritos	(256)	-
Dividendos e JCP a pagar no final do exercício	144.028	430.991

(e) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192 da Lei 6.404/76, o lucro líquido do exercício será assim destinado:

	Controladora	
	2024	2023
Reserva Legal	65.846	68.967
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	7.140	3.412
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	32.406	31.401
Realização da correção monetária de ativos	(28)	(29)
Remuneração aos acionistas	605.763	637.783
Reserva de retenção de lucros	605.793	637.812
Lucro Líquido	1.316.920	1.379.346

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias mantidas em tesouraria.

	Controladora/Consolidado	
	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.316.920	1.379.346
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	379.181	379.181
Lucro básico por ação (em Reais)	3,47	3,64

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

Notas Explicativas

22. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia e suas subsidiárias definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos. A Companhia e suas subsidiárias não possuem receitas intersegmentos, possuindo apenas de clientes externos.

(i) Resultado

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos	Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024					
Receita operacional bruta	5.117.454	2.624.246	5.590	847.692	8.594.982
Tributos sobre vendas	(473.531)	(242.761)	(684)	-	(716.976)
Receita operacional líquida	4.643.923	2.381.485	4.906	847.692	7.878.006
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.221.557)	(1.652.071)	(3.403)	(847.692)	(5.724.723)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	1.422.366	729.414	1.503	-	2.153.283
Outras despesas operacionais líquidas					(158.742)
Resultado financeiro, líquido					(321.535)
Lucro operacional antes dos impostos					1.673.006
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023					
Receita operacional bruta	4.792.299	2.466.804	5.523	812.077	8.076.703
Tributos sobre vendas	(443.457)	(228.202)	(665)	-	(672.324)
Receita operacional líquida	4.348.842	2.238.602	4.858	812.077	7.404.379
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.077.726)	(1.584.284)	(3.438)	(812.077)	(5.477.525)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	1.271.116	654.318	1.420	-	1.926.854
Outras despesas operacionais líquidas					(137.660)
Resultado financeiro, líquido					(2.922)
Lucro operacional antes dos impostos					1.786.272

A amortização e depreciação do ativo está assim alocada:

Exercícios findos em 31 de dezembro de	Consolidado			
	2024			2023
	Amortização	Depreciação	Total	Total
Serviços de água	165.139	78.743	243.882	233.117
Serviços de esgoto	298.954	29.641	328.595	347.872
Outros ativos	188.704	39.824	228.528	208.582
Total do intangível	652.797	148.208	801.005	789.571

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Exercícios findos em 31 de dezembro de	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	847.692	812.077
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(847.692)	(812.077)
Margem de construção	-	-

Notas Explicativas

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Intangível:		
Serviços de água	1.816.310	1.622.782
Serviços de esgoto	3.553.052	3.377.357
Outros intangíveis	893.290	684.633
Total do intangível	6.262.652	5.684.772
Imobilizado		
Serviços de água	1.091.251	1.160.716
Serviços de esgoto	244.664	253.250
Outros intangíveis	400.874	351.741
Total do imobilizado	1.736.789	1.765.707

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

23. Gestão de Risco Financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define a Declaração Estratégica da Companhia e suas subsidiárias.

A Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias; no médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial; no longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 5 anos, complementado por projeção econômico-financeira em um horizonte de tempo de 30 anos, e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

23.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia e suas subsidiárias monitoram seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia e de suas subsidiárias é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia e de suas subsidiárias são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs e aplicações financeiras.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia e suas subsidiárias decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros e da inflação, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A Companhia possuía 79,79% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 20,21% indexados em moeda estrangeira (euro), em 31 de dezembro de 2024. As operações referentes aos empréstimos, financiamentos, debêntures e suas respectivas taxas de juros estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluindo provisão de juros)	% Saldo Devedor Total
Em Moeda Nacional:							
Financiamentos - FGTS	- (1)	7,30% a 8,50%	TR	16/01/2043	721.058	723.254	11,74%
Empréstimos	15/01/2008	1,55% a 1,73%	TJLP	15/05/2025	5.082	5.097	0,08%
Finame	28/03/2011	2,5% a 8,7%	-	15/01/2025	250	251	0,00%
Debêntures - 5ª Emissão							
Série única	20/09/2011	9,00%	TR	01/09/2031	117.835	118.737	1,93%
Debêntures - 8ª Emissão							
1ª Série	15/06/2015	1,87%	TJLP	15/06/2028	32.933	33.037	0,54%
2ª Série	15/06/2015	8,18%	IPCA	15/06/2028	22.030	22.099	0,36%
Debêntures 11ª Emissão							
1ª Série	15/01/2017	2,62%	TJLP	15/01/2031	87.291	87.592	1,42%
2ª Série	15/01/2017	8,85%	IPCA	15/01/2031	52.234	52.410	0,85%
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão							
2ª Série	15/01/2018	5,27%	IPCA	15/01/2026	43.326	44.382	0,72%
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão							
3ª Série	15/07/2018	6,50%	IPCA	15/07/2025	31.410	32.350	0,52%
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão							
1ª Série	15/06/2019	106,15%	CDI	15/06/2024	-	-	0,00%
2ª Série	15/06/2019	4,30%	IPCA	15/06/2026	72.397	72.518	1,18%
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão							
Série única	16/12/2020	1,75%	CDI	16/12/2025	153.846	154.654	2,51%
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão							
1ª Série	15/09/2021	5,23%	IPCA	15/09/2031	255.047	258.842	4,20%
2ª Série	15/09/2021	1,30%	CDI	15/09/2026	272.566	273.949	4,45%
Debêntures de Mercado - 17ª Emissão							
Série única	16/12/2022	1,30%	CDI	16/12/2029	750.000	753.807	12,23%
Debêntures de Mercado - 18ª Emissão							
1ª Série	15/09/2023	1,20%	CDI	16/09/2030	113.626	114.198	1,85%
2ª Série	15/09/2023	7,10%	IPCA	16/09/2030	830.173	832.435	13,51%
Debêntures de Mercado - 19ª Emissão							
1ª Série	15/07/2024	0,90%	CDI	15/07/2034	482.000	493.601	8,01%
2ª Série	15/07/2024	7,27%	IPCA	15/07/2034	832.133	844.277	13,70%
Total						4.917.490	

(1) Diversas datas.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma eventual mudança em variáveis de mercado nos seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Nessa análise, mantendo-se todas as outras

Notas Explicativas

variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação seria afetado conforme cenários demonstrados a seguir:

Indicadores	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
	(i)	Provável (ii)	+25%	-25%	+50%	-50%
TJLP (iii)	125.306	7,19%	8,99%	5,39%	10,79%	3,60%
Variação do Principal	-	9.009	11.262	6.757	13.514	4.505
IPCA	2.138.749	4,99%	6,24%	3,74%	7,49%	2,50%
Variação do Principal	-	106.724	133.404	80.043	160.085	53.362
DI	1.772.038	15,00%	18,75%	11,25%	22,50%	7,50%
Impactos nos Juros	-	265.806	332.257	199.354	398.709	132.903
TR	838.894	0,93%	1,17%	0,70%	1,40%	0,47%
Variação do Principal e Juros	-	7.837	9.796	5.878	11.756	3.918
Spread Fixo - Euribor (iv)	1.004.063	2,00%	2,50%	1,50%	3,00%	1,00%
Impacto nos Juros	-	20.081	25.102	15.061	30.122	10.041
Spread Fixo (iv)	233.929	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Sem Impacto	-	-	-	-	-	-
Total	6.112.979	409.457	511.821	307.093	614.186	204.729

(i) Principal em 31 de dezembro de 2024, excluído custo de captação.

(ii) Fontes dos índices:

IPCA, conforme Boletim Focus 03/01/2025 (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>).

TJLP conforme projeções longo prazo ITAÚ 06/01/2025 (<https://www.itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>).

CDI conforme Selic projetada no Boletim Focus 03/01/2025 (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>). Para variação cambial ver item “Sensibilidade à taxa de câmbio” abaixo.

(iii) Contratos: Quando a TJLP for superior a 6% a.a., sobre o saldo devedor corrigido incide taxa de 6% a.a. + spread. Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% a.a., sobre o saldo devedor corrigido incidirá a TJLP integral acrescida do spread.

(iv) Contratos com spread fixo e sem correção monetária.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. As operações e suas respectivas taxas de câmbio estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor (Principal)	Saldo Devedor (incluído juros)	%
Financiamento	13/12/2019	0,55%	Euro + Euribor	20/09/2033	585.703	591.991	9,61%
Financiamento	13/12/2018	1,41%	Euro	15/05/2034	233.679	234.163	3,80%
Financiamento	29/12/2023	2,69%	Euro + Euribor	20/12/2043	418.360	419.109	6,80%
Total					1.237.742	1.245.263	

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para estas operações, cujo os saldos devedores de principal eram de €192.306 mil (equivalente a R\$1.237.741 mil) em 31 de dezembro de 2024, não há mecanismo de *hedge* contratado.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do Euro (€), de $\pm 25\%$ e $\pm 50\%$, no saldo devedor em moeda estrangeira dos empréstimos e financiamentos. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro em 31/12/2024

Saldo de principal (em mil Euros)
Saldo de principal

Financiamento

€192.306
1.237.741

Notas Explicativas

Cenários em relação ao saldo devedor	Ganho (perda) Financiamento
Provável (Projeção)	85.826
Queda de 25% no euro	309.435
Queda 50% no euro	618.871
Acréscimo 25% no euro	(309.435)
Acréscimo 50% no euro	(618.871)
Fonte dos índices projetados: Euro Projeção Santander 06 de janeiro de 2025. A cotação do Euro considerada no cenário “provável” é de R\$5,99 para a data do 4º trimestre de 2025. https://www.itau.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes	

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas subsidiárias estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado de contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão. O critério do reconhecimento da perda de crédito esperada com clientes está na Nota Explicativa 3.4.2.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia e suas subsidiárias incorrerem em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco <i>Moody's</i> , <i>Fitch</i> e <i>S&P</i>)					
	AAA	589.036	1.044.794	593.078	1.060.019
	AA	105.305	8	119.174	92
	A	158.586	54.689	167.049	75.086
	Total	852.927	1.099.491	879.301	1.135.197
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Certificados de depósitos bancários de curto prazo (Nota Explicativa 6)					
		740.030	962.323	766.404	998.029
Aplicação financeira vinculada (Nota Explicativa 8)					
		75.185	75.285	75.185	75.285
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa 8)					
		37.712	61.883	37.712	61.883

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a Copasa acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

Notas Explicativas

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros a serem liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento em 31 de dezembro de 2024			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Amortização	666.471	1.438.791	1.712.759	2.294.958
Juros	477.550	762.626	498.649	585.147
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.144.021	2.201.417	2.211.408	2.880.105
Parceria Público Privada ⁽¹⁾	44.631	82.458	42.363	-
Obrigações - arrendamento mercantil	48.489	9.846	20.909	-
Fornecedores	351.129	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Rio Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 8).

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2024			
Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
<u>Financiamentos e Debêntures</u>			
Financiamentos 2007/2008	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	5.647	setembro-31
PAC 2009	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.036	novembro-32
5ª Emissão de Debêntures (R\$288 milhões)	no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	6.132	setembro-31
Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	4.292	junho-35
Financiamentos 2012 (IN 24)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	567	maio-36
Financiamentos 2013 (IN 27)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	3.769	outubro-37
Financiamentos 2014 (IN 02)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.557	fevereiro-38
Financiamentos 2015 (IN 02)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1.644	março-39
Financiamentos 2017 (IN 29)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	5.956	janeiro-43
Financiamentos (R\$181 milhões)	R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril de 2010.	15.612	maio-25
8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde setembro de 2015.	24.938	junho-28
11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril de 2017.	7.761	janeiro-31
Finame	130% da parcela dos contratos.	329	janeiro-25
Financiamentos 2023 (€ 200 milhões)	125% da soma de amortização e juros da parcela.	15.315	dezembro-43

Notas Explicativas

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2024

Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Parceria Público Privada			
PPP do Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da contraprestação referente a cada ano de vigência.	11.629	dezembro-28
Total de Receita Vinculada		108.184	

23.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra e monitora a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, estabelecida em seu Estatuto Social em que:

- o endividamento líquido consolidado da Copasa deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA; e
- o EBITDA da Copasa deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Ver Nota Explicativa 35 (b) – Eventos Subsequentes.

23.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	1.964.898	1.948.948	1.429.077	1.397.880
Debêntures simples	4.148.271	4.087.864	3.314.437	3.295.607
Total	6.113.169	6.036.812	4.743.514	4.693.487

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Controladora / Consolidado			
	Taxa contratual	Período em meses	Taxa de mercado	Observações
Financiamento	7,83%	117	9,00%	Cotação da taxa em dezembro de 2024
Financiamento	7,55%	5	13,15%	Cotação da taxa em dezembro de 2024
FINAME	6,00%	1	13,48%	Cotação da taxa FINAME dezembro de 2024
Debêntures simples	9,84%	56	11,15%	Cotação taxas Debêntures dezembro de 2024
Financiamento	1,41%	114	1,41%	Cotação taxa em dezembro de 2024
Financiamento	5,34%	231	5,25%	Cotação taxa em dezembro de 2024

Notas Explicativas**24. Instrumentos Financeiros por Categoria****(a) Ativo**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos Financeiros ao Custo		Ativos Financeiros ao Custo	
	Amortizado	Total	Amortizado	Total
Controladora:				
Caixa e equivalentes de caixa	614.732	614.732	994.581	994.581
Títulos e valores mobiliários	177.972	177.972	-	-
Contas a receber de clientes	1.349.995	1.349.995	1.320.392	1.320.392
Bancos e aplicações de convênios	7.625	7.625	-	-
Aplicações financeiras vinculada	75.185	75.185	75.285	75.285
Ativos financeiros de concessões	1.362.892	1.362.892	999.639	999.639
Demais contas a receber	91.288	91.288	129.763	129.763
	3.679.689	3.679.689	3.519.660	3.519.660
Consolidado:				
Caixa e equivalentes de caixa	642.082	642.082	1.031.425	1.031.425
Títulos e valores mobiliários	177.972	177.972	-	-
Contas a receber de clientes	1.365.041	1.365.041	1.337.303	1.337.303
Bancos e aplicações de convênios	7.754	7.754	124	124
Aplicações financeiras vinculada	75.185	75.185	75.285	75.285
Ativos financeiros de concessões	1.381.729	1.381.729	1.016.635	1.016.635
Demais contas a receber	89.154	89.154	123.342	123.342
	3.738.917	3.738.917	3.584.114	3.584.114

(b) Passivo

	31/12/2024		31/12/2023	
	Passivos Financeiros ao Custo		Passivos Financeiros ao Custo	
	Amortizado	Total	Amortizado	Total
Controladora:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.113.169	6.113.169	4.743.514	4.743.514
Fornecedores	351.129	351.129	377.766	377.766
Arrendamento Mercantil	79.244	79.244	92.167	92.167
Parceria Público Privada	169.452	169.452	211.900	211.900
	6.712.994	6.712.994	5.425.347	5.425.347
Consolidado:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.113.169	6.113.169	4.743.514	4.743.514
Fornecedores	358.873	358.873	388.277	388.277
Arrendamento Mercantil	79.354	79.354	92.278	92.278
Parceria Público Privada	169.452	169.452	211.900	211.900
	6.720.848	6.720.848	5.435.969	5.435.969

25. Transações com Partes Relacionadas**(a) Ativo, passivo e resultado**

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com a sua Subsidiária Integral COPANOR, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social, bem como as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Controladora			
	31/12/2023			
	Subsidiária	Outras		
	COPANOR	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes				
Valores faturados	-	15.954	1	17
Valores a faturar	-	12.709	1	10
Convênios	-	366	-	-
Outros ativos - Créditos com controlada	6.744	-	-	-
Total do ativo	6.744	29.029	2	27

Notas Explicativas

	Controladora			
	31/12/2023			
	Subsidiária	Outras		
	COPANOR	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	1.298	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	60
Programa de saúde	-	-	11.316	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	109.577
Total do passivo	-	1.298	11.316	109.637
Resultado do exercício				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	86	182.759	10	205
Programa de seguridade	-	-	-	(55.112)
Programa de saúde	-	-	(109.716)	-
Despesas com pessoal cedido	(1.402)	-	-	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes, exceto no que se refere a tarifas reguladas de água e esgoto, as quais são sujeitas à determinação da Agência Reguladora.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2024	2023
Remuneração	9.529	7.047
Benefícios:		
Alimentação	97	88
Saúde	185	122
Benefício pós-emprego	456	352
Total	10.267	7.609

25.1 Natureza das operações com partes relacionadas

• Estado de Minas Gerais

- (a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Na prestação desses serviços são aplicadas as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

- (b) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$251.999 relativo a Juros sobre Capital Próprio (JCP) e R\$51.936 relativo a dividendos (R\$240.398 referente a JCP e R\$79.601 referente a dividendos em 31 de dezembro de 2023).

- (c) Garantia em contratos da Companhia com a União

O contrato abaixo relacionado descreve garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União.

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a Copasa, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco, seus créditos sobre impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações

Notas Explicativas

e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto desse contrato é de R\$234.163 (R\$185.218 em 31 de dezembro de 2023).

(d) Convênios de cooperação técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

(e) Contratos de prestação de serviços com a PRODEMGE

A Companhia possui contratos firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, cujo acionista controlador é o EMG, para a prestação de serviços de Integração à Rede IP Multisserviços com suporte a transmissão de dados voz e vídeo com qualidade de serviço, baseada na tecnologia IP - *Internet Protocol*, pela qual é possível o compartilhamento de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de telecomunicações, bem como fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP Brasil. Possibilita, ainda, o fornecimento de certificado de Servidor Web/Sítio Multi-domínio - Hierarquia Internacional.

(f) Execução de obras - resiliência hídrica

A Companhia, no dia 14 de julho de 2021, divulgou Fato Relevante comunicando que recebeu do seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, naquela data, Ofício informando da aprovação de Projeto de Lei pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – posteriormente sancionado, tornando-se a Lei Estadual nº 23.830/21 de 28 de julho de 2021, autorizando suplementação orçamentária e inversão de capital nessa Companhia, no montante de R\$2,05 bilhões. Os recursos destinam-se à realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, proveniente do Acordo firmado judicialmente entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S.A.

Em 28 de fevereiro de 2023, a Companhia comunicou em Fato Relevante que recebeu na referida data, do seu acionista controlador Estado de Minas Gerais, novo ofício informando que, no tocante às referidas obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, o repasse dos valores destinados à execução das obras se dará de forma não onerosa e, conseqüentemente, não será realizado aporte de capital na Companhia. Os primeiros instrumentos jurídicos relacionados a esse assunto foram formalizados no quarto trimestre de 2023.

Em maio de 2024, foi firmado Termo de Deliberação entre o Estado de Minas Gerais, a COPASA MG, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, definindo que a COPASA MG será responsável pela contratação e execução do lote 1 (um) das obras de ampliação do sistema Manso, e a Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias será responsável pela contratação e execução dos lotes 2 (dois) e 3 (três) das obras de ampliação do referido sistema. O edital de licitação foi publicado pela COPASA MG em outubro de 2024, estando em andamento os trâmites relacionados a recebimento e análise de propostas. Em relação ao convênio da adutora de transferência, a COPASA encontra-se desenvolvendo os projetos de engenharia, com cronograma previsto de conclusão no quarto trimestre de 2025, estando prevista a publicação do edital de obras no ano 2026.

• COPANOR

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora, bem como rateio de custos e despesas das atividades administrativas prestadas, conforme Termo de Cooperação Técnica Institucional firmado entre as partes.

• Fundação Libertas

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos três planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota Explicativa 20).

Notas Explicativas

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001. As taxas de administração e demais preços foram definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

• COPASS Saúde

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulado por aquela Agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

A Companhia, por intermédio de acordos de cooperação, com ônus para a cedente, celebrados em 23 de março de 2022 e 20 de julho de 2022 realiza a cessão de 02 empregados para exercerem, respectivamente, os cargos de Superintendente Executivo e Gerente Administrativo e Financeiro junto à Copass Saúde. Os gastos para a Copasa referente a esta cessão, no exercício de 2024 foram de R\$1.588 (R\$1.506 em 2023).

26. Compromissos

A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados a seguir:

	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações dos 10 maiores contratos – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	492.550	17
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	33.787	17

27. Seguros

A Companhia e suas subsidiárias possuem contratada apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e/ou administradores de sociedades comerciais, com abrangência no território nacional, para os membros dos Conselhos, da Diretoria Executiva, Diretoria Adjunta Jurídica, Superintendências e Gerência de Contabilidade e Patrimônio, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas no exercício de suas funções, com vigência até 06/2025.

Em agosto de 2024, a Companhia contratou seguro para cobertura de danos causados em suas edificações ou instalações nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro. A vigência do seguro é de 12 meses e teve seu início em 18 de agosto de 2024 com previsão de término em agosto de 2025.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

Notas Explicativas

28. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

Durante os exercícios de 2024 e 2023, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes principais atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos de empréstimos capitalizados (Nota Explicativa 10)	122.882	117.891	122.882	117.891
Adições de arrendamento mercantil (Nota Explicativa 13)	50.188	37.799	50.276	37.984

29. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de prestação de serviço de água	5.065.569	4.737.671	5.117.454	4.792.299
Receita de prestação de serviço de esgoto	2.607.904	2.449.552	2.624.246	2.466.804
Resíduos sólidos	5.590	5.523	5.590	5.523
Receita de construção	818.058	798.644	847.692	812.077
Total receita bruta	8.497.121	7.991.390	8.594.982	8.076.703
Tributos sobre vendas e serviços	(710.664)	(665.675)	(716.976)	(672.324)
Receita Líquida	7.786.457	7.325.715	7.878.006	7.404.379

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Detalhamento da Receita líquida:				
Receita direta de água	4.528.070	4.221.902	4.574.538	4.270.619
Receita direta de esgoto	2.352.588	2.211.564	2.367.419	2.227.218
Resíduos sólidos	4.906	4.858	4.906	4.858
Total receita direta	6.885.564	6.438.324	6.946.863	6.502.695
Receita indireta de água	68.768	77.365	69.385	78.223
Receita indireta de esgoto	14.067	11.382	14.066	11.384
Total receita indireta	82.835	88.747	83.451	89.607
Receita de construção	818.058	798.644	847.692	812.077
Receita Líquida	7.786.457	7.325.715	7.878.006	7.404.379

30. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos Operacionais				
Pessoal	(833.727)	(920.786)	(854.511)	(940.206)
Custos previdenciários	(180.417)	(177.223)	(184.578)	(181.069)
Custos de construção	(818.058)	(798.644)	(847.692)	(812.077)
Materiais gerais	(106.390)	(110.398)	(112.836)	(115.634)
Materiais de tratamento	(126.833)	(128.558)	(130.554)	(132.368)
Serviços de terceiros	(698.666)	(620.321)	(704.536)	(625.453)
Energia elétrica	(613.925)	(572.988)	(627.991)	(586.012)
Despesas gerais	(321.443)	(293.848)	(323.864)	(295.835)
Depreciação e amortização	(708.220)	(707.162)	(719.841)	(718.145)
Créditos tributários	-	64.633	954	65.462
Reversão (Perdas) de materiais obsoletos	(824)	(526)	1.084	(1.093)
	(4.408.503)	(4.265.821)	(4.504.365)	(4.342.430)

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesas com Vendas				
Pessoal	(162.445)	(202.423)	(162.745)	(202.780)
Custos previdenciários	(30.069)	(32.178)	(30.121)	(32.241)
Materiais gerais	(4.501)	(4.164)	(4.502)	(4.176)
Materiais de tratamento	(91)	(34)	(91)	(34)
Serviços de terceiros	(77.404)	(45.806)	(77.404)	(47.343)
Energia elétrica	(2.725)	(2.545)	(2.725)	(2.545)
Despesas gerais	(3.360)	(1.687)	(3.361)	(1.702)
Depreciação e amortização	(7.254)	(7.317)	(7.253)	(7.411)
	(287.849)	(296.154)	(288.202)	(298.232)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(214.172)	(183.658)	(214.862)	(185.496)
Despesas Administrativas				
Pessoal	(364.884)	(363.560)	(368.626)	(365.035)
Custos previdenciários	(54.993)	(50.365)	(55.201)	(50.647)
Materiais gerais	(10.170)	(3.535)	(10.446)	(3.798)
Materiais de tratamento	(16)	(8)	(16)	(8)
Serviços de terceiros	(175.657)	(138.742)	(179.367)	(140.644)
Energia elétrica	(2.072)	(3.433)	(2.318)	(3.662)
Despesas gerais	(26.835)	(23.355)	(27.149)	(23.558)
Depreciação e amortização	(73.760)	(63.946)	(73.911)	(64.015)
Perdas em investimento	(260)	-	(260)	-
	(708.647)	(646.944)	(717.294)	(651.367)
Custos e Despesas				
Pessoal (Nota Explicativa 31)	(1.361.056)	(1.486.769)	(1.385.882)	(1.508.021)
Custos previdenciários (Nota Explicativa 31)	(265.479)	(259.766)	(269.900)	(263.957)
Custos de construção	(818.058)	(798.644)	(847.692)	(812.077)
Materiais gerais	(121.061)	(118.097)	(127.784)	(123.608)
Materiais de tratamento	(126.940)	(128.600)	(130.661)	(132.410)
Serviços de terceiros	(951.727)	(804.869)	(961.307)	(813.440)
Energia elétrica	(618.722)	(578.966)	(633.034)	(592.219)
Despesas gerais	(351.638)	(318.890)	(354.374)	(321.095)
Depreciação e amortização	(789.234)	(778.425)	(801.005)	(789.571)
Créditos tributários	-	64.633	954	65.462
Reversão (Perdas) de materiais obsoletos	(824)	(526)	1.084	(1.093)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(214.172)	(183.658)	(214.862)	(185.496)
Perdas em investimento	(260)	-	(260)	-
	(5.619.171)	(5.392.577)	(5.724.723)	(5.477.525)
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Detalhamento dos Custos de Construção:				
Salários e encargos	63.097	42.368	63.097	42.368
Materiais	52.034	49.550	55.605	51.483
Equipamentos	38.052	43.041	37.970	43.631
Serviços de terceiros	600.950	581.492	627.095	592.402
Custos de financiamentos	63.642	82.243	63.642	82.243
Outros	283	(50)	283	(50)
	818.058	798.644	847.692	812.077

Notas Explicativas

31. Gastos com Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários	(806.373)	(810.660)	(824.114)	(825.223)
Indenizações, substancialmente PDVI	(8.265)	(125.326)	(8.320)	(125.439)
Custos previdenciários	(265.479)	(259.767)	(269.900)	(263.958)
FGTS	(70.486)	(68.854)	(71.577)	(69.876)
Contribuição para plano de pensão	(56.418)	(55.111)	(56.418)	(55.111)
Programa de alimentação	(202.502)	(209.988)	(207.182)	(214.183)
Programa de saúde	(120.815)	(109.716)	(121.797)	(110.667)
Participação dos empregados nos lucros	(71.634)	(84.935)	(71.634)	(84.935)
Outros benefícios	(24.563)	(22.179)	(24.840)	(22.587)
Total (Nota Explicativa 30)	(1.626.535)	(1.746.536)	(1.655.782)	(1.771.979)
Pessoal (Nota Explicativa 30)	(1.361.056)	(1.486.769)	(1.385.882)	(1.508.021)
Custos Previdenciários (Nota Explicativa 30)	(265.479)	(259.766)	(269.900)	(263.957)

32. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras despesas operacionais líquidas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita de multas contratuais	11.146	6.291	11.170	6.297
Doações e subvenções p/investimentos	7.140	3.412	7.140	3.412
Ganho na alienação de bens	6.789	7.048	6.931	7.198
Reversão de provisão não dedutível	1.229	28.277	1.229	28.277
Outras receitas	16.896	22.032	17.060	22.519
Total de receita	43.200	67.060	43.530	67.703

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Demandas judiciais e indenizações	(74.382)	(37.026)	(74.545)	(37.811)
Taxa da ARSAE	(60.437)	(56.813)	(61.538)	(57.843)
Despesas com preservação ambiental	(20.736)	(39.750)	(20.736)	(39.750)
Impostos e tributos	(14.079)	(13.306)	(14.344)	(13.601)
Passivo atuarial (Nota Explicativa 20)	(10.684)	(6.756)	(10.684)	(6.756)
Multas ambientais	(8.950)	(8.202)	(9.123)	(9.311)
Outras despesas	(11.229)	(31.637)	(11.302)	(40.291)
Total de despesa	(200.497)	(193.490)	(202.272)	(205.363)
Outras despesas operacionais, líquidas	(157.297)	(126.430)	(158.742)	(137.660)

Notas Explicativas

33. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumarizadas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros ativos	55.525	49.679	56.074	50.137
Rendimentos com aplicações financeiras	111.111	125.863	114.848	130.010
Receita de variação monetária e cambial	62.919	48.451	63.080	48.601
Receita de ativos financeiros/outros	152.911	114.434	154.698	115.576
Tributos sobre receita financeira	(12.202)	(10.926)	(12.459)	(11.174)
Total das receitas financeiras	370.264	327.501	376.241	333.150
Encargos sobre financiamentos e provisões judiciais	(369.519)	(208.097)	(369.534)	(208.235)
Despesa de variação monetária e cambial	(327.456)	(120.051)	(327.456)	(126.258)
Outras despesas	(767)	(1.441)	(786)	(1.579)
Total das despesas financeiras	(697.742)	(329.589)	(697.776)	(336.072)
Resultado financeiro	(327.478)	(2.088)	(321.535)	(2.922)

34. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/2016 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/2017, a Copasa comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão no Relatório da Administração.

35. Eventos Subsequentes

a) Alterações em membros da Diretoria

Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia informou em Fato Relevante que o Conselho de Administração, em reunião realizada naquela data, elegeu o Sr. Adriano Rudek de Moura como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da COPASA MG, em substituição ao Sr. Carlos Augusto Botrel Berto. O mandato do Sr. Moura teve início em 24 de fevereiro de 2025.

Conforme Fato Relevante divulgado em 19 de fevereiro de 2025, a COPASA MG informou que o Sr. Guilherme Augusto Duarte de Faria, Diretor-Presidente, manifestou interesse em desligar-se da Companhia. Em novo Fato Relevante datado de 26 de fevereiro de 2025, comunicou que o Conselho de Administração, em reunião realizada naquela data, elegeu o Sr. Fernando Passalio de Avelar como Diretor-Presidente. O mandato do Sr. Avelar teve início a partir de 4 de março de 2025. A Companhia informou, ainda, que o Sr. Guilherme Duarte continuará como membro do Conselho de Administração.

b) Autorização - emissão de debêntures

Conforme divulgado em Fato Relevante em 12 de março de 2025, o Conselho de Administração autorizou, em reunião realizada em 10 de março de 2025, o início da contratação de operação de mercado de capitais, por meio da 20ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, no montante de até R\$900 milhões, cujos recursos serão destinados, basicamente, à execução de parte do programa de investimentos da Companhia.

c) Ofício recebido do Acionista Controlador

Conforme divulgado em 19 de março de 2025 em Fato Relevante, a Companhia recebeu do seu acionista controlador, na referida data e por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ofício cujo inteiro

Notas Explicativas

teor segue transcrito abaixo. A Companhia manterá o mercado informado a respeito dos desdobramentos do assunto objeto deste Fato Relevante.

“Ao Senhor

Hamilton Amadeo

Presidente do Conselho de Administração

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa/MG

Assunto: Solicitação à administração da Companhia para verificação de medidas cabíveis

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1220.01.0000861/2025-57].

Senhor Presidente,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007), que estabelece obrigações e novo prazo para cumprimento da universalização do acesso aos serviços de saneamento básico;

Considerando que o Governo do Estado de Minas Gerais tem o compromisso de adotar as medidas necessárias para cumprimento do prazo legal de universalização do saneamento;

Considerando que a atual gestão do Governo do Estado de Minas Gerais encaminhou proposta de Emenda à Constituição Estadual de 1989 e Projeto de Lei para autorizar o Poder Executivo a promover medidas de desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA;

Considerando que a discussão na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, legítima representante dos interesses da sociedade mineira, envolve o compartilhamento de dados e de informações técnicas;

Considerando as disposições aplicáveis no Estatuto Social da COPASA/MG;

Solicito que a administração da Copasa/MG verifique as medidas cabíveis para:

a) realizar todas as diligências e os levantamentos necessários para identificação de eventuais riscos relacionados à universalização do saneamento, incluindo possibilidades de antecipação do atendimento do prazo legal;

b) avaliar a atual estrutura de capital, visando à recomendação de alternativas para garantia de que os investimentos necessários sejam realizados dentro dos prazos requeridos;

c) realizar todas as atividades, estudos, diligências e serviços necessários para subsidiar o Estado nas discussões a serem mantidas no âmbito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e com os demais stakeholders do processo, durante toda a tramitação da referida proposta de Emenda à Constituição e do citado Projeto de Lei, fornecendo todas as informações necessárias para garantia do amplo debate público, do respeito ao processo democrático e do dever de transparência.

Ressalto que a execução das medidas, na integralidade de seu plano de trabalho, deverá ser supervisionada pelo acionista controlador, por meio de pessoa, equipe ou órgão por ele delegado,

Notas Explicativas

podendo este requerer melhorias, mudanças e direcionamento dos documentos elaborados e da própria execução.

Atenciosamente,

Mila Batista Leite Corrêa da Costa

Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico”.

d) Capitalização de Reserva de Lucros

Em 21 de março de 2025, o Conselho de Administração, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal, recomendou para deliberação da próxima Assembleia Geral a capitalização de R\$1.393.468 da reserva de retenção de lucros ao Capital Social, passando esse para R\$5.000.000, visando à adequação ao limite estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e às disposições estatutárias.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1. Projeções

Visando acompanhar a dinâmica do setor de saneamento e o desempenho da economia brasileira, a Companhia revisa periodicamente seu planejamento e metas, compreendendo inclusive os planos de investimentos.

1.1. Programa de Investimentos

1.1.1. Programa de Investimentos de 2024

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 26.04.2024, aprovou os investimentos previstos para água, esgoto e desenvolvimento empresarial e operacional da Controladora do exercício de 2024, que totalizavam R\$1,67 bilhão, além da capitalização de R\$221,5 milhões. Adicionalmente, o Conselho de Administração, nas reuniões realizadas em [31.10.2024](#) e [12.12.2024](#), aprovou suplementações de R\$200,0 milhões e de R\$45,0 milhões, respectivamente.

Conforme tabela a seguir, os valores investidos em 2024, incluindo capitalizações, no âmbito da Controladora, totalizaram R\$2,17 bilhões, 33,2% superior ao valor investido em 2023. Incluindo a COPANOR, o montante total investido atingiu R\$2,22 bilhões (aumento de 33,9% em relação a 2023):

Investimentos Realizados (R\$ milhões)	2024	2023	2022
Água	1.014,2	680,0	579,4
Esgoto	801,3	671,0	449,3
Desenvolvimento Empresarial e Operacional	70,9	78,5	100,8
Subtotal	1.886,5	1.429,5	1.129,5
Capitalizações ⁽¹⁾	282,5	198,6	176,1
Total - Controladora	2.169,0	1.628,0	1.305,6
COPANOR	53,9	31,5	39,6
Total - COPASA MG e COPANOR	2.222,9	1.659,5	1.345,2

(1) Referentes a capitalizações (juros, gastos de pessoal, materiais e serviços), bem como outros valores adicionados/relacionados aos ativos da Companhia.

1.1.2. Programa de Investimentos – 2025 a 2029

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 12.12.2024, o Programa Plurianual de Investimentos projetado, referente à Controladora, para o período de 2025 a 2029, conforme detalhado na tabela abaixo:

Valor Projetado (R\$ milhões)	2025	2026	2027	2028	2029
Água, Esgoto e Desenvolvimento	2.316,0	3.200,0	3.200,0	3.500,0	3.600,0
Capitalizações	226,2	226,2	226,2	226,2	226,2
Total	2.542,2	3.426,2	3.426,2	3.726,2	3.826,2

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL

O patamar de aportes previstos para 2025, no âmbito do Programa de Investimentos aprovado pelo Conselho de Administração, visa à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, extensão de redes, segurança hídrica, combate a perdas, desenvolvimento empresarial, atendimento de metas regulatórias e de eficiência, compromissos de concessão assumidos, reposição de ativos depreciados, alinhados à consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo a sustentabilidade e perenidade da Companhia.

Para 2025, os investimentos previstos pela Copasa em água, esgoto e desenvolvimento empresarial e operacional, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO, totalizam R\$2.316,0 milhões. Está prevista, ainda, a capitalização de R\$226,2 milhões no exercício.

Adicionalmente, será submetido à mesma AGO a proposta de investimentos de R\$47,6 milhões, com objetivo de melhorar as condições de infraestrutura da prestação de serviços na área de atuação da COPANOR, tendo como fonte de recursos o subsídio oriundo de valor adicional considerado na tarifa da Companhia, conforme estabelecido pelo órgão regulador.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – ação civil pública para realização de obras de recomposição asfáltica

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia foi condenada, em decisão transitada em julgado, em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual, requerendo a realização de obras de recomposição asfáltica decorrentes de intervenções realizadas na sua prestação de serviços públicos de saneamento básico no município de Belo Horizonte. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ora apresentadas, o processo está em fase de cumprimento de sentença, não tendo havido qualquer indicação consensual pelas partes ou por perícia judicial quanto à dimensão das obras a serem realizadas. A Administração da Companhia entende, com base no Convênio de Cooperação mencionado na Nota Explicativa nº 17, e após a realização das perícias judiciais e o alinhamento entre as partes, que os montantes dispendidos com as recomposições asfálticas adicionais serão reconhecidos na tarifa por decorrerem de uma obrigação legal de fazer, conforme arcabouço regulatório vigente. Ainda, de acordo com a Administração da Companhia, não há, neste momento, possibilidade de estimar, de forma confiável, os valores requeridos para a realização de tais obras. Desta maneira, nenhum impacto relativo à esta discussão foi reconhecido nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita com a prestação de serviços de água e esgoto (Notas Explicativas nos 3.14 e 29)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia e de suas controladas são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. Assim, quando do reconhecimento da receita é necessário um ambiente de tecnologia da informação com estrutura robusta capaz de suportar o número de transações relacionadas ao faturamento, desde a leitura do consumo e processamento até a emissão da nota fiscal.

O reconhecimento da receita de prestação de serviços de água e esgoto inclui a estimativa de volumes consumidos e ainda não faturados, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o fim de cada período.

Portanto, existe o risco significativo de que a receita a faturar esteja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento para o cumprimento da obrigação de performance no curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas.

Devido à complexidade, aos riscos inerentes e ao ambiente de tecnologia da informação associado ao alto nível de dependência do processo de receitas e contas a receber, consideramos esse assunto como significativo e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes existentes relacionados ao processo de faturamento e contas a receber;
- Com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia da informação, efetuamos o entendimento e testes dos controles gerais do ambiente de tecnologia relacionados, principalmente, aos aspectos de segurança, mudança em sistemas e monitoramento dos processamentos que suportam o sistema de faturamento da Companhia e de suas controladas;
- Realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis das receitas de prestação de serviços de água e esgoto com os relatórios auxiliares e, em base amostral, acompanhamos o processo de leitura dos hidrômetros, inspecionamos as faturas e recalculamos o valor das faturas com base na tabela tarifária vigente, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de faturas selecionadas no contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2024;
- Realizamos procedimentos analíticos substantivos na rubrica das receitas de prestação de serviços de água e esgoto, verificando a razoabilidade entre a variação proveniente da aplicação do reajuste tarifário e do aumento de consumo do exercício corrente e a variação comparativa das receitas entre o exercício corrente e o exercício anterior; e
- Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, avaliamos os dados e critérios adotados pela Companhia e suas controladas, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e realizamos o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2024, levando em consideração o número de dias não faturados em relação à data de fechamento do mês, e realizamos teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame das faturas e da liquidação subsequente da receita a faturar (avaliando a competência de cada registro).

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria anteriormente sumarizados, consideramos que os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para reconhecimento das receitas, incluindo as estimativas de volumes consumidos e ainda não faturados, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto.

Gastos com ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro
(Notas Explicativas nos 3.4, 3.6, 05, 10 e 11)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas possuem registrados nas rubricas de ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro das concessões, os montantes individuais de R\$3.040.712 mil, R\$6.145.857 mil e R\$1.362.892 mil, respectivamente (e consolidados nos montantes de R\$3.174.929 mil, R\$6.262.652 mil e R\$1.381.729 mil, respectivamente). O negócio da Companhia e suas controladas requer volume de investimentos relevantes na infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro da concessão.

Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia e suas controladas para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, que são os gastos com obras em andamento vinculados à concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) custos capitalizados ao ativo financeiro da concessão, quando há o direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e, ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados com ativo de contrato, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e despesas de manutenção;
- Com base em amostragem para adições ocorridas durante o exercício, avaliamos a natureza desses investimentos e consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo de contrato da concessão, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e gastos com manutenção, esse último reconhecido no resultado do exercício;
- Avaliamos, através de procedimentos analíticos, a capitalização dos custos de empréstimos;
- Adicionalmente, avaliamos os controles de transferência dos custos em ativo de contrato para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização por meio de base amostral; e
- Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia e de suas controladas sobre as suas políticas de capitalização e transferência.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente sumarizados, consideramos que os critérios adotados pela administração para registro, mensuração e avaliação dos ativos de contrato, ativo intangível e o ativo financeiro das

concessões, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, cujo relatório, datado de 20 de março de 2024, não continha modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Relatório da Administração, Notas Explicativas, Orçamento de Capital e demais peças contábeis, relativos ao exercício de 2024.

Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração durante todo o exercício social e à vista do Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., sem ressalva, emitido em 21 de março de 2025, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas das Notas Explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as propostas de destinação do Lucro Líquido do exercício de 2024 e do Orçamento de Capital para 2025, estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da COPASA MG.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

Felipe Magno Parreiras de Sousa
Conselheiro

Fernando Dal-Ri Murcia
Presidente do Conselho

Rafael Caminha Marchesini
Conselheiro

Reges Moisés dos Santos
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório Anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI 2024

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa:

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa foi instituído na reunião do Conselho de Administração - RCA de 21 de março de 2018. A composição, disciplina e funcionamento do COAUDI estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia.

O COAUDI atual é integrado por 3 membros: Brenda Felícia Vieira da Silveira, com mandato até julho de 2025, Roberto Tommasetti, que atua como Membro especialista em contabilidade societária, em atendimento ao Art. 25 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 37 do Decreto Estadual nº 47.154/17, com mandato até junho de 2027 e Rodolfo Torres dos Santos, Membro representante do Conselho de Administração, na qualidade de Coordenador do COAUDI, com mandato até abril de 2026.

O COAUDI é um órgão estatutário, de natureza colegiada, de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e da auditoria externa.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na análise, avaliação e verificação de sua efetividade, recomendações e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A Grant Thornton foi a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2024 e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também obteve entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do COAUDI no exercício

No transcorrer do exercício de 2024, o COAUDI deu continuidade ao intenso processo de aprofundamento do conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo desse exercício foram mantidos encontros mensais com os Gestores da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de Controladoria e Contabilidade, Jurídico, Segurança Cibernética, Auditoria Interna, Desenvolvimento Sustentável, Compliance e de Gestão de Riscos. Adicionalmente, o COAUDI se reuniu com o Conselho Fiscal.

Nessas reuniões foram apreciados temas relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos, transações envolvendo partes relacionadas, acompanhamento das iniciativas relacionadas a ESG, atividades relacionadas à segurança cibernética e governança de dados/respostas a incidentes e relatos do canal de denúncias encaminhadas ao COAUDI. Foram discutidos, ainda, assuntos relativos à definição e revisão de indicadores dos riscos corporativos, à revisão do Código de Conduta e Integridade e de políticas institucionais, bem como ao acompanhamento das métricas de integridade, das contingências de ações judiciais e dos trabalhos da Comissão de Ética, da Auditoria

Interna e da Superintendência de Compliance.

Também foram conduzidas reuniões com os Administradores da Fundação Libertas e seus auditores externos, com a COPASS Saúde, com a controlada COPANOR e com os responsáveis técnicos da Grant Thornton Auditores Independentes.

Outra atividade desenvolvida pelo COAUDI consiste na avaliação dos requisitos e vedações de elegibilidade de Membros Estatutários, conforme disposto no artigo 36, parágrafo 1º, incisos IX e X, do Decreto Estadual nº 47.154/17, bem como no acompanhamento da adequação da Companhia às exigências da Lei nº 13.709/2019 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Nos diálogos dos Membros do COAUDI com as auditorias interna e externa foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. As revisões das Demonstrações Contábeis trimestrais, bem como a anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2024 foram avaliadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Finalmente, o COAUDI também registra a participação de seus membros no Programa de Treinamento e Reciclagem para Administradores, realizado no transcorrer do exercício de 2024.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do COAUDI repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua controlada COPANOR, da Fundação Libertas, da COPASS Saúde e Auditoria Externa.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o COAUDI considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2024 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Com relação à Auditoria Externa, o COAUDI não identificou situação que pudesse afetar sua independência e não tem conhecimento de divergências técnicas significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio COAUDI.

Guardadas as limitações e peculiaridades de seu âmbito de atuação, o COAUDI considera que todos os assuntos relevantes e pertinentes foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

Brenda Felícia Vieira da Silveira
Membro do COAUDI

Roberto Tommasetti
Membro do COAUDI

Rodolfo Torres dos Santos
Coordenador do COAUDI

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Relatório Anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI 2024

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa:

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa foi instituído na reunião do Conselho de Administração - RCA de 21 de março de 2018. A composição, disciplina e funcionamento do COAUDI estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia.

O COAUDI atual é integrado por 3 membros: Brenda Felícia Vieira da Silveira, com mandato até julho de 2025, Roberto Tommasetti, que atua como Membro especialista em contabilidade societária, em atendimento ao Art. 25 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 37 do Decreto Estadual nº 47.154/17, com mandato até junho de 2027 e Rodolfo Torres dos Santos, Membro representante do Conselho de Administração, na qualidade de Coordenador do COAUDI, com mandato até abril de 2026.

O COAUDI é um órgão estatutário, de natureza colegiada, de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e da auditoria externa.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na análise, avaliação e verificação de sua efetividade, recomendações e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A Grant Thornton foi a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2024 e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também obteve entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do COAUDI no exercício

No transcorrer do exercício de 2024, o COAUDI deu continuidade ao intenso processo de aprofundamento do conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo desse exercício foram mantidos encontros mensais com os Gestores da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de Controladoria e Contabilidade, Jurídico, Segurança Cibernética, Auditoria Interna, Desenvolvimento Sustentável, Compliance e de Gestão de Riscos. Adicionalmente, o COAUDI se reuniu com o Conselho Fiscal.

Nessas reuniões foram apreciados temas relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos, transações envolvendo partes relacionadas, acompanhamento das iniciativas relacionadas a ESG, atividades relacionadas à segurança cibernética e governança de dados/respostas a incidentes e relatos do canal de denúncias encaminhadas ao COAUDI. Foram discutidos, ainda, assuntos relativos à definição e revisão de indicadores dos riscos corporativos, à revisão do Código de Conduta e Integridade e de políticas institucionais, bem como ao acompanhamento das métricas de integridade, das contingências de ações judiciais e dos trabalhos da Comissão de Ética, da Auditoria

Interna e da Superintendência de Compliance.

Também foram conduzidas reuniões com os Administradores da Fundação Libertas e seus auditores externos, com a COPASS Saúde, com a controlada COPANOR e com os responsáveis técnicos da Grant Thornton Auditores Independentes.

Outra atividade desenvolvida pelo COAUDI consiste na avaliação dos requisitos e vedações de elegibilidade de Membros Estatutários, conforme disposto no artigo 36, parágrafo 1º, incisos IX e X, do Decreto Estadual nº 47.154/17, bem como no acompanhamento da adequação da Companhia às exigências da Lei nº 13.709/2019 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Nos diálogos dos Membros do COAUDI com as auditorias interna e externa foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. As revisões das Demonstrações Contábeis trimestrais, bem como a anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2024 foram avaliadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Finalmente, o COAUDI também registra a participação de seus membros no Programa de Treinamento e Reciclagem para Administradores, realizado no transcorrer do exercício de 2024.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do COAUDI repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua controlada COPANOR, da Fundação Libertas, da COPASS Saúde e Auditoria Externa.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o COAUDI considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2024 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Com relação à Auditoria Externa, o COAUDI não identificou situação que pudesse afetar sua independência e não tem conhecimento de divergências técnicas significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio COAUDI.

Guardadas as limitações e peculiaridades de seu âmbito de atuação, o COAUDI considera que todos os assuntos relevantes e pertinentes foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025.

Brenda Felícia Vieira da Silveira
Membro do COAUDI

Roberto Tommasetti
Membro do COAUDI

Rodolfo Torres dos Santos
Coordenador do COAUDI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001- 03, declaram que:

1. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

2. Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em Belo Horizonte-MG, 21 de março de 2025.

Fernando Passalio de Avelar
Diretor-Presidente

Adriano Rudek de Moura
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleyson Jacomini de Sousa
Diretor de Clientes, Comunicação e Sustentabilidade

Guilherme Frasson Neto
Diretor de Operações

Pablo Ferraço Andreão
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001- 03, declaram que:

1. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
2. Reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em Belo Horizonte-MG, 21 de março de 2025.

Fernando Passalio de Avelar
Diretor-Presidente

Adriano Rudek de Moura
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleyson Jacomini de Sousa
Diretor de Clientes, Comunicação e Sustentabilidade

Guilherme Frasson Neto
Diretor de Operações

Pablo Ferraço Andreão
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente